

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

CAROLYNE SANTOS LEMOS

**A PRISÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE:
ENCARCERAMENTO MASSIVO DE NEGROS NO BRASIL**

**VITÓRIA
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

CAROLYNE SANTOS LEMOS

**A PRISÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE:
ENCARCERAMENTO MASSIVO DE NEGROS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

VITÓRIA
2018

L555 p Lemos, Carolyne Santos, 1992-
A prisão no capitalismo dependente :
encarceramento massivo de negros no Brasil / Carolyne
Santos Lemos. - 2018.
136 f. : il.

Orientador: Rogério Naques Faleiros.

Dissertação (Mestrado em Política Social) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. O capitalismo brasileiro e a incorporação das relações
raciais assimétricas. 2. A economia contemporânea e o
recrudescimento do estado penal. 3. Da senzala ao sistema
prisional moderno: dados sobre o encarceramento massivo
de negros.. I. Faleiros, Rogério Naques. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 32

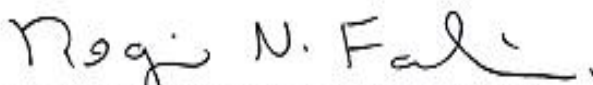
CAROLYNE SANTOS LEMOS

**A PRISÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE:
ENCARCERAMENTO MASSIVO DE NEGROS NO BRASIL**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social.*

Aprovada em 28 de novembro de 2018.

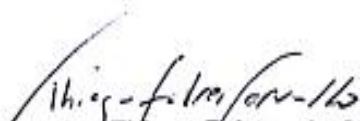
COMISSÃO EXAMINADORA



**Professor Doutor Rogério Naques Faleiros
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professor Doutor Thiago Fabres de Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo**

Aos jovens negros de todo o Brasil.

Aos militantes do movimento negro.

AGRADECIMENTOS

Nesta árdua empreitada, jamais poderia deixar de demonstrar gratidão à minha doce mãe, Ormy da Penha, fonte de ternura, amor, distração e companheirismo. Mesmo passando por um período de enfermidade, ela nunca deixou de segurar as minhas mãos e enxugar as minhas lágrimas quando o desespero e a angústia tomavam conta do meu ser. Agradeço ao meu pai, Sebastião Lemos, meu grande herói, que sempre demonstrou solidariedade nos momentos difíceis desta minha trajetória acadêmica. É ele o grande responsável por me ensinar a acreditar em meu próprio potencial e por elevar a minha autoestima. Também sou grata ao meu irmão, Dhyego Lemos, um jovem dotado de energia, que jamais deixa de prestar apoio e incentivo às minhas escolhas.

Sou grata à minha segunda mãe, Flória Maria, aquela a quem outrora eu chamava de avó-mãe, que infelizmente nos deixou em 2016. Obrigada minha eterna avó-mãe pelos seus valiosos ensinamentos, e principalmente, por ter cuidado de mim com tanto zelo. Não poderia deixar de demonstrar gratidão ao meu avô, Albérico dos Santos, falecido em fevereiro deste ano, que assim como sua companheira, Flória Maria, também sempre me cobriu de proteção.

Expresso a minha gratidão ao meu amor, companheiro e amigo, Felipe Salles, pela demonstração de afeto, compreensão e paciência durante toda a minha passagem pelo curso de mestrado.

Dedico o meu muito obrigada ao professor Rogério Naques Faleiros, pela orientação e paciência em lidar com as minhas dificuldades, e aos meus colegas da UFES: Maria de Almeida, Mariana Rébuli, Maísa Prates e Othoniel Cibien.

Expresso toda a minha admiração por Gilsa Helena Barcellos, professora do departamento de Serviço Social da UFES, que desde 2014 vem incentivando a minha permanência no universo acadêmico.

Agradeço, por fim, à minha amável madrinha, Antônia, aquela que trouxe da Bahia uma bagagem farta de histórias de vida e de superações para contar.

Negro entoou um canto de revolta pelos
ares, no Quilombo dos Palmares, onde se
refugiou. Fora a luta dos inconfidentes
pela quebra das correntes. Nada
adiantou. E de guerra em paz, de paz em
guerra, todo o povo dessa terra, quando
pode cantar, canta de dor.

Paulo César Pinheiro

RESUMO

LEMOS, Carlyne Santos. **A prisão no capitalismo dependente:** encarceramento massivo de negros no Brasil. Dissertação de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

Nesta dissertação, estão contidos os resultados da pesquisa relacionada ao encarceramento massivo de negros no Brasil. Esta dinâmica não poderia ser explanada sem considerar a escravidão como a variável histórica responsável pela perpetuação das relações raciais assimétricas na sociedade brasileira. O processo de endurecimento das penas esteve acompanhado pelo neoliberalismo, através do qual as políticas sociais sofreram enxugamentos por parte do Estado, que priorizou a incorporação da Política de Tolerância Zero no combate aos delitos. Esta política foi estruturada em solo norte-americano e propagandeada para os países da América Latina, que a incorporaram em suas ações de segurança pública, em total desproporcionalidade às peculiaridades sociais, econômicas e políticas típicas dos países de economia periférica. Constatamos que o suplício enfrentado pelo negro entre os muros do cárcere encontra correspondência com as condições degradantes de vida fora dos muros prisionais. A conformação capitalista liberal está nutrida pelas desigualdades presentes nas relações raciais, isto comprova que a obtenção de direitos não constitui a porta de entrada para que os negros fiquem isentos de tratamentos baseados na raça.

Palavras-chave: Heterogeneidade Estrutural; Estado Penal; Racismo; Capitalismo dependente; Encarceramento massivo.

ABSTRACT

LEMOS, Carolyne Santos. **Prison in dependent capitalism:** mass incarceration of blacks in Brazil. Master's Dissertation, Graduate Program in Social Policy, Federal University of Espírito Santo (UFES), 2018.

In this dissertation, are contained the results of the research related to the massive incarceration of blacks in Brazil. This dynamic could not be explained without considering slavery as the historical variable responsible for the perpetuation of asymmetric racial relations in Brazilian society. The process of hardening of penalties was accompanied by neoliberalism, through which social policies were reduced by the State, which prioritized the incorporation of the Zero Tolerance Policy in the fight against crime. This policy was structured in North American soil and propagandized to the countries of Latin America, which incorporated it into its public security actions, in total disproportionate to the social, economic and political peculiarities typical of peripheral economies. We find that the torture faced by the negro between the walls of the jail is matched by the degrading conditions of life outside the prison walls. The liberal capitalist conformation is nourished by the inequalities present in the race relations, this proves that the obtaining of rights does not constitute the door of entrance so that the blacks are exempted of treatments based on race.

Key-words: Structural heterogeneity; Criminal Status; Racism; Dependent capitalism; Massive incarceration.

LISTA DE SIGLAS

ABSP – ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

BM – BANCO MUNDIAL

CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS

DOPS – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

FEN – FRENTE NEGRA NACIONAL

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

GATT - ACORDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDDD – INSTITUTO DA DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

JECRIMS – JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

TEN – TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA

UPP – UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: RAÇA DA POPULAÇÃO	95
GRÁFICO 2: TAXA DE ENCARCERAMENTO POR RAÇA	104
GRÁFICO 3: PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR NATUREZA DA PRISÃO E TIPO	105
GRÁFICO 4: TAXA DE DESEMPREGO POR RAÇA	112
GRÁFICO 5: TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO A RAÇA	114
GRÁFICO 6: TAXA DE HOMICÍDIO DE NEGROS E BRANCOS POR 100 MIL HABITANTES	116
GRÁFICO 7: LETALIDADE POLICIAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA	117

TABELAS

TABELA 1: PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR UF DE ACORDO COM O CRITÉRIO RACIAL	104
TABELA 2: VARAS CRIMINAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (JECRIMS): PERFIL DOS AUTORES POR RAÇA	107
TABELA 3: PERCENTUAL DOS LEVADOS EM JUÍZO E PRESOS APÓS A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE ACORDO COM O CRITÉRIO RACIAL	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O CAPITALISMO BRASILEIRO E A INCORPORAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS ASSIMÉTRICAS	21
1.1 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA: TRAÇOS ESTAMENTAIS E RACIAIS ESTRURANTES	22
1.1.1 Imputabilidade Do Negro Durante O Período Colonial	26
1.2 A CAMINHO DO IMPÉRIO	28
1.2.1 Imputabilidade do negro durante o regime imperial	34
1.3. O NEGRO NA SOCIEDADE DO TRABALHO LIVRE	38
1.4. A ERA DA EXPANSÃO INDUSTRIAL	49
1.5 UM SALTO PARA O FUTURO	56
1.6 A OFENSIVA DITATORIAL DE 1964 E A PERMANÊNCIA DOS FLAGELOS AUTORITÁRIOS PÓS-DITADURA	60
CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA E O RECRUDESCIMENTO DO ESTADO PENAL	65
2.1 A ORTODOXIA NEOLIBERAL E AS DISPARIDADES SOCIAIS	66
2.2 EMERGÊNCIA DA IDEOLOGIA DO MEDO E O ELEVADO INVESTIMENTO EM PUNIÇÃO	73
2.2.1 Segregação urbana: as moradias “escondidas” e a mercantilização do controle social	81
2.3 POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO: A IMPORTAÇÃO DO MODELO PUNITIVO NORTE-AMERICANO	85
2.3.1 Prisões no Capitalismo Dependente.....	90
CAPÍTULO 3 - DA SENZALA AO SISTEMA PRISIONAL MODERNO: DADOS SOBRE O ENCARCERAMENTO MASSIVO DE NEGROS.....	95
3.1 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A COR E A PERMANÊNCIA DO PRECONCEITO RACIAL	96
3.2 DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA	102
3.2.1 Encarceramento por Raça	102
3.2.2 Distribuição da Raça por unidades da federação – UF	105
3.2.3 Pessoas Privadas de Liberdade por Natureza da Prisão e Tipo de Regime.....	106

3.2.4 Varas criminais e Juizados Especiais Criminais (JECRIMS): perfil dos autores por raça	107
3.2.5 Percentual dos levados em juízo e presos após a audiência de custódia de acordo com o critério racial.....	109
3.3. OUTROS INDICADORES.....	110
3.3.1 Taxa de Desemprego por Raça	110
3.3.2 Analfabetismo da População Negra	113
3.3.3 Homicídio por 100 mil habitantes de negros e brancos	115
3.3.4 Letalidade policial: mortes de civis ocasionadas durante confronto com a polícia	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	127

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresento discussões relacionadas ao encarceramento massivo de negros no Brasil, a partir de referências bibliográficas que contemplam importantes intérpretes do pensamento histórico e socioeconômico brasileiro, e com base em dados documentais. A delimitação do objeto de pesquisa surgiu a partir de experiências vivenciadas no Núcleo de Estudos em Pesquisa em Violência, Direitos Humanos e Segurança Pública – NEVI, na Universidade Federal do Espírito Santo, entre 2011 e 2012. Embora a passagem por esta importante experiência de pesquisa tenha sido precocemente interrompida, dada a impossibilidade de conciliar o emprego com as atividades do núcleo, o contato com o NEVI contribuiu significativamente para influenciar a produção do estudo em questão.

No meu projeto de pesquisa de mestrado esbocei a hipótese de que há uma correspondência entre as privações do negro na vida carcerária e entre sua condição de vida na sociedade extramuros, embora a prisão leve ao paroxismo todas as condições aviltantes presentes na vida extramuros. O percurso investigativo perpassa pela nossa formação socioeconômica e histórica, e alcança informações e dados contemporâneos que atestam a realidade enfrentada pelo negro em uma sociedade ávida pela criminalização e extermínio dos corpos negros. Para estruturar a pesquisa, trabalhamos com três categorias basilares: heterogeneidade estrutural, Estado Penal e racismo.

A primeira categoria, cunhada por Aníbal Pinto e discutida por Celso Furtado, foi apropriada por esta dissertação para discorrer acerca da natureza do (sub) desenvolvimento brasileiro, ancorado na imposição de padrões externos de consumo e na distribuição desigual da renda e da massa salarial, características que configuram a dependência externa do país. Esta dependência externa, por sua vez, denota correlação com a superexploração do trabalho, base sobre a qual se assenta a reprodução de uma massa de mão de obra não ligada ao trabalho formal. Deste modo, seria um equívoco associar os contingentes não absorvidos pela economia formal ao rótulo de “excluídos”, “marginalizados” ou “desintegrados do sistema”, pois atuam como componentes indispensáveis à manutenção do capitalismo dependente.

Utilizamos a categoria Estado penal, apresentada pelo francês Loïc Wacquant, para elucidar o processo de endurecimento do aparato repressivo do Estado em direção

aos negros e pobres. Esta rigidez na condução de práticas punitivas acompanha o esvaziamento dos direitos sociais, e em paralelo ao investimento estatal em ações punitivas, o mercado de segurança privada também adquire contornos de crescimento. Explicitamos que diante da fabricação do medo e da sensação de insegurança orquestrada pelo poder público e pela mídia, o Estado penal é cultuado pelos sedentos por punição e extermínio seletivos.

Finalmente, a demarcação da categoria racismo alcançou a particularidade do racismo brasileiro, que se manifesta de forma dissimulada. A partir da categoria racismo, argumentamos sobre a diferença entre as experiências de nações que conviveram com regimes diretos de segregação racial (Estados Unidos e África do Sul) e o Brasil, que desde a década de 1940 já apresentava normas antirracistas. A presença destas normas antirracistas e a constatação da diferença de regime segregacionista com as nações aqui explicitadas imprimiu em pesquisadores estrangeiros a falsa constatação da inexistência de racismo no Brasil, em claro favorecimento à tese da “democracia racial”. Entretanto, com a apresentação e análise das informações penitenciárias e relacionadas ao acesso a emprego, renda e educação, além de dados atinentes a homicídio e letalidade policial contra a população negra, explicitamos a ausência de espaço para a “democracia racial” no contexto da sociedade brasileira.

O regime de escravidão que perdurou no Brasil por mais de três séculos acabou por engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro, que é aberrante em uma sociedade competitiva, aberta e envolta por instituições democráticas. As relações escravistas imperantes até 1888 deixaram graves consequências para a nova configuração societária em formação, consequências essas, que são sentidas até hoje. O negro foi lançado à condição de resíduo racial na sociedade do “trabalho livre”. De acordo com Jessé de Souza (2017), o negro engrossou as fileiras da ralé, ocupando as piores condições laborativas no mercado de trabalho.

Essa situação identifica quais são as raízes da degradação social do negro no seio do novo sistema socioeconômico: a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos de atribuição de *status* e papéis sociais ao negro (FERNANDES, 2007). Em suma, a

sociedade largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do “trabalho livre”, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 2015).

Para Souza (2017), o tratamento secundário e muitas vezes invisível dispensado ao processo de escravidão ocorrido no Brasil constrói uma fantasia que serve maravilhosamente, não para conhecer o país e seus reais conflitos, mas, sim, para reproduzir todos os tipos de privilégios escravistas, ainda que em condições modernas. Esta invisibilidade direcionada à ralé facilita o trabalho dos intelectuais brasileiros conservadores, acostumados a associar a situação social, política e econômica do Brasil a uma maldita herança luso-brasileira para a corrupção, e não ao abandono dessa classe. Considerar as instabilidades do país como decorrentes exclusivamente de um Estado inclinado para a corrupção parte de uma interpretação incrustada no culturalismo racista brasileiro¹.

As elites brasileiras insistem em não se abdicar de seus ranços escravistas, pois continuam exigindo conformismo por parte das classes subalternas e demandando do Estado medidas drásticas contra essas classes, dentre as quais, higienização social, perseguição policial e encarceramento. As “classes perigosas” devem ser encarceradas nas senzalas contemporâneas, para que as casas-grandes possam reinar em paz. Deste modo, as relações raciais assimétricas não foram abolidas, mesmo após constantes lutas dos movimentos sociais voltados para as questões raciais. Permanece no meio social, a desqualificação e a desmoralização das queixas apresentadas pela população negra, que denuncia os seus sofrimentos e discriminações.

A incorporação do Brasil à ordem social competitiva consolidou-se a partir da formação de uma burguesia compósita, ou seja, minada a partir de dentro pela manutenção dos interesses e privilégios tradicionais, mas mantendo a dependência

¹Fenômeno que atribui inferioridade ao povo brasileiro em relação aos povos de nações desenvolvidas e que, captura também as concepções acerca do Estado brasileiro, sempre interpretado como uma máquina inclinada à corrupção. O culturalismo racista conservador brasileiro desconsidera a escravidão enquanto herança geradora das instabilidades sociais e econômicas presentes no país. Esse culturalismo racista presente no país perpetua a relação de subserviência dos brasileiros em relação ao universo eurocêntrico e ao norte-americano. O tratamento dessa espécie de culturalismo está presente em Jessé de Souza: SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

em relação ao capitalismo do centro. Destarte, o capitalismo encontrou sua objetivação em uma estrutura de classe quase estamental e em um padrão de relação racial com fortes resquícios da sociedade escravista. Um percurso pela História, que apresentamos no primeiro capítulo, acaba por nos permitir constatar a veracidade dessa lógica. Assinalamos que o desenvolvimento capitalista no Brasil é dependente do desenvolvimento do sistema que ocorre nos países centrais. No centro, a transformação do feudalismo em capitalismo pelo novo modo de produção que se consolidou na época de tal transição, e que transformou os antigos servos feudais em força de trabalho livre para serem absorvidos pela indústria nascente gerou também resistência e uma nova classe fundamental do sistema, o proletariado moderno. Na periferia, esse processo não se dará de maneira equivalente, irá se adaptar às exigências externas, inserindo-se de forma particular e dependente, sendo mantidas as relações raciais assimétricas herdadas do passado.

O segundo capítulo apresentou a articulação entre a política econômica contemporânea e o enrijecimento do Estado penal, de forma a discutir os rebatimentos das reformas estruturais neoliberais no aumento da concentração de renda, na elevação dos níveis de pobreza e desemprego e, sobretudo, na escalada da criminalidade, implicando em uma crescente demanda social por ordem e excesso de punição. A “economia do crime” passará a demandar investimentos privados e públicos na área da segurança. Os investimentos privados relacionam-se com os enclaves fortificados, com os condomínios equipados com cercas elétricas, guaritas com funcionários armados, alarmes, etc. Esses enclaves consubstanciam a segregação urbana, cuja construção garante um mundo à imagem e semelhança da burguesia, enquanto o sentido do espaço público é esvaziado e este é rotulado como recinto dos “insurgentes”. Já as intervenções públicas em direção às classes pobres agem em torno do aumento da repressão policial e do encarceramento.

Por fim, no terceiro capítulo expomos a análise de dados estatísticos referentes ao encarceramento de negros no país. O capítulo contou com a demonstração (em séries temporais) e análise do aumento percentual da população carcerária negra, do tipo de regime prisional mais aplicado, da tipificação criminal mais incidente, da concentração de presos negros por unidade de federação, da distribuição racial em Varas Criminais e em Juizados Especiais Criminais, e da distribuição racial dos

sujeitos, cuja prisão é decretada em audiência de custódia. O capítulo contemplou também a mensuração de outros importantes indicativos que revelam a situação do negro no país, dentre os quais, a escolaridade, o acesso à renda, o desemprego, o genocídio e a letalidade policial.

Diante do objeto escolhido, optamos por realizar uma pesquisa com abordagem qualitativa que utiliza como recurso a pesquisa bibliográfica (MAY, 2004). A partir da pesquisa documental, elegemos também a pesquisa de abordagem quantitativa, já que o trabalho também contempla a análise de dados. A pesquisa quantitativa traz à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis (MINAYO, 1993).

Para a composição da pesquisa bibliográfica foram selecionadas dentre outras obras, as obras de Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Celso Furtado, intérpretes do pensamento histórico e socioeconômico brasileiro. As produções de Prado Junior e Furtado orientaram os estudos direcionados à formação econômica do Brasil e à condição de subdesenvolvimento da nação brasileira. Já as análises de Florestan Fernandes, comportaram um escopo mais abrangente para tratar da realidade brasileira, com produções sobre a condição de dependência do país e sobre a incorporação do negro na sociedade de classes. Desta forma, anunciamos que temos Florestan Fernandes como um referencial teórico que acompanha todas as etapas da dissertação.

A variável raça² está presente em todo trabalho, e mesmo constatando que Fernandes cruzou viradas de paradigmas teóricos ao longo de sua trajetória intelectual, até alcançar o pensamento marxista, suas formulações acerca da incorporação das relações raciais assimétricas herdadas do passado colonial na sociedade de classes forneceram valiosos suportes para a confecção da presente pesquisa. Não podemos deixar de explicitar o fato de que reconhecemos que Florestan Fernandes é um “homem de seu tempo”, portanto, evidenciamos também

²Nesta dissertação, optamos por trabalhar com o conceito de raça em concordância com a assertiva de Guimarães (2002), de que a raça não configura apenas uma categoria política necessária para compor a resistência ao racismo no Brasil, mas constitui também uma categoria analítica indispensável e capaz de revelar que as discriminações e desigualdades sofridas pela população negra são raciais e não apenas de classe.

no trabalho em questão, importantes estudos de autores ligados ao Movimento Negro, dentre os quais, Ana Luiza Flauzina e Sueli Carneiro, autoras que conciliam as produções teóricas com a militância. Também nos debruçamos sobre o pensamento criminológico crítico, importante ferramenta para empreender análises atinentes à seletividade do sistema penal, sobretudo, para entender a dinâmica do sistema penal latino-americano, tendo como expoentes, Rosa Del Olmo, Lolita Aniyar de Castro e Vera Malaguti Batista.

O nosso trajeto para a consolidação da pesquisa documental partiu, primeiramente, do acesso ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, produzido pelo Ministério da Justiça e pelo Departamento Penitenciário Nacional. A partir da identificação dos dados coletados para a pesquisa, extraímos as informações relacionadas ao recorte racial da população carcerária, a distribuição da raça por unidades da federação e às pessoas privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime, todas estas informações compreendem o período de 2005 a 2016. Posteriormente, acessamos o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, “A aplicação de penas e medidas alternativas” (2015), com a finalidade de identificar o percentual de negros e brancos submetidos a penas alternativas e a penas privativas de liberdade. Em seguida, utilizamos o relatório “Audiências de custódia”, elaborado em 2017 pelo Instituto de Defesa do Direito da Defesa (IDDD), através do qual tivemos acesso às informações sobre o percentual de negros e brancos que têm a prisão preventiva decretada nas audiências de custódia.

Para acessar as taxas de desemprego e analfabetismo conforme a raça, recorremos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e encontramos dados referentes ao ano de 2017 e 2014, respectivamente. Já os dados referentes ao genocídio da população negra, foram coletados no Atlas da Violência, documento pertencente ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e ao IPEA, publicado em 2017. As informações traçam o período de 2005 até 2016. Verificamos que o FBSP e o IPEA também produziram um documento voltado para a demonstração do genocídio de negros com ênfase na letalidade policial, com base na construção do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A partir da utilização de seis edições deste documento (6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª), construímos uma elaboração gráfica acerca da letalidade policial contra os negros, cuja delimitação temporal abrange 2005 até

2016.

Entendemos que o racismo integra a política do Estado penal brasileiro, desmistificando a ideia da presença de pressupostos democráticos nas relações raciais, e de acordo com Souza (2017), havendo o uso sistemático da polícia brasileira no massacre de negros e pobres, com o do aval das classes médias e altas, entra em execução uma política pública informal comemorada de maneira explícita por amplos setores da sociedade. “Parece que foi mesmo impossível sufocar a voz e abalar os sentidos quando as massas encarceradas e os corpos caídos estampavam monotonamente o mesmo tom” (FLAUZINA, 2006, p.40).

CAPÍTULO 1 – O CAPITALISMO BRASILEIRO E A INCORPORAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS ASSIMÉTRICAS

O presente capítulo está debruçado na formação capitalista brasileira, explicitando a realidade lastimável reservada para os negros, os quais, após o processo de abolição da escravidão foram relegados a condições degradantes de vida. A formação do capitalismo no Brasil foi impactada pela expansão comercial do século XVI, que proporcionou o fortalecimento burguês liberal no centro ocidental, e a escravidão moderna, intrinsecamente ligada à ampliação da manufatura. O sentido da nossa colonização foi o de manter um grande entreposto comercial, voltado para o exterior e subordinado à metrópole, por meio do pacto colonial³.

Com o fim do tráfico negreiro e da escravidão, o negro deixou de ser considerado objeto de posse, tornando-se uma população trabalhadora excedente, tendo que lidar com as poucas oportunidades de trabalho e com a substituição de sua mão de obra pela do imigrante na ordem social competitiva. Esta circunstância nos traz um importante fio condutor de análise do próprio modo de produção capitalista, que por sua vez, mantém a população trabalhadora excedente como alavanca da acumulação. Por isso, os termos “exclusão social”, “classes sobrantes”, este utilizado por Castel (1988), não são adequados para fazer referência aos contingentes humanos que constituem produto inquestionável do processo de acumulação capitalista.

A condição de servidão imposta ao negro no passado colonial não pereceu na sociedade do “trabalho livre”⁴ e a culpabilização pelo seu próprio destino encontrou respaldo nas truculentas ações policiais. Partimos do pressuposto de que as ações de repressão policial continuam perseguindo e criminalizando contingentes negros e pobres, e estes continuam ocupando posições laborais informais, subempregos ou lidando com o desemprego. O medo diante do negro liberto e do alcance, ou das consequências de suas agitações foi substituído por outra espécie de medo, que

³Para Fernandes (1976), o estatuto colonial criava entraves para a formação de uma sociedade competitiva, pois reforçava o isolamento das atividades econômicas por meio do patrimonialismo local, provinciano.

⁴Utilizamos o termo entre aspas porque não compactuamos com a ideia de que o capitalismo é capaz de proporcionar liberdade plena. Não acreditamos que o paradigma liberal seja libertador, a considerar que as liberdades e igualdades são expressas apenas formalmente. Defendemos que o tipo de trabalho que predomina na sociedade de classes é o trabalho abstrato, produtor de alienação e exploração. Este tipo de trabalho acaba por se sobrepor ao trabalho concreto, criativo e libertador.

correspondia, literalmente, à redefinição do negro pelo branco. O negro já não era considerado como o “inimigo da ordem” porque lutava em favor da sua libertação nas senzalas, mas era considerado uma ameaça à privacidade, à propriedade e à segurança das pessoas (FERNANDES, 2008).

Assim, este capítulo mostra-se fundamental para compreender os determinantes históricos e estruturais que conformam as atuais formas de repressão estatal direcionadas aos negros. Como arcabouço bibliográfico, apropriamo-nos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, autores que contribuíram significativamente com importantes produções acerca da formação capitalista brasileira e da integração do negro na sociedade de classes. Utilizamos também as contribuições de Caio Prado Junior, Celso Furtado, Paula Beilguelman, Maria Sylvia de Carvalho, teóricos que discutem as especificidades do capitalismo brasileiro. Por fim, consideramos indispensáveis as elucidações dos autores e militantes do Movimento Negro, Aparecida Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Ana Luiza Flauzina.

1.1 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA

A dependência a que povos do chamado Novo Mundo foram submetidos não se traduzia em nos tornarmos civilizados, mas em submeter o país a quatro tipos de dominação externa. A primeira forma de dominação externa compreende a emergência do colonialismo, que resulta da expansão da civilização ocidental. A estrutura colonial ibérica era composta por uma combinação de estamentos e castas⁵, em que apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder (FERNANDES, 1973).

Na visão do reformista Celso Furtado (1974), em sociedades de formação colonial, as forças produtivas e as relações de produção tipicamente capitalistas são desenvolvidas e expandidas em consonância com um processo de acumulação de capital que gera escassez relativa de trabalho. Por um lado, o subdesenvolvimento⁶

⁵ As reflexões teóricas de Florestan Fernandes percorreram duas matrizes clássicas antes de atingir o pensamento marxista: o método funcionalista, ou objetivo de Durkheim e o compreensivo, formulado por Weber. Este desenvolveu os termos “castas” e “estamentos” para se referir às sociedades sem mobilidade social. Para mais informações, ver: IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 1, n. 26, São Paulo, 1996, p.25-33.

⁶ O conceito de subdesenvolvimento não é tratado como uma associação às etapas que antecedem o desenvolvimento, ou seja, não integra uma cadeia sequencial que avança do subdesenvolvido para o desenvolvido (OLIVEIRA, 2003).

provoca relações de dependência que comprometem a soberania nacional, por outro, o subdesenvolvimento incorpora tecnologia poupadora de mão de obra, contudo, possui relativa abundância de mão de obra.

Em “Brasil: a construção interrompida”, Furtado explicita as bases das teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento: a teoria do desenvolvimento envolve processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade condizem com a melhoria do bem-estar de uma população, a partir de então, tem-se a crescente homogeneização social. A teoria do subdesenvolvimento está associada ao caso especial de situações em que aumentos de produtividade e incorporação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social (FURTADO, 1992).

Na visão de Furtado (1974), o subdesenvolvimento parte da recusa a uma homogeneidade social e do comprometimento com uma heterogeneidade estrutural. A homogeneidade social representaria a expansão proporcional dos custos de produção, expansão mais equitativa da massa salarial e da renda. Contudo, as elites privilegiam a modernização dos padrões de consumo como forma dominante de incorporação das técnicas da economia capitalista.

Desta forma, para nos apropriarmos das investigações de Aníbal Pinto (1979), a partir da tendência à desigualdade e da concentração inerentes ao estilo de desenvolvimento dominante na América Latina, surge a heterogeneidade estrutural, reflexo das desigualdades de produtividade. A heterogeneidade estrutural, de acordo com Pinto (1979) age a partir da expansão desproporcional dos custos de produção, esta desproporcionalidade tem origem em um padrão de expansão da produção associada a uma difusão tecnológica incompatível com as especificidades da periferia.

O que constitui a fisionomia moderna da heterogeneidade estrutural é a configuração de um núcleo dinâmico enrustado a um moderno exportador e a segmentos industriais e de bens de serviços modernos, diante de uma estrutura ocupacional em constante degradação e diante de elevado desemprego (FURTADO, 1964). Esse impasse, segundo Furtado (1964), trava qualquer política de distribuição de renda.

Ainda sob o prisma de Furtado, o subdesenvolvimento brasileiro é considerado subproduto do desenvolvimento clássico, com uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu, e não uma etapa pela qual as economias desenvolvidas já alcançaram. Contempla uma análise da estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa (FURTADO, 1983). A abordagem de Furtado sobre a questão da dominação internacional se daria a partir da situação de dependência (FURTADO, 1983). Desta forma, de sua teoria de subdesenvolvimento, poderia depreender-se uma teoria da dependência⁷.

No que concerne ao tráfico negreiro, atividade base para o sistema colonial, para Furtado (1987), o tráfico negreiro contribuiria com o abastecimento de mão de obra escrava para a exploração da colônia, proporcionando ao sistema capitalista a possibilidade de promover a acumulação necessária para o salto qualitativo que será iniciado com a Revolução Industrial. A apropriação do excedente econômico produzida pelos escravos representaria uma estratégia fundamental para o desenvolvimento do capitalismo europeu.

Consideramos de suma pertinência as considerações do economista desenvolvimentista Celso Furtado em torno do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, porém, não estamos de acordo com a saída proposta pelo autor para a superação da subordinação do Brasil ao centro do capitalismo. A superação da dependência brasileira se daria por meio do rompimento com o modo de produção capitalista. Assim, estabelecemos concordância com o marxista Prado Junior (1998), para quem não existiria possibilidade de emancipação econômica e, conseqüentemente política no capitalismo, mas apenas para além de sua tutela.

A realidade brasileira e suas especificidades podem ser percebidas a partir de outros autores, de filiações teóricas distintas, tais como o marxista Caio Prado Junior. Prado Junior analisa a escravidão moderna como resultado do próprio sentido da

⁷Para Celso Furtado e demais teóricos implicados na elaboração de análises sobre a especificidade da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, fazia-se necessário desenvolver uma teoria econômica aplicável a uma realidade distinta daquela dos países desenvolvidos. Para tanto, somente novas teorias poderiam explicar estruturas e dinâmicas distintas. A partir da teoria da dependência, seria possível desenvolver estratégias para transformar o Brasil em um centro autônomo dentro dos marcos do capitalismo. Essa transformação dependeria de políticas econômicas capazes de garantir nossa soberania, como o protecionismo e a plena participação do Estado na industrialização e no provimento de serviços públicos (BIELSCHOWSKY, 2000).

colonização: “realizar apenas um negócio, embora com bons proveitos para seus empreendedores”. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 279). Como propriedade do senhor, “célula fundamental da economia agrária brasileira” (PRADO JUNIOR, 2012, p.121), o escravo era vigiado constantemente.

Impulsionada pela corrida comercial aberta pela conquista do atlântico, a burguesia conseguia impor o seu modo de vida a todo o globo, assim, o subdesenvolvimento dos países periféricos é condição indispensável para o desenvolvimento dos países de capitalismo central:

Do mesmo modo que tornou o país dependente das cidades, tornou países bárbaros dependentes dos países civilizados, nações de camponeses dependentes de nações burguesas, o oriente dependente do ocidente. (MARX; ENGELS, 2015, p.15).

O escravo representava um recurso de oportunidade de que lançaram mão os países da Europa, a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e as riquezas do Novo Mundo (PRADO JÚNIOR, 2012). Além disso, de acordo com o autor, a escravidão representou a parte organizada da sociedade colonial. O que não estivesse restrito ao trabalho escravo era considerado desorganizado, marginal, secundário e irrelevante. Durante os três séculos de escravidão, a organização brasileira foi determinada por ela, que orientou a política, a economia, a estrutura social e a cultura.

Consideramos as incursões de Prado Junior (2012) primordiais para compreender a colonização e a escravidão como determinantes da especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, caracterizado pela contradição entre a contemporaneidade e a presença do passado escravista. Embora não tenha sido sistematicamente objeto de estudo do autor, Prado Junior situa suas análises acerca da escravidão, enquadrando-as como parte das primeiras etapas do modo de produção capitalista.

As considerações de Fernandes (1973; 2006; 2007; 2008), com a introdução do quesito racial, possibilitam fornecer maiores avanços na construção de análises sobre a situação do negro na sociedade de classes. Fernandes empreendeu seus estudos sobre a escravidão, com a finalidade de sustentar a tese de que as relações raciais desiguais do passado foram absorvidas pela sociedade de classes. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, considerando a emergência da

sociedade do “trabalho livre”, percebeu a relação entre o regime de classes e as relações raciais.

Para o teórico e militante do Movimento Negro, Abdias do Nascimento, a exploração dos corpos dos negros africanos nutria-se para além da utilização dos seus braços para o trabalho, havendo o uso do corpo das mulheres negras para atividades sexuais. Para Nascimento (1978), era comum entre os escravistas explorar os corpos das negras africanas arrastando-as para a prostituição, obtendo desta atividade importantes fortunas. Na concepção do autor, essa modalidade de exploração corporal ilustra um dos aspectos mais repugnantes do caráter da classe dirigente portuguesa.

Por mais inclinados que estejamos às interpretações marxistas acerca da formação histórica e socioeconômica brasileira, não desconsideramos o importante diagnóstico realizado por Gilberto Freyre acerca da apropriação dos corpos das mulheres negras para a ampliação do número de escravos. A “depravação sexual dos proprietários de escravos resultava do imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. (...) Não há escravidão sem depravação sexual” (FREYRE, 2013, p. 316-317).

Os castigos destinados aos corpos negros tinham início na exploração escravista, seguiam com os castigos corporais e com a exploração sexual das negras. Essas práticas da vida privada irão configurar a estrutura do sistema penal do Brasil durante a vigência da colônia. Logo, esse sistema combinará resquícios da intervenção pública com as práticas domésticas.

1.1.1 Imputabilidade do negro no período colonial

Durante a vigência da colônia mercantil, o sistema penal apresenta estreita identificação entre o público e o privado, característica típica dos países ibéricos (BATISTA, 2000). Com a presença de resquícios feudais na gerência do aparato mercantil, materializados nas capitanias hereditárias e com a presença do escravismo como base produtiva desse empreendimento, o sistema penal do Brasil Colônia relaciona-se com as práticas de domínio privado (ZAFFARONI, 2001). Neste sentido, as matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro partem da relação entre senhor e escravo, entre casa-grande e senzala.

É a partir da implementação das Ordenações Filipinas que foram estabelecidos os parâmetros de criminalização no período colonial (ZAFFARONI, 2011), porém, com a permanência de práticas exercidas no âmbito da vida privada. É necessário considerar que a predominância do poder punitivo doméstico, exercido pelos senhores contra os seus escravos constituirá a marca das práticas penais brasileiras, sobrevivendo à própria abolição da escravidão (ZAFFARONI, 2001).

As Ordenações expressam em suas páginas a nefasta coisificação do corpo do negro, considerando furto o sequestro de escravos e imputando penalidades para quem o praticava. Manifestam também o patriarcalismo por meio da imposição do controle sobre os corpos femininos, permitindo aos homens lavar a honra com sangue em caso de adultério, prática que obtinha o respaldo da igreja (SOUZA, 2009).

As manifestações espirituais dos negros africanos também eram alvos de perseguição e repressão, principalmente em razão do distanciamento em relação às convenções do catolicismo. Os terreiros, as esculturas e as vestimentas utilizadas para os cultos considerados sagrados pelos negros eram constantemente destruídos por policiais, milícias e capitães-do-mato. De acordo com Flauzina (2006), as consequências dessa perseguição resultaram na demarcação de territórios escondidos para que a fé fosse professada.

Segundo Nascimento (1976, p.103), constituindo “a principal trincheira da resistência cultural do africano”, o Candomblé procurou refúgios em lugares ocultos, com a finalidade de escapar das truculências policiais. Os terreiros foram organizados no interior das matas e nas encostas dos morros. Mesmo assim, as invasões policiais não cessavam com facilidade e os sacerdotes e as sacerdotisas eram encarcerados. A criminalização das resistências e dos cultos dos escravos sinalizava simbolicamente a construção de barreiras contra qualquer tentativa de derrubar a escravidão (FLAUZINA, 2006). Destarte, conforme aponta Souza (2017), os cultos dos cativos, considerados primitivos, toscos e destoados da sacralização cristã ocidental deveriam ser expurgados pela autoimagem europeizante.

1.2 A CAMINHO DO IMPÉRIO

No centro, a lógica do sistema autossustentado de produção embasada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado convivia com a escravidão da periferia. “Os povos modernos conseguiram disfarçar a escravidão em seus próprios países, impondo-a sem véus no Novo Mundo” (MARX, 2009, p. 130). A atividade escravista é um modelo econômico da mais alta importância para valorizar as colônias, criar o comércio universal e impulsionar a grande indústria, ou seja, sem a escravidão não teríamos, por exemplo, o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna (MARX, 2009).

Segundo Novais (1989), constituiu-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII o exclusivismo colonial, mecanismo por meio do qual era processada a apropriação, por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais. Assim, pois, o sistema colonial em funcionamento configurava uma peça de acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu. Com tal mecanismo, o sistema colonial ajustava a colonização ao seu sentido na história da economia e da sociedade modernas. No entanto, o grande latifúndio, característico da nossa base exportadora, isolava os móveis econômicos locais, impossibilitando um desenvolvimento urbano industrial, do tipo clássico europeu⁸ (FERNANDES, 2006).

Assim, um ciclo vicioso alimentava as bases do nosso desenvolvimento. A partir do tráfico negreiro, a escravidão do negro atuou como engrenagem ao sistema mercantilista de colonização por se colocar como um importante setor do comércio colonial (NOVAIS, 1989). Para Kowarick, o principal argumento explicativo acerca da introdução da escravidão do negro africano tem relação com o potencial altamente lucrativo do tráfico negreiro. Para o autor, o tráfico negreiro constituía uma poderosa fonte de acumulação primitiva “[...] o trabalho cativo torna-se elemento de fundamental importância na trajetória que leva ao avanço do capitalismo europeu” (KOWARICK, 1987, p. 23).

Além disso, existem as explicações secundárias acerca da escravidão do negro, que não devem ser ignoradas. Os portugueses, reconhecendo que a Europa não

⁸ A característica predatória da nossa colonização tinha como objetivo, “drenar as riquezas direto para fora e não previa, senão dentro de limites muito estreitos e tênues, condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda”. (FERNANDES, 1976, p. 24)

contava com um contingente significativo de mão de obra disposto a se arriscar na travessia para o Brasil e reconhecendo também a impossibilidade de se introduzir um trabalho assalariado nos moldes da economia colonial, decidiram investir no trabalho escravo. Para Moura (1959, p.18), a escravidão teve como origem a necessidade de mão de obra, na falta de “material humano autóctone”, que viabilizasse os empreendimentos colonialistas.

Predominava a grande concentração de terras nas mãos de poucos senhores, poderosos localmente, mas subordinados à metrópole e a uma elite comercial portuguesa. Segundo Ribeiro (1995), negros, índios e “trabalhadores livres” formavam o caldeirão étnico, que misturava as raças e moldava um novo tipo, o tipo brasileiro.

Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de uma organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantos à vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros (RIBEIRO, 1995, p. 19).

No plano aparente, a nova rota traçada pelo desenvolvimento da acumulação capitalista do Velho Mundo apresenta-se como paradoxal à experiência escravista mantida no Novo Mundo, entretanto,

(...) são na verdade duas fases do mesmo processo: enquanto a acumulação de capital estimula na Europa as condições para o surgimento da indústria que pressupõe o trabalhador livre e assalariado, a necessidade de ampliação dessa acumulação impõe o trabalho compulsório na América (QUEIROZ, 1993, p.10).

O desenvolvimento dessa formação social estava subordinado economicamente à dinâmica do mercado mundial, que a partir da Europa, engendrava o desenvolvimento da sociedade burguesa, que teve na experiência britânica, o seu modelo clássico. Antes mesmo da abolição da escravidão, deflagrada em 1888, o Brasil ainda atravessa duas modalidades de dominação externa: o neocolonialismo e o imperialismo. O neocolonialismo tem início a partir do fim do século XVIII, quando as nações europeias, principalmente a Inglaterra, passam a controlar as atividades de importação e exportação do país e, finda na quarta década do século XIX. A Inglaterra impulsionou a emergência dos mercados capitalistas modernos na

ex-colônia, ocupando posição de destaque no cenário mundial enquanto principal potência bélica e econômica (FERNANDES, 1973).

Outra problemática ligada à expropriação social que merece a devida atenção diz respeito à presença da concentração fundiária no Brasil. Segundo Osório (1996), com a promulgação da Lei de Terras em 1850, o governo regulamentou a posse de terras concentrando-as sob a propriedade dos grandes fazendeiros e políticos latifundiários. Os latifundiários se mobilizaram para que a legislação fosse aprovada antes que os escravos pudessem se tornar proprietários de terras. O temor da elite latifundiária em relação à obtenção de terras por parte dos escravos veio, sobretudo, a partir da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravidão no Brasil.

Desta maneira, a concentração de grandes extensões de terras em posse dos latifundiários representou a apropriação de um recurso de subsistência fundamental para a sobrevivência da população. Realidade esta, que acabou por relegar um espaço secundário para o desenvolvimento e incentivo à agricultura familiar⁹. De acordo com Osório (1996), a aprovação da Lei de Terras acabou por configurar um momento crucial na constituição do Estado e da classe de proprietários de terra. Além da concentração de terras, tem-se o não reconhecimento dos povos originários aos seus territórios.

Contraposto ao liberalismo dos centros hegemônicos, o projeto nacional de sociedade competitiva estava embasado em um liberalismo econômico adaptado para a realidade do país, sem a defesa intransigente dos direitos dos cidadãos. Apesar das limitações, o liberalismo representou a forma cultural viva da revolução nacional brasileira. Surge como uma ideologia para satisfazer os interesses e necessidades de um novo mundo (FERNANDES, 2006).

O desenvolvimento de um projeto nacional de modernização se fazia com a permanência de formas arcaicas de sociabilidade, pois, não rompia com as oligarquias agrárias, pelo contrário, dependia do poder econômico e político dessas elites. Como bem analisou Fernandes (2006), aqui no Brasil desenvolveu-se um

⁹Para mais informações, indicamos as contribuições de Roberta Sperandio Traspadini, principalmente, **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**, 2016.

modelo em que o mais moderno convivia com o mais arcaico, as mudanças eram feitas pelas elites, que se acomodavam em conformidade com as novas exigências do mercado mundial, sem abrir mão dos privilégios e sem a participação da população nos destinos da nação. É assim que o Império, no nosso caso, acaba por sair de cena e entra a República - para uma plateia seleta.

Nas sociedades dependentes, o capitalismo é introduzido antes mesmo da consolidação da ordem social competitiva. Desta maneira, a ordem social anterior acaba conferindo peculiaridade ao capitalismo, condição que obstaculizou a formação do capitalismo brasileiro em bases autônomas. A dominação patrimonialista promoveu a neutralização e diluição dos elementos competitivos, ficando o equilíbrio social pautado pela cooperação e pelas formas autocráticas de solidariedade (FERNANDES, 1973).

O contexto brasileiro, paradoxal, entrelaçava os velhos privilégios senhoriais aos ensejos progressistas que a ordem competitiva supunha, mas não os alcançava pelo próprio caráter de competição, que suscita embate entre poderes econômicos pré-instituídos:

Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos histórico-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar "o passado no presente", fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. Essa conexão, não obstante ter sido mal estudada é deveras importante. A ela se prende, aparentemente, a baixa vitalidade do regime de classes para pressionar o desenvolvimento econômico capitalista. O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista *mais para a realização do privilégio* (ao velho estilo) que para a *conquista* de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semicoloniais (na verdade, ou pré-capitalistas ou subcapitalistas (FERNANDES, 2006, p. 198. Itálicos nossos).

Se no campo econômico e da produção, as formas de sociabilidade continuavam tradicionais, no campo das ideias de progresso elas se filiavam ao campo liberal burguês, porém, sem a ampliação da participação no poder. Na vigência do Império, o trabalho braçal continuaria sendo classificado como atividade inferior, desprezível, de escravo, etc., uma vez que toda uma cultura se produziu desde a colônia, valorizando o senhor, branco, administrador, proprietário, intelectual, político, general (IANNI, 1989). Em prejuízo do negro escravo, trabalhador da moenda, engenho, fazenda, cafezal e dentre outros ofícios.

Uma vez independente de Portugal, o Brasil se viu dependente da Inglaterra, do seu comércio e da sua proteção. O país se sujeita externamente ao neocolonialismo, orquestrado por aquele país. O neocolonialismo representa formas alternativas de apropriação do excedente econômico gerado internamente (FERNANDES, 1973). Esta fase é iniciada após a desagregação do pacto colonial, no momento em que a constituição de um Estado Nacional independente cria condições para que o capitalismo encontre formas de objetivação em uma sociedade de classes caracterizada pela manutenção dos privilégios estamentais. Assim, externamente, o país estaria submetido aos interesses da Inglaterra e internamente, ao poder político e econômico estamental.

Enquanto no centro do capitalismo, no plano político, a organização do monopólio integrou parte do movimento proletário por meio das organizações sindicais e da incorporação ao parlamento, e no âmbito econômico essa parcela trabalhadora foi integrada ao consumo, no Brasil, essas dinâmicas seguiram outro fluxo. Devido ao parco desenvolvimento das forças produtivas, grande parte da população não foi integrada na economia em condições satisfatórias, tampouco na política.

A vigência do pacto colonial, baseado no latifúndio impedia o desenvolvimento complexo da divisão do “trabalho livre”. Assim,

Os pequenos agricultores eram pouco mais que um servo. Sua gleba é antes uma dependência do grande domínio com que confina que outra coisa qualquer. Ao lado destes pequenos proprietários encontramos os tipos mais comuns de agregados [...] guardas da propriedade, mensageiros e rendeiros de situação sempre precária (PRADO JUNIOR, 2012, p. 28).

A produção voltada para o exterior começou a enfrentar a concorrência externa, mudando constantemente para outras culturas extensivas, constituindo ciclos de produção como o ciclo da cana de açúcar, do cacau, do algodão, do café, etc. A agricultura já não se mostrava atrativa, como nos primeiros anos da colonização. Declinava o preço dos nossos produtos agrícolas, especialmente o do açúcar, produzido quase exclusivamente no Brasil (PRADO JUNIOR, 2012).

A escravidão era um grilhão ao desenvolvimento das forças produtivas, ao mercado interno e ao desenvolvimento de uma sociedade competitiva (FERNANDES, 2006). De acordo com Mello e Novais (2009), para que a escravidão seja colocada em xeque, basta que ela seja uma variável capaz de ameaçar o processo de acumulação. A partir do rompimento do pacto colonial e da independência do país

da metrópole portuguesa, os móveis econômicos nacionais são impelidos a um projeto nacional, mas dependente da produção inglesa.

Esse período que vai da chegada da família real portuguesa (1808), até à maioridade de D. Pedro II, foi marcado por instabilidade política, pelo acirramento dos interesses de classe entre a burguesia comercial portuguesa e os comerciantes nacionais, e por movimentos de revoltas das classes subalternas. Conforme aduz Prado Junior (2012), trata-se do período em que as camadas inferiores desencadearam atitudes revolucionárias, contudo, sem ideologia claramente definida – dada as condições objetivas que as impediam de possuí-la.

Das revoltas desse período, marcadas pela ausência de condições históricas e materiais para a eclosão de uma expansão revolucionária por parte de uma classe trabalhadora propriamente dita, consolidou-se o projeto burguês de liberalismo instrumental, com características próprias da periferia do sistema. A abertura comercial que a partir de 1808 colocou o país na ordem competitiva internacional impunha uma modernização industrial que o país não possuía condições históricas para desenvolver, pois,

Entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura, interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato [...] em primeiro lugar, a deficiência das fontes de energia. O Brasil era pobre em carvão de pedra; as jazidas existentes, de qualidade inferior, são ainda hoje de exploração difícil e precária [...] mas, sobretudo o que dificultava o estabelecimento da indústria moderna era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprimir. A situação brasileira neste particular era mais inconveniente. O nível demográfico e o econômico no país e o padrão de vida de sua população eram ínfimos. Isto ainda se agrava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas uma das outras e desarticuladas pela falta de transporte (PRADO JUNIOR, 2012, p. 195).

A modernização industrial requeria uma mudança na estrutura da produção, ou seja, trabalho assalariado, maquinaria, mercado interno aquecido, subordinação do campo à cidade, procedimentos que as elites brasileiras não estavam dispostas a realizar, pois ameaçavam seu *status quo*. Por tal razão, Florestan (1973) elucida que a subordinação do capitalismo brasileiro em relação à economia internacional não é tanto uma imposição de fora, mas encontra articulação nos próprios interesses da burguesia em reproduzir de maneira interna, as relações de dominação ideológica e de exploração econômica. As elites aceitaram a perpetuação das velhas estruturas

econômicas coloniais como vantajosa, considerando que a alteração de toda a infraestrutura econômica do país seria demasiadamente onerosa e incompensável.

Juntamente com as construções de Florestan Fernandes, os estudos empreendidos por Maria Sylvia de Carvalho Franco e Caio Prado Junior sobre a formação social brasileira nos fornecem os horizontes para compreender a especificidade do capitalismo aqui instaurado. Para Franco (2005), autora que se afirma influenciada pelas construções de Florestan Fernandes, o que se observa é a continuidade do velho para o novo, uma rapidez nas transformações, em lugar das resistências à mudança. Na análise de Prado Junior (2014), de uma economia voltada para fora, de uma situação de dependência de capitais externos e de flutuações conjunturais, a empresa produtora do Brasil iniciou e, de certa forma, continua subordinada e dependente.

Compartilhando da perspectiva de Fernandes (2006), de que após a chegada do Império, o Brasil adentra em um liberalismo instrumental, a incongruência com os centros hegemônicos não se dará apenas no campo econômico, político e cultural, mas também, no sistema penal. Ainda mantendo a escravidão, o país processa penalmente os negros cativos, abrangendo-os nos mesmos processos penais que os demais trabalhadores.

1.2.1. A imputabilidade do negro durante o regime imperial

Com a introdução do Código Criminal de 1830¹⁰, o negro poderia responder criminalmente pelo cometimento de práticas consideradas delituosas (BATISTA 2005). Não era considerado ser humano para comungar das mesmas experiências que um “trabalhador livre”, mas respondia criminalmente pelos seus delitos. A pena

¹⁰ Após a extinção das penas mais duras, como o caso da prática do suplício, introduz-se o Código Criminal de 1830, editado na Constituição de 1824. A introdução do novo código acompanhava uma tendência europeia de extirpar as penas capitais. No contexto europeu, a prática do suplício em praça pública já não compactuava mais com a ordem social capitalista, sendo, portanto, uma prática condicionada ao absolutismo. Defendia-se a “humanização das penas”. Na verdade, essa mudança de tratamento penal pode ser explicada pela emergência de resistências e rebeliões direcionadas ao suplício. Por isso, deixa-se de punir o corpo do supliciado para que sejam organizadas outras formas de punição. Considerando a realidade brasileira, mesmo com a eliminação das penas cruéis, os escravos continuavam submetidos às atrocidades praticadas pelos seus senhores. O Código de 1830 mantém a prisão perpétua e a pena de morte. Para mais informações, ver: ENGBRUCH, Werner; DI SANTIS, BRUNO MARAIS. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. **Revista das Liberdades**, n. 11, 2013.

mais comum oriunda de sua condenação concentrava-se na prática do açoitamento. Assim, o código de 1830 expressava a forte contradição entre liberalismo e escravidão. Esta contradição revela a existência de um liberalismo à brasileira, que não rompe com as formas penais inquisitoriais e com os entraves de uma sociedade escravista, patriarcal e agrária.

Com a promulgação desse Código Imperial, a pena de prisão é introduzida no Brasil em duas formas: a prisão simples e a prisão com trabalho, que poderia ser de regime perpétuo. O Código não estabelecia nenhum sistema penitenciário específico, ficando a cargo dos governos provinciais a escolha do tipo de prisão e seus regulamentos. Em 1828, a Lei imperial determina que uma comissão visite prisões para informar do seu estado e apontar os melhoramentos necessários. A comissão constatou que as penitenciárias do Brasil ainda eram precárias, cujas principais características ainda se fazem presentes na atualidade, como superlotação, presença de populações predominantemente negras, convivência entre condenados e aqueles que ainda aguardavam o julgamento. O primeiro relatório da cidade de São Paulo, realizado em abril de 1829, já tratava desses problemas. (DI SANTIS; ENGBRUCH, 2012, p. 09).

A Constituição de 1824 estabelecia que as prisões deveriam ser bem higienizadas e arejadas, devendo constar a separação dos réus, de acordo com a natureza dos delitos praticados (CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL, ARTIGO 179). Mas a realidade dos espaços de confinamento mostrava-se degradante, não havia a menor preocupação com a condição carcerária por parte do poder público. De acordo com Pedroso (1997), as prisões ficavam entregues ao bel-prazer dos carcereiros, que por sua vez, instituíam penalidades aos indivíduos privados de liberdade. As utopias carcerárias pensadas pelos juristas da época entravam em colisão com os poderes atuantes na realidade carcerária.

No que tange à introdução da sentença com as práticas laborativas, não havia organização, produtividade, recursos materiais e matérias-primas para a realização do labor durante o confinamento. O detento tornou-se desocupado e sem perspectiva de vida (PEDROSO, 1997). De acordo com Carneiro (1993), foram construídas as colônias correcionais como recurso de equacionamento da mendicância. “Não passavam de simples depósitos de indivíduos renegados pela sociedade, principalmente negros, rejeitados pelo contexto econômico e social e

dirigidos à reclusão em cárceres ou asilos” (CARNEIRO, 1993, p. 149). Ainda em acompanhamento às contribuições de Carneiro (1993), chegamos à afirmação de que os Asilos dos Alienados de São João de Deus, fundado em 1874 registrou a existência de uma concentração massiva de negros e mestiços: ao todo eram 96 confinados, totalizando 67 negros, e o número de brancos representava a minoria, eram 29.

Para o negro que conseguia alforria antes do processo de abolição, mas que trazia insegurança e medo para as elites, a solução apresentada para contê-lo era a cadeia. Quando velho e doente, era enclausurado em asilo-hospício. Na cidade de Salvador, por exemplo, quando os negros não eram abandonados nas ruas, eram recolhidos pela polícia e encarcerados nas prisões da Casa de Correção, onde sem os menores cuidados da medicina, recebiam tratamentos espúrios (CARNEIRO, 1993).

A criminalização dos negros também viria afetar suas manifestações culturais e de resistência à dominação, a exemplo da capoeira. Esta atividade recebeu duras repressões por parte da sociedade e das autoridades policiais até o século XX. Reconhecida como doença moral, a capoeira era vista como uma forma de conduzir as pessoas ao ócio e à vadiagem, interpretações claramente presentes no Código Penal republicano de 1890, que aplicava pena de prisão para quem a praticasse. Todavia, segundo Azeredo e Serafim (2011), quando praticada pelos brancos, a capoeira não recebia interpretações pejorativas, mas sim, concebiam-na como uma prática esportiva.

Sob pressão inglesa, a abolição da escravidão atende aos requisitos do imperialismo, inaugurado pela Revolução Industrial, iniciado por volta da quarta ou quinta década do século XIX, perdurando até os dias de hoje¹¹. Para Fernandes (1973), é com o imperialismo que o capitalismo dependente surge como uma

¹¹O geógrafo estadunidense David Harvey, em “o novo imperialismo”, investiga a influência das ações políticas e econômicas dos Estados Unidos, exercida mundialmente nos últimos anos. Sua análise abarca dois vetores: a lógica territorial e a lógica capitalista de poder. “Elas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias” (HARVEY, 2004, p. 34). Para entender o funcionamento da dominação política e militar norte-americana, Harvey recorre ao conceito de hegemonia. A partir de então, defende que a supremacia dos EUA é garantida através da coerção, do consenso, ou por meio da combinação de ambos (HARVEY, 2004). A Guerra do Iraque (2003), a Guerra do Golfo (1990), a Guerra do Afeganistão (2001), estão presentes na esteira de alguns exemplos das investidas norte-americanas citados pelo autor.

realidade histórica na América Latina e reforça-se a figura do burguês complacente, já que a integração nacional das economias dependentes sempre foi alvo de negligência.

Sob a égide do Imperialismo, o padrão de dominação dos centros hegemônicos protagoniza transformações ainda mais acentuadas e suas influências externas atingem as dimensões econômicas, sociais e culturais. A manutenção da escravidão nas colônias prejudicaria o livre circuito de acumulação das potências hegemônicas. O estatuto escravista foi sendo enfraquecido e em seu lugar introduziu-se o “trabalho livre”, principalmente pelo braço do imigrante europeu, agente da modernização e do branqueamento da pele escura do escravo africano.

Convém tornar explícito, porém, que com a decadência do escravismo, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, e, portanto, não podemos afirmar que as relações de trabalho exercidas após a abolição eram tipicamente capitalistas. De acordo com Faleiros (2010), parte do fluxo de imigrantes que chegaram ao Brasil, esteve submetida a relações de trabalho que, por um lado juridicamente podem ser qualificadas pela liberdade (um contrato entre duas partes livres e iguais), por outro, impõe condições deletérias ao trabalhador, a exemplo das parcerias e do colonato. José de Souza Martins (1979), apoiado em teóricos como Marx e Rosa Luxemburgo, constatou que o modo de produção capitalista engendra e reproduz relações não capitalistas de produção.

Os negros não participaram expressivamente das relações de colonato, uma vez que para a busca de disponibilidade de mão de obra para o trabalho assalariado, colocou-se diante do Estado brasileiro e dos fazendeiros, a questão do fomento à imigração. Imperava a construção romantizada do imigrante como trabalhador essencial e indispensável para o desenvolvimento econômico e “purificação” da raça brasileira. Essa construção mítica do imigrante como trabalhador ideal será impactada pelos conflitos entre imigrantes e fazendeiros¹².

A própria dinâmica de transformação do escravo em “trabalhador livre” não contou com mecanismos voltados para a inserção digna deste na sociedade de classes. Integrando a escória social, por compor a posição social situada abaixo dos considerados pobres, o negro encontrará o seu destino penoso e degradante em

¹²Trataremos mais adiante sobre a imigração quando avançarmos para a introdução do negro na era pós-abolição.

uma ordem social competitiva que nega a existência da desigualdade racial, e ao mesmo tempo, soma as estruturas de poder de Estado para reprimir duramente os segmentos considerados “dejetos sociais e raciais”.

É nos grandes centros urbanos, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que no decorrer do processo de industrialização, urbanização e modernização, a marcha para o progresso civilizatório implicará na higienização social de pobres e negros, via destruição de cortiços, construção de largas avenidas e de toda uma infraestrutura urbana que seja capaz de esconder as “camadas indesejáveis” do tecido social.

1.3 O NEGRO NA SOCIEDADE DO “TRABALHO LIVRE”

A inserção do negro se deu de forma abrupta. Ele foi transformado “em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza no quadro de uma economia competitiva” (FERNANDES, 2008, p. 29). Assim, a abolição teve “um caráter de espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, 2008, p. 29). Aos senhores, o direito a indenizações pela perda de propriedade, aos negros, o caminho da rua, do desespero e das ocupações laborais mais degradantes.

Para Ianni (1989), ao mesmo tempo, desenvolve-se uma vasta louvação ao trabalho, como componente indispensável à vida do indivíduo, dos negócios e da nação. Vários intelectuais dedicam-se à apologia ao trabalho, exaltando-o como atividade dignificante e capaz de combater a preguiça e a leiseira. Nem os nacionais pobres, tampouco os negros libertos eram considerados capazes de fazer o Brasil progredir. De acordo com Kowarick (1987, p. 47), os primeiros continuavam sendo vistos pelos seus senhores “como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho”. Ainda segundo Kowarick (1987), já os nacionais pobres, tratavam todo trabalho manual como coisa de escravo, portanto, aviltante e repugnante.

Como um estereótipo de representação da indolência do trabalhador brasileiro, Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, para expressar a crítica ao modo de vida caipira que subsistia, principalmente, no Vale do Paraíba após os tempos de prosperidade cafeeira (LOBATO, 2008). Trata-se, portanto, de condenar um

conjunto de padrões e valores, formas de vida e trabalho influenciados pelas atividades econômicas que predominavam na sociedade nacional da época escravista. Rui Barbosa concordava com a imagem do Jeca Tatu criada por Lobato, enquadrando-a como a expressão mais exata da indolência do trabalhador do campo. Com a proletarização em curso, Barbosa afirmava a necessidade de valorizar o trabalho produtivo, e considerava o trabalho como a “santificação das criaturas”, e não como um castigo (BARBOSA, 1951, p. 17).

Pinto Serva anunciava que “o trabalho não é o ideal dos brasileiros”, que “os brasileiros acreditam na existência da riqueza sem trabalho”. “Não existe riqueza nacional sem um grande trabalho produtivo” (SERVA, 1922, p. 64-65). Claramente, o endeusamento ao trabalho e a rotulação do brasileiro como pouco habituado ao trabalho desaguaria em acusações de ócio contra os setores sociais, que não conquistavam posições laborativas, que lhes permitissem lograr melhores condições de sobrevivência.

Contrariando as tendências de depreciação da figura do caipira, o sociólogo e crítico literário, Antônio Cândido, não se referia a esse segmento em tom jocoso. Cândido sublinha a existência de uma civilização rústica, constituída ao longo do processo de colonização, nos meandros da sociedade colonial brasileira. Logo, o caipira compreende o homem rural brasileiro, e conforme a região do Brasil que habita, ele apresenta uma designação diferente (CÂNDIDO, 2001). Segundo Cândido (2001), o caipira é o morador do campo, que vive em uma sociedade relativamente homogênea, com valores tradicionais muito marcados, fruto da evolução histórica do grupo social radicado em várias partes do Brasil, principalmente em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná. Apresenta uma sedimentação histórica e cultural que lhe dá características próprias.

Ainda sob as contribuições de Cândido, considerando a escravidão ocorrida no Vale do Paraíba e em Campinas, o negro acabou por se acaipirar. O universo caipira nutriu-se com a cultura africana. Assim, Cândido (2001) demonstra que o caipira nasceu da fusão do índio, do branco e do negro. O autor tece críticas ao modo de associar o caipira a um sujeito vadio e incivilizado, reconhecendo que essa

associação tem relação com a dificuldade de ajustamento da cultura caipira ao trabalho disciplinado do meio fabril¹³.

Avaliamos como de suma pertinência as exposições de Cândido relacionadas às representações sociais do caipira, mas consideramos que o desprezo pelo trabalhador caipira encontra correspondência, principalmente, nos ideais defendidos pelas elites de classificar os pobres nacionais como “vagabundos”. A consequência da louvação ao labor e da ojeriza ao trabalhador pobre nacional resultaria, sobretudo, na criminalização dos negros recém-libertos.

Considerando que em sua totalidade cindida o modo de produção capitalista carrega contradições que o sustentam, os negros libertos não podem ser classificados como inúteis à ordem capitalista. O capital imprime à sua maneira a ocupação das cidades, expulsa trabalhadores rurais, para que esses venham engrossar a superpopulação relativa, imprescindível para o barateamento da força de trabalho. Por isso, não podemos considerar que a sociedade de classes compeliu os negros à exclusão e à marginalização social.

Castel (1988) considera a exclusão social como ruptura total com os laços familiares e com o mercado de trabalho, sem possibilidade de estabelecer socialização, utiliza também a expressão “massas sobrantes” para se referir aos contingentes que não conseguem obter condições mínimas de sobrevivência. Paugam (2003) concebe a exclusão social como expressão das contradições existentes no modo de produção capitalista e não como um estado de fatalidade, sendo preciso vivenciar esta contradição que se expressa na exclusão, por meio do desenvolvimento de determinado nível de consciência sobre a contradição que se vive. Mas esses termos não são capazes de capturar a lógica de absorção da massa excedente como indispensável para a manutenção da acumulação capitalista.

Furtado (1974), por sua vez, aponta para a existência de uma massa de mão de obra não absorvida pelo mercado de trabalho formal, e esta massa que não pode ser considerada fora do circuito produtivo, mas fora do trabalho formal e condenada a sobreviver em condições precárias, tem origem a partir da superexploração da

¹³Vale ressaltar que o caipira, em sua maioria, não conseguiu omitir-se do processo de urbanização e modernização protagonizado pelas grandes cidades e do desenvolvimento industrial (CÂNDIDO, 2001).

força de trabalho. Trata-se de uma dinâmica característica de países de origem colonial, cuja sustentação da formação social, política e econômica assenta-se na segregação social.

Enquanto os negros ocupavam os trabalhos mais precários e de poucos rendimentos, para o “trabalho livre” deveria ser introduzido o homem europeu, que por essas paragens, desenvolvia um duplo papel civilizatório, embranquecer a população e estabelecer relações de produção típicas de uma sociedade competitiva. O sistema de vigilância, antes propriedade do senhor, agora tende a se centralizar nas mãos do Estado.

As legislações que antecedem a abolição, em específico, a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, acabou por provocar demasiada presença de crianças negras abandonadas pelas cidades. Neste sentido, no Império, o temor social acerca dos infantes pobres já se fizera sentir. Com a introdução da Lei Áurea, a presença desse contingente foi drasticamente acentuada. Os infantes eram considerados portadores de incivilidade e sofriam as mais duras formas de repulsa, sendo as suas famílias culpabilizadas pela condição de suas crianças. Então, podemos depreender que as crianças negras também apresentam um grave histórico de criminalização e estigmatização, principalmente por parte das elites letradas. A situação de carência econômica apresentada por essas crianças não era levada em consideração, apenas a crença de que essas representavam um infortúnio a ser erradicado.

Perdurando por mais de três séculos (1530-1888), o regime escravista gerou heranças suficientes para a elucidação de uma nação atravessada por relações raciais assimétricas. Externamente, o processo de abolição da escravidão vinculou-se aos anseios dos centros hegemônicos, sobretudo, da nação britânica, na corrida em direção à elevação das potencialidades do capitalismo. Internamente, considerando a estrutura política, econômica, sociocultural e racial do país, o abolicionismo e o esgotamento do regime de escravidão não correspondiam aos reais anseios do negro. Todo o movimento que resultou na Lei Áurea apresenta origem nas vontades e manifestações da elite branca.

Extinta a escravidão e inexistente no país a possibilidade de utilização sistemática de uma força de trabalho nacional, o fazendeiro foi obrigado a voltar-se para o

exterior, onde poderia prover-se da categoria de homens de que necessitava (FRANCO, 1997). Beilguelman (2005) elucida que é a partir das primeiras superproduções de café ocorridas no século XIX, acompanhadas da crise financeira e de mão de obra, que são iniciadas as discussões em torno da criação de núcleos de imigração nos municípios cafeeiros.

A imigração intensiva de mão de obra estrangeira foi interpretada como alternativa mais vantajosa, de onde emergiam braços mais capacitados e habilidosos para lidar com o meio agrícola. O imigrante era considerado mais competente, inteligente e qualificado que os negros. Já o trabalhador nacional, era visto como vazio de ambição, de disciplina para trabalhar e de inclinação para seguir regras (FERNANDES, 2007; BEIGUELMAN, 2005). Quando na verdade, segundo Kowarick (1987), esse trabalhador que somente é convocado para tarefas secundárias e aviltantes, recebendo tratamentos à imagem e semelhança daqueles dispensados aos escravos é visto como indolente, preguiçoso e vadio, justamente quando encobre resistências a um trabalho socialmente desvalorizado e materialmente brutal.

Um tratamento diferente sobre a questão migratória é oferecido por Furtado (1980), que identifica a dificuldade de adaptação dos trabalhadores, principalmente do meio urbano, às condições de vida e trabalho em fazendas. Soma-se a isso, o fato de que o estoque de braços negros era insuficiente para lidar com a expansão da produção agrícola. Como o poder e o prestígio do senhor de terra dependiam, em grande medida, da quantidade de homem que pudesse utilizar para qualquer fim, teria de mobilizar recursos para recrutar mão de obra.

A marca do progresso da nação estaria representada pelo branqueamento da população, enquanto os resquícios de atraso, de permanência de estruturas arcaicas estariam devotados à presença dos negros. De acordo com Pereira (2011), o professor de medicina da Universidade da Bahia, Nina Rodrigues, apontava em suas pesquisas, a existência da associação entre o Brasil arcaico e o Brasil Meridional. As reflexões de Nina Rodrigues estavam carregadas por conotações racistas, fortemente influenciadas por escolas criminológicas italianas e francesas. As teses raciais produzidas sob esse arcabouço influenciaram o pensamento social até a década de 1960.

Desta forma, além da modernização do arcaico e da arcaização do moderno, o Brasil enfrentou dificuldades na integração à ordem social competitiva em razão da presença do preconceito e da discriminação, como fenômenos que contribuíram para a manutenção das relações raciais assimétricas do passado. Dentre essas teses centradas na raça está a “teoria do branqueamento”, fundada por Sílvia Romero (1943), e presente em Euclides da Cunha, na obra “Os sertões”; em Oliveira Vianna, em “A evolução do povo brasileiro” (1933) e “Populações meridionais do Brasil” (1982), com a defesa da tese do “arianismo”. A “teoria do branqueamento” é desenvolvida sob inspiração darwinista. Nesta perspectiva, segundo Vianna (1933), os obstáculos raciais ao desenvolvimento da nação brasileira somente seriam superados mediante o avanço dos diversos níveis de evolução, nos quais as raças se situam, em direção à progressiva perda de peso dos descendentes de negros e índios no conjunto da população brasileira.

“Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva não tem sido, com efeito, senão um contínuo aperfeiçoamento, através de processos conhecidos de lógica social, dos elementos bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca” (VIANNA, 1982, p. 32).

Para Romero (1943), o imigrante estaria diante de um papel precioso a cumprir: corrigir os males resultantes da formação racial mestiça que atinge o brasileiro. Já para Nina Rodrigues (1957), a partir de uma visão pessimista da miscigenação, esta provocaria a “degeneração racial” do povo brasileiro. Contrapondo-se explicitamente a Sílvia Romero, o médico baiano acreditava que “uma adaptação imposta e forçada de espíritos atrasados a uma civilização superior provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas” (1957, p. 90). Assim, para ele, a influência do negro estará sempre integrando um dos fatores da inferioridade da população brasileira.

A degradação do trabalho do negro africano no período da escravidão dificultou a formação de uma consciência política e coletiva. Ademais, no que tange ao desenvolvimento industrial, com a formação do operariado combativo tão em voga na Europa, Behring e Boschetti (2011, p.78) nos atenta que não houve no Brasil escravista do século XIX a radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações consistentes. A “questão social”¹⁴ já

¹⁴Optamos por utilizar o termo entre aspas para diferenciá-lo das apropriações feitas pelo pensamento burguês. “A ‘questão social’, nesta perspectiva analítica, nada tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da

existente no país, com claras manifestações de pauperismo, em especial após o fim da escravidão, só se colocou como questão política a partir do século XX, com as primeiras lutas dos trabalhadores e as primeiras legislações trabalhistas.

Seria tamanho equívoco desconsiderar as formas de resistência dos negros ao regime escravista. Além dos banzos, conforme aponta Moura (1959), a formação de quilombos e as guerrilhas constituíram a forma hegemônica de resistência e luta dos escravos à escravidão. Ao escrever “Rebeliões da Senzala”, Clóvis Moura se contrapõe à historiografia tradicional, que confere caráter de passividade aos escravos diante de suas condições de vida e defende as lutas escravistas como resistências de conotação política. No entanto, a guerrilha se caracteriza como fenômeno constitutivo do modo de produção escravista, formador da experiência e da identidade de senhores e escravos (OLIVEIRA, 2009). Na sociedade capitalista, as formas de luta em favor do negro implicam na tomada de consciência racial e de classe.

Após a dissolução do regime senhorial, a cidade é apreendida como lócus de decadência moral. Emerge a difusão do medo e do terror, com a invasão dos negros e pobres ao espaço urbano (ADORNO, 1990). Os comportamentos periféricos, considerados anacrônicos ao progresso civilizatório encontram na ação policial, na sanção judiciária e na ação filantrópica, os mecanismos para a sua intimidação e equacionamento. Lidar com as adversidades presentes no espaço urbano significava empreender mecanismos de higienização social, de modo a limpar da cidade os “indesejáveis” e/ou bloquear o crescimento desse contingente. A cada nova etapa do desenvolvimento urbano pelo qual as grandes cidades passavam esse contingente era expulso para longe, para onde não havia condições mínimas para residir.

Na verdade, trata-se de gerir a circulação de pessoas nas grandes avenidas, repondo a hierarquia perdida com o fim do regime da escravidão. Essa estratégia de “purificação” do espaço urbano acarretou a expulsão de pobres e negros para os bairros periféricos (BONDUKI; ROLNIK, 1982). A nova classe média urbana não buscou romper com a elite agrária, fazendo acordo com ela para acomodar-se no

sociedade humana, tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p.158). Para Iamamoto (2004, p.20), “questão social” deve ser entendida a partir das desigualdades “presentes na sociedade capitalista madura”.

poder, tornando-se autocrática e demonstrando plena insatisfação com a manifestação dos movimentos políticos de cunho popular. A expulsão de determinados agrupamentos sociais das cidades representaria uma estratégia imediatista dos setores conservadores, em reforço ao típico liberalismo de acomodação das elites.

A introdução do Código de Menores de 1927 reafirma a demanda social de conter o crescimento de crianças abandonadas circulando pelas imediações das cidades. Sob uma ótica policialesca, a legislação prevê o reconhecimento subjetivo de que a periculosidade, o abandono e a delinquência partem da existência de “famílias desestruturadas”, que, portanto, não coadunam com a ótica da civilização burguesa (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007). Desta forma, a higienização social, sobremaneira, também acometia os contingentes infantis, como mecanismo de criminalização da pobreza¹⁵.

No Rio de Janeiro, o prefeito Francisco Pereira Passos, portando uma autonomia concedida pelo então presidente da república, Rodrigues Alves, executou um projeto de reestruturação urbana. O acontecimento que ficou conhecido como “reforma Pereira Passos” consistiu na realização de desmontes e aterros, e construção de largas avenidas, em busca do urbanismo moderno, típico das capitais europeias (BENCHIMOL, 1992). Esse processo de reestruturação urbana, fator de fomento para a remoção de trabalhadores pobres para as periferias da cidade, esteve acompanhado pelo saber técnico de engenheiros, arquitetos e médicos sanitaristas.

A dinâmica de varrer do tecido social a parcela populacional pouco afeita à civilização, afluía em maior proporção, dos centros urbanos paulistanos e cariocas. Consistia em uma estratégia vinculada à segregação social, como forma de estabelecer os princípios do novo contrato social. No entanto, de acordo com Adorno (1990), as elites continuaram a exigir das classes baixas os mesmos padrões de lealdade e devoção dos herdados do período escravista. Os contratos de trabalho verbais eram constantemente desrespeitados pelos empregadores, as remunerações eram extremamente precárias ou pagas em espécie.

¹⁵ Termo utilizado por Wacquant (2003), sobretudo, na obra “punir os pobres”. O Estado assume sua vocação disciplinar para administrar o excedente de miseráveis.

A precariedade dos rendimentos fazia com que muitos trabalhadores apelassem para outras formas de obtenção de renda, combinando, por exemplo, o trabalho fabril com a venda de doces, pipocas, quitutes e salgados. De igual maneira, as mulheres esforçavam-se para complementar a renda familiar. Quando não vinculadas ao trabalho fabril, atuavam como empregadas domésticas, costuravam sob encomendas, recebiam roupas para passar e lavar e preparavam doces e confeitados. Obtinham salários indiretos de seus patrões, sob a forma de sobras de comida, de concessão de roupas e sapatos usados, móveis velhos e demais resíduos de consumo das elites (ADORNO, 1990).

As habitações populares eram consideradas redutos de disseminação de doenças, de comportamentos promíscuos e moralmente desprezíveis. Na perspectiva das elites, da imprensa e do poder público, os cortiços habitados pela “ralé inculta” deveriam ser demolidos, em conformidade com os projetos de engenharia e arquitetura voltados para a modernização do espaço urbano. Nos cortiços, que poderiam ser denominados como “territórios negros”, misturavam-se negros, prostitutas, vagabundos e trabalhadores paupérrimos (BLAY, 1985). Entretanto, os escritores literários Lima Barreto e Aluísio Azevedo, contrastantes em suas perspectivas teóricas e de sociedade¹⁶, retratam a presença de diferentes tipos de pessoas nesses espaços. Para o pré-modernista Lima Barreto, os pobres presentes nos cortiços “pareciam misturar-se e confundir-se, protegendo-se mutuamente e ignorando diferenças de cor e de nacionalidade” (BARRETO, 2010, s.p). O naturalista Aluísio Azevedo (1998) descreve a presença de imigrantes, negros, brancos pobres, lavadeiras, benzedadeiras, assassinos, malandros, etc.

A demolição desses espaços foi acompanhada pela construção de grandes avenidas, pelo desenvolvimento de infraestrutura urbana e pela construção de pontes e viadutos, em atendimento às estratégias requeridas para o processo de industrialização. É claro que toda a dinâmica higienista e de destruição de habitações populares, além de colaborarem com a demanda do desenvolvimento

¹⁶ Embora ambos tenham desenvolvido formulações literárias debruçadas sobre temáticas sociais, expressando injustiças, racismo, escravidão e a miséria imperante nas cidades brasileiras, Lima Barreto opõe-se ao positivismo defendido por Aluísio Azevedo. Enquanto este afirmava que a vitória dos injustos sobre os fracos e miseráveis era produto de uma seleção natural, em clara defesa ao Darwinismo Social, Lima Barreto, defensor de ideias anarquistas e socialistas, contesta a naturalização da miséria, apontando que Aluísio Azevedo observa as pessoas e as coisas sob a ótica do preconceito (BARRETO, 2010).

industrial, contribuíram também com o reestabelecimento das segregações sociais e raciais.

Abandonado à sua própria sorte, o negro acabava por ser enquadrado como pouco merecedor de melhores condições de sobrevivência, apenas das piores alternativas de obtenção de renda, que por sinal eram esporádicas. Para Silva (1988), alternando a mendicância com o trabalho temporário, os ex-escravos mergulhavam neste mundo da precariedade, apelando para os roubos, as fugas, as agressões, os assaltos e as bebedeiras. Prevaleceu, assim, a heteronomia racial, que associada à heteronomia política, econômica e social tornou-se constitutiva do capitalismo dependente. Não se trata de uma articulação que represente um subproduto histórico do Brasil colonial, mas de um fenômeno funcional ao capitalismo dependente (FERNANDES, 2006). Esta funcionalidade deságua na criminalização e no encarceramento de negros e pobres. A criminalização do negro encontrou sua estrutura plena no capitalismo dependente, acompanhada pelo autoritarismo policial e pelo parco avanço dos direitos humanos. Prevalece também a concentração racial da renda, do prestígio social e do exercício do poder por parte dos brancos.

O ex-cativo foi espoliado em duas frentes, através da negação da integração digna do negro ao circuito das transformações sociais, econômicas e políticas da ordem social e da acentuação do tratamento policial para com este segmento. Esta segunda frente impera como se a sombra do Código Criminal de 1830 ainda pairasse sobre os negros. Para Ianni (1989, p. 197), quando se criminaliza grupos e classes que põem em causa a paz social, defende-se a ordem social estabelecida, de modo a tratar as disparidades sociais como “manifestações inequívocas de fatalidades, carências, heranças”, quando não responsabilidades daqueles que dependem de medidas repressivas.

A liberdade dos escravos, portanto, geralmente empregados dos latifúndios, não significou oportunidades. O indivíduo liberto há poucas décadas continuava sendo visto como escravo. “O trabalho livre não contou com uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os colocou em competição com os imigrantes em condições desiguais” (FERNANDES, 2006, p. 21). Sua resistência ao se enquadrar nos moldes de uma sociedade competitiva o distinguia como “vagabundo”,

“preguiçoso” e “moralmente inferior”. Seu destino foi o de ocupar os morros e as periferias das cidades nascentes, onde se haveria de se inserir no mercado informal.

Nos anos 20, as medidas de profilaxia aos considerados criminosos sociais ganharam por parte do governo, ações de caráter extremamente violento. As prisões agrícolas foram locais destinados ao ocultamento da delinquência das cidades. Eram localizadas fora do perímetro urbano. O Estado apropriou-se dessa modalidade de prisão para durante os anos 30 reformular os locais de reclusão, mas agora com a designação de Penitenciárias Agrícolas (PEDROSO, 1997).

Nesses tempos, a “questão social” no Brasil não passa de caso de polícia, com repressão violenta. A velha conduta senhorial ganha nova roupagem, constituindo a polícia na guardiã da ordem e dos bons costumes, contra o vandalismo dos desordeiros e perigosos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Assim, desde o declínio do regime escravo, a “questão social” passou a ser um ingrediente constante em diferentes lugares da sociedade nacional, e a despeito das lutas sociais que ela envolve e das medidas que se adotam em inúmeras ocasiões, para enfrentá-la, continua a desafiar os diferentes setores da sociedade (IANNI, 1989).

Os sistemas de reclusão agrícolas, de acordo com Pedroso (1997) apresentavam custos mais baixos que os industriais. Direccionavam-se às “populações perigosas” que não pertenciam ao contexto urbano. Na mentalidade da época, o espaço urbano representava progresso e modernização, ao passo que o mundo rural representava o atraso e falta de compromisso com a modernidade. Aos pobres e negros não vinculados ao desenvolvimento das cidades, as prisões faziam parte da limpeza exigida pelo progresso urbano.

As manifestações dos negros em busca de condições de dignidade recebem contornos de desqualificação e desmoralização por parte da sociedade, que os elegem como “classes perigosas”. O contexto societário atribui aos negros, a culpa pelos seus fracassos e infortúnios. Florestan Fernandes e Roger Bastide contribuíram significativamente para desconstruir a ideia de que há o predomínio da docilidade na relação entre negros e brancos. “O hábito da docilidade, de fazer exatamente o que o branco espera do negro, impede que se veja o lado moral do problema” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 192). Não havendo enfrentamentos

diretos, uma falsa sensação de paz é instalada e esta sensação acaba por prejudicar a formação da consciência política do negro.

A miscigenação não representa um fenômeno capaz de democratizar as relações raciais, mas sim, de fortalecer a hierarquia da estratificação racial herdada do passado colonial. No capitalismo dependente, a democracia social destoa-se do compromisso de associar-se ao enfrentamento dos impasses enfrentados pelo negro. Desta forma, de acordo com Fernandes (2015), a revolução burguesa foi profundamente desfavorável para os negros, tanto no meio rural, quanto no espaço urbano. Esta realidade perdurou até a década de 1930. Daí em diante, ambos conquistam posições relativas, absorvendo as oportunidades econômicas advindas do desenvolvimento urbano-industrial e da expansão da agricultura.

Embora a industrialização possa ter sido iniciada antes da década de 1930, é nesta década que adquire dinamismo e impulso para a sua solidificação, ocorrendo a consolidação do capitalismo contemporâneo brasileiro e a diversificação dos estratos sociais, com a formação do proletariado urbano. Assim, com a agudização das contradições entre o empresariado urbano e a classe proletária, os conflitos sociais já não podem mais ser tratados como caso de polícia.

1.4 A ERA DA EXPANSÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

O esgotamento das bases sociais de apoio à política oligárquica a partir do início do século XX foi motivado pelo crescimento do processo de urbanização e industrialização. Processos estes, que de acordo com Suzigan (1986) diversificaram os segmentos sociais e a base produtiva. Nesse período, ocorrem as primeiras greves da classe trabalhadora, sob influência das experiências dos imigrantes europeus, que vivenciaram movimentos anarquistas e comunistas no contexto europeu. Segundo Suzigan (1986), manifestando o compromisso com a redução das desigualdades sociais e com a promoção de melhores condições de trabalho para a população, em 1922 é organizado o Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Para enfatizar os acontecimentos que culminaram na chegada de Vargas ao poder presidencial faz-se oportuno evitar reducionismos e contextualizações que não dão conta de explicar a complexidade do período. A chegada de Vargas à presidência representou muito mais que um rearranjo das elites no poder. De acordo com

Fonseca (1989) e Skidmore (1982), trata-se de um período que representa um avanço e uma ruptura na história econômica e política do Brasil. Ambos os autores, argumentam que na década de 30 foi extinta a estrutura política republicana criada na década de 1890.

A nova realidade sociopolítica do país, representada por integrantes de setores médios, perseguia a ideia de que o Brasil deveria combinar modernização, industrialização e consolidação de direitos. Os postulados da República oligárquica estavam em plena contestação por ser anacrônica à modernização. Na arena de inconformidade com a velha política, surge o movimento tenentista, rebelião dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922 e a Coluna Prestes, em 1924. Também nesse período acontece a “Revolução de 1930”, que insere o Brasil, solidamente, na sociedade capitalista moderna (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Teria Júlio Prestes, o sucessor republicano do presidente em exercício, Washington Luís (1926-1930) conquistado a vitória na corrida presidencial. Entretanto, Vargas, por meio de uma oposição armada, ocupa a presidência da república provisoriamente (1930-1934)¹⁷. O estopim para a deflagração da revolta armada em 1930 culminou com o assassinado de João Pessoa na Paraíba, o então candidato à vice-presidente de Vargas. As marchas orquestradas pelos militares percorriam do Sul do país (Rio Grande do Sul), o Norte (Paraíba), o Oeste (Minas Gerais) até a região Sudeste (Rio de Janeiro), enfraquecendo o comando militar do governo de Washington Luís. Essas marchas deram início à Revolução de 30, fortemente apoiada por políticos da Aliança Liberal¹⁸ e por tenentes (SKIDMORE, 1982).

¹⁷O apoio a Getúlio Vargas partia de uma coalizão heterogênea integrada por “revolucionários” e não revolucionários. Dentro do grupo dos revolucionários, estavam os constitucionalistas - defendiam as ideias liberais clássicas (eleições livres, governo constitucional, liberdades civis); os nacionalistas (tenentes) – eram semi-autoritários, antipolíticos e elitistas. Defendiam uma modernização nacionalista em curto prazo. O grupo dos não revolucionários englobava os membros dissidentes da elite política, interessados em usar o golpe em causa própria e os plantadores de café, insatisfeitos com a política cambial de Washington Luís, que fornecia receita decrescente ao setor de exportação (à medida que o preço do produto declinava no exterior) e com sua recusa na concessão de créditos para a compra dos estoques excedentes (SKIDMORE, 1982).

Todavia, foram as posições tenentistas que estiveram mais influentes durante a revolta varguista, chegando a influenciar as ideias da Organização civil-militar 3 de outubro, fundada em 1931. O nome da organização remete ao dia em que a revolta foi iniciada. Essas informações estão presentes na obra de Thomas Skidmore, intitulada “Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)”, 1982.

¹⁸Firmada entre os políticos dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul e o Partido Democrático de São Paulo, a Aliança Liberal surgiu para fortalecer a chegada de Getúlio Vargas à presidência. Vargas liderava a Aliança Nacional no período de efervescência das transformações econômicas e da crise do sistema oligárquico. Contudo, estava atravessada por contradições: ao

Ao se apoderar do Estado, Getúlio Vargas impõe um controle sobre o movimento sindical e se aproveitando das lutas internas das classes dominantes, realiza uma aproximação carismática com os de baixo, formulando leis importantes para a formação legal da classe trabalhadora e ampliando o sufrágio universal para as mulheres. Na perspectiva de Ferreira (1997), considerando o regime varguista como carente de legitimidade por ter sido construído a partir de um golpe político-militar, o Estado tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, com a finalidade de obter dos trabalhadores a aceitação e o consentimento ao regime político instaurado.

É no período de Getúlio que temos o início de uma industrialização plena, denominada industrialização restringida, pois, para Furtado (1974), não houve rompimento com os interesses da burguesia agrária, posto que a política de valorização do café continuou sendo implementada até 1944. Ainda, de acordo com o autor, até 1953, Vargas manteve uma política cambial que desvalorizava a moeda brasileira e estava associada à valorização do café, tal política cambial constitui um dos fatores que colaborou com a expansão da indústria de bens de capital e a política de substituição de importações.

Em razão do não rompimento do governo Vargas com a oligarquia, Fonseca (1989) concebe a Revolução de 30, ao mesmo tempo, como burguesa e oligárquica. Para o autor, os acontecimentos de 30 integram um processo no qual a burguesia agrária detém a hegemonia, embora os industriais não tenham sido excluídos desse processo, uma vez, que de acordo com Bello (1936), o setor industrial foi beneficiado com o protecionismo e intervencionismo do Estado brasileiro.

De 1930 até 1934, a economia brasileira concentrou-se no processo de substituição de importações - PSI, centrando-se no protecionismo e na aquisição de investimentos estatais. Foi nos moldes do PSI, que os trabalhadores sindicalizados alçaram o patamar de “cidadãos de direito”. Neste ordenamento, as classes médias realizavam aliança social com os sindicatos dos trabalhadores. O direito à sindicalização conformava a porta de entrada para o acesso a outros direitos sociais e ao reconhecimento do sujeito como cidadão, por parte do Estado. Com efeito, de acordo com Cerqueira Filho (1982), destas transformações não resultará apenas a

expansão industrial, mas também o crescimento da classe operária e a eclosão de novas contradições.

O conjunto de acontecimentos da década de 30, fomentando a universalização, a consolidação e a expansão da ordem social competitiva não solucionou o quadro de desigualdade e concentração de renda. A política centralizadora destinada a eliminar as influências localistas e a conter as oligarquias não conseguiu impedir o aumento das desigualdades regionais (FONSECA, 1989).

Assim, a Revolução Burguesa alcançava seus momentos finais mantendo a exclusão de grande parte da população, aguçando os contrastes, mas industrializando o país, consolidando a dominação burguesa e imprimindo ao seu crescimento taxas sem precedentes no contexto mundial (1989, p.463).

Conforme já explicitado, o mundo dos brancos foi profundamente beneficiado pelo surto econômico e pelo desenvolvimento social, vinculados à produção e à exportação de café. Durante a urbanização acelerada e à industrialização, a mesma dinâmica de privilegiar os brancos permaneceu. Já o mundo dos negros percorreu outro processo, em direção à formação de uma população trabalhadora excedente. Portanto, a desagregação e a extinção do regime escravista não significaram, de imediato, modificações das posições relativas dos segmentos raciais em questão na estrutura social da comunidade, tanto no setor agrário, quanto no setor industrial (FERNANDES, 2007).

Para comungar dos mesmos direitos do “homem livre”, o negro precisava ajustar-se às condições de vida imperantes no “universo dos brancos”. Sobre a degradante posição do negro em meio ao processo de modernização metropolitana, Fernandes (2007, p.90) identifica que,

Três quartas partes da população negra e mestiça da cidade submergiram numa dolorosa era da miséria coletiva, de degradação moral e de vida social desorganizada. O abandono do menor, do doente ou do velho, a mãe solteira, o alcoolismo, a vadiagem, a prostituição, a criminalidade ocasional ou sistemática repontaram como dimensões normais de um drama humano sem precedentes na história social do Brasil.

Fatalmente essa desigualdade resultaria em respostas violentas da parte dos não-contemplados pela efetivação de direitos. Quer dizer, denuncia-se aí a faceta de um Estado periférico. A sociedade em formação ainda permite que esse Estado se restrinja à coerção. Os resquícios escravistas permanecem fortes, a ponto de a

“questão social” ser encarada como caso de polícia. A fragilidade da sociedade civil em formação será sempre motivo para golpes das frações burguesas em disputa pelo poder do Estado. Essa fragilidade também compactuará com constantes criminalizações e repressões dos movimentos sociais.

Em meados da década de 1930¹⁹, a capoeira começou a ser aceita aos poucos pelo governo de Getúlio Vargas, passando a ser vista não mais como doença moral, mas como um esporte. A descriminalização da capoeira estaria presente no Código de 1940²⁰. Mas esta descriminalização seguia o discurso de que se tratava de exaltar um esporte decorrente de uma herança mestiça que compreendia algo positivo, singular à identidade nacional do país, não sendo, portanto, uma prática observada sob o viés da cultura africana (AZEREDO; SERAFIM, 2011).

Conforme elucida Nascimento (1978), com a promulgação de legislações sociais e trabalhistas, Vargas buscava obter o prestígio por representar o “pai dos pobres” em um período no qual as elaborações de direitos sociais e do trabalho representam um marco na história do Brasil, porém, a discriminação no emprego permanecia, sendo legitimada pela Lei consuetudinária. Os anúncios informando a oferta de empregos explicitavam claramente a recusa ao sujeito negro. Esta realidade perdurou mesmo após a aprovação da Lei Afonso Arinos, de 1951, que proibia a discriminação racial.

¹⁹Nesta década é criada a Frente Negra Brasileira, com o objetivo de travar o avanço das discriminações raciais e de perpetuar uma sociedade marcada por igualdades raciais no acesso à renda, à política e aos direitos sociais. Esta organização nacional, posteriormente, transformou-se em partido político, chegando a manter diversas agremiações espalhadas pelo país, envolvendo os estados da Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. A entidade mantinha aparatos educacionais, de cursos profissionalizantes e forças de disciplina militar para proteger os negros contra qualquer tipo de discriminação e agressão, além de um jornal oficial e aproximadamente 200 mil filiados. Essas informações estão disponíveis em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra_brasileira_tem-ideais-sufocados.shtml. Acesso em: setembro de 2018.

²⁰Na década de 1940, o defensor da Sociologia da Práxis Negra, Clóvis Moura empreendeu em seus estudos rupturas com as análises culturalistas de Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edson Carneiro sobre o negro. Esta ruptura ocorreu com a análise da luta de classes na ordem escravista e a ideia de práxis é inserida em primeiro plano, antecedendo as categorias classe, estrutura, etc. (MOURA, 1959).

No campo educacional, Vargas desenvolve investimentos em cursos profissionalizantes, como via para a capacitação para o setor industrial. O recurso carismático utilizado por Vargas para a consecução da manutenção de sua legitimidade demandava o investimento significativo em direitos sociais, em contraste com a retração de liberdades políticas. Sua postura centralista consistia na desagregação dos poderes regionais e no fortalecimento do poder nacional. (FAUSTO, 1997).

Em 1937, Vargas instaura a Ditadura do Estado Novo²¹, um regime autoritário, de cunho nacionalista e que se aproximava dos regimes fascista e nazista que imperavam na Europa. Instaurada sob o receio da chegada do comunismo, representado por Prestes, a base da ditadura varguista estava em um crescimento autônomo do país, que esbarrava com os interesses da nova potência mundial e que irá se fortalecer ainda mais no pós-segunda guerra, os Estados Unidos da América (EUA). O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) exercia vigilância e controle de qualquer tipo de militância²² ligada a contestações sociais.

Vargas governou o país durante toda a Segunda Guerra Mundial. Neste período, o país conseguiu expandir sua produção e conquistar mercados externos. O que concorreu para a dinâmica da industrialização foi uma série de fatores ligados à crise capitalista mundial de 1929, prolongada até a Segunda Guerra Mundial e a defesa de uma política nacionalista, que influenciará o desenvolvimento de

²¹O golpe do Estado Novo marca a dissolução da Frente Negra Brasileira. Todavia, a construção de novas frentes de resistência aos gargalos enfrentados pelo negro não tardariam em florescer. Em 1944, sob autoria de Abdias do Nascimento, surge em território fluminense o Teatro Experimental do Negro – TEN, cujos objetivos, através da dramaturgia, eram resgatar os valores da cultura africana, combater o preconceito racial e combater o costume de inserir negros em papéis grotescos e vexatórios. Na dramaturgia do TEN eram recrutados negros residentes de áreas periféricas, empregadas domésticas e trabalhadores de baixa qualificação. Ver: NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²²Durante o regime autoritário do Estado Novo, ao aliar militância e orientação ideológica à atividade profissional, o sociólogo e jornalista Clóvis Moura não tardaria em ser notificado pelo aparato repressor e censor do Estado. Os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), não satisfeitos com as publicações da revista “Flama”, fundada por Clóvis e sua irmã Maria do Rosário Moura, transformaram os conteúdos da revista em motivo de investigação. O periódico foi acusado de conter formulações comunistas. Ver: OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. Dissertação (mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Centro de estudos gerais, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p.153. 2009.

importantes setores industriais de base (PRADO JUNIOR, 2012). A produção de tecidos de algodão encontrou alguns mercados externos, como nos países da América Latina e na África do Sul. Os próprios Estados Unidos da América se tornam grandes importadores de tecidos brasileiros (PRADO JUNIOR, 2012, p. 230).

A política de investimento na expansão industrial contou com a realização de empréstimos externos, para a aquisição de tecnologias. A política de investimento na industrialização consolida-se ao mesmo tempo que são formuladas as medidas de legislação social e trabalhista (SANTOS, 2012). Diferentemente do desenvolvimento central, nossa cidadania foi regulada pela posse da carteira de trabalho assinada. Essa realidade caracteriza o desenvolvimento do Estado social brasileiro, de caráter corporativista e fragmentado, distante da perspectiva da universalização dos direitos sociais.

As transformações econômicas, tecnológicas, socioculturais e políticas que desencadearam a Revolução Burguesa, realizada apenas durante o ápice da evolução industrial no país, não foram capazes de cumprir com a plena consolidação da industrialização. A aliança com as classes tradicionais permitiu a migração dos postulados do liberalismo, a saber, livre iniciativa e propriedade privada concentrados nas classes privilegiadas. Não havendo, portanto, a redistribuição de renda, a libertação do poder oligárquico e a implementação da socialdemocracia no país (FERNANDES, 2015). O populismo engendrado por Vargas não concorreu para a plenitude de acesso aos direitos por parte das massas, pelo contrário, ao mesmo tempo que assegurava melhores condições de acesso à cidadania para os trabalhadores formais, fortalecia a burguesia industrial e mantinha um sindicalismo corporativista.

Enquanto o Estado interventor de Keynes está em vigor no centro, o Brasil ainda atravessa uma segunda experiência ditatorial, dinâmica que será contextualizada mais à frente, uma vez que cabe enfatizar o período que demarca a passagem do Brasil para o quarto padrão de dominação externa²³, a dominação proveniente do capitalismo monopolista, sobretudo, de matriz norte-americana. De acordo com

²³ No decorrer do trabalho, apresentamos o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo. Na década de 50, vigora o padrão de dominação externa advindo com o capitalismo em sua fase monopolista.

Furtado (1987), o fim do Estado Novo coincide com o ápice da hegemonia norte-americana.

O retorno de Getúlio em 1950 acirrou o conflito entre os interesses nacionalistas e os interesses do capital internacional. Conflito esse que o levou ao suicídio em 1954. Sua substituição deu-se com a posse de seu vice João Café Filho. Com a chegada de Juscelino Kubistchek à presidência da república (1956-1960), há um incremento, sobretudo, na indústria automobilística, com enorme investimento internacional e, consequentemente, o país atravessa uma dívida crescente durante o período. Segundo Prado Junior (2014), tratava-se de avançar com o apoio do capital estrangeiro e suas imposições que aprofundavam a dependência econômica do país.

1.5 “UM SALTO PARA O FUTURO”

Durante a gestão de Kubistchek, adentramos na fase do capitalismo monopolista. Acentua-se a transferência de excedentes da periferia do capital para o centro, por meio da introdução de novos padrões de planejamento, concorrência e controle das economias dependentes pelos interesses estrangeiros. A ideologia desenvolvimentista de JK atuou como ferramenta estratégica na cooptação de trabalhadores de baixa qualificação e considerados descartáveis, uma vez que após a inauguração de Brasília, todas as ocupações consideradas irregulares situadas no entorno dos canteiros de obras seriam erradicadas. Esta fase de grandes projetos de infraestrutura urbana, e de expansão de Brasília coaduna com a criminalização de trabalhadores ocupantes de vilas irregulares.

No cenário internacional, entre o início da década de 1940 e o início da década de 1970, o mundo capitalista vivencia o ápice da hegemonia norte-americana, em razão da forma de condução de seu poder e da aceitação desse poder pelas principais nações capitalistas. Os EUA criaram instituições econômicas, políticas e militares, como forma de promover o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no mundo. Este comportamento dos EUA também pode ser explicado em virtude do fortalecimento da União Soviética e do desenvolvimento da Guerra Fria, já que todo o investimento tecnológico, ideológico e militar consistia em compor estratégias para conter o comunismo (SANTOS, 2007).

A hegemonia norte-americana apoiou-se em três condicionantes, que não podem ser compreendidos separadamente, de acordo com Furtado (1987). Primeiro, o desenvolvimento de um sistema de segurança militar no contexto da Guerra Fria, legitimado por meio de algumas alianças militares com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), como forma de combater a expansão dos ideais soviéticos. Segundo, a formulação do acordo de *Bretton Woods*, que estabeleceu o padrão ouro-dólar como referência monetária mundial, criando as instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Terceiro, a expansão das grandes corporações norte-americanas, com a difusão dos padrões de produção, consumo e financiamento estadunidenses (FURTADO, 1987).

Durante a década de 1950 a sociedade ainda se mantém predominantemente rural, contemplando na estrutura social do campo a oligarquia latifundiária, empregadores de trabalho assalariado (médios proprietários ou pequenos capitalistas) e a pequena propriedade familiar. No referido período, o país está assolado por uma desigualdade extraordinária e atravessará o movimento de uma forma de configuração de vida para outra: da sociedade rural tradicional para o duro universo da concorrência da grande cidade (MELLO; NOVAIS, 2009).

O governo JK foi amparado por uma política nacional desenvolvimentista, que combinava uma forte intervenção estatal no setor de transporte, energia e comunicação, como formas de incentivar a industrialização nacional e atrair o capital externo com concessão de facilidades fiscais (SANTOS, 2012). É nesse período que JK elabora o plano de metas, anunciando as principais áreas de investimento. O avanço nas metas foi possibilitado pelos investimentos provenientes do setor público nas áreas de eletricidade, transporte, alimentação, indústria de base e educação (ARAÚJO; BARRETO; HELBORN, 2010).

Para Campos (2009), analisando o caso do setor de transporte, simbólico na gestão de JK, esse padrão de desenvolvimento demasiado comprometido com a esfera privada fez emergir os interesses das empresas multinacionais e associados, que estabeleceram uma agenda cada vez mais voltada aos interesses dos centros decisórios externos. Destarte, continua o autor, os rumos da administração estatal eram influenciados crescentemente pela articulação de interesses da empresa multinacional com a empresa privada nacional e alguns quadros burocráticos.

A política desenvolvimentista de JK teve como substrato, a elevação dos gastos públicos e uma ampla emissão de moeda. Esta dinâmica gerou um grave processo inflacionário e a desvalorização da moeda brasileira. A classe trabalhadora foi duramente prejudicada, com o rebaixamento de seus salários e a instauração da carestia, condições que desencadearam a ocorrência de greves e mobilizações sociais (LACERDA ET AL, 2010).

A concentração de grandes porções de terra permanecia nas mãos dos latifundiários. Este monopólio do latifúndio orquestrado pelos grandes proprietários de terra culminava no agravamento das condições de vida dos trabalhadores do campo, conseqüentemente, estes transferiam a tentativa de sobrevivência para a vida urbana. Todavia, o inchaço urbano acabou por promover o crescimento de favelas e subúrbios. Conforme Araújo; Barreto e Heilborn (2010), a fase da “bossa nova” do governo JK apenas beneficiou os setores médios da população, não houve uma política de redistribuição de renda e o rompimento da aliança com a elite fundiária. A maioria do contingente deslocado do campo para as cidades continuou sendo representada por negros, representantes do trabalho rural. Seu deslocamento para o meio urbano continuava o impelindo a ocupar as periferias.

Em 1959, o preconceito racial fora mencionado pelo “O Jornal do Rio de Janeiro”, como o principal fator do desemprego (NASICMENTO, 1978).

Com efeito, candidato de cor, mesmo com habilitação, para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigem pessoas de “Boa aparência”, não conseguem trabalho. (...) É o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator de desemprego, em seguida vem a idade e a nacionalidade (NASICMENTO, 1968, p. 29).

Ainda utilizando-se das formulações de Nascimento (1978), frisamos que após 1950 os censos sobre a raça da população não foram elaborados, entretanto, desde aquela década a estrutura racial permanece sendo majoritariamente composta por negros. A fase desenvolvimentista de JK combinava grandes investimentos em setores estratégicos com a continuidade dos tratamentos espúrios aos negros e demais trabalhadores de baixa qualificação.

A população de trabalhadores das vilas e invasões surgidas a partir dos canteiros de obras situados em Brasília criou movimentos sociais que pressionaram o governo por direitos de ocupação do solo urbano, e contribuíram para o surgimento das

primeiras cidades satélites complementares ao núcleo central, em condições de carência de infraestrutura, trabalho e serviços básicos (FONSECA, 2001). Isto confirma o nefasto planejamento urbano desencadeado durante a gestão de JK e a negação da ocupação do solo urbano pelas massas.

No período de vigência do projeto desenvolvimentista de JK, ocorreram desocupações de comunidades tradicionais de seus territórios, em benefício dos empreendimentos da iniciativa privada. No caso capixaba, segundo Ferreira (2010), há que se destacar a experiência da Companhia Aracruz Celulose, que dizimou vastos territórios de áreas verdes para o plantio de eucalipto. A população prejudicada por esse processo de desterritorialização integrava comunidades quilombolas e residia nas regiões que compreendem o Sapê do Norte, a qual se estende do Rio Cricaré até o Rio Itaúnas, nas regiões de São Mateus e Conceição da Barra.

De acordo com Ferreira (2010), o Estado desempenhou papel fundamental nesse processo, classificando as terras de uso comum em terras devolutas, ou seja, passíveis de serem negociadas como mercadorias. Aos moradores, desprovidos de documentação comprobatória da posse de terra, o Estado passaria a exigir comprovação da regularização como propriedade privada. Essa desapropriação legitimada pelos cartórios e institucionalizada pelo Estado concorreu para a “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação (material e simbólica)” (HAESBAERT, 2004, p. 315).

Tendo o capital estrangeiro como base e o investimento na indústria automobilística a marca do desenvolvimentismo, o governo JK acaba dando origem as primeiras cidades industriais e com elas, os primeiros núcleos operários, que viriam a constituir a base do movimento operário brasileiro. A disputa pelos postos de trabalho industrial situava-se entre os trabalhadores já habituados à sociedade competitiva, tendo o negro, enorme dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho.

A agitação dos anos 1960, período de intensificação da guerra fria, com a Revolução cubana e a contra-ofensiva dos EUA com a lei de segurança nacional, irrompeu a cena do país com uma crise política instalada pela renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Este último, muito ligado ao movimento sindical e às classes subalternas das forças armadas, assume o controle do país nessa época de

efervescência social, tanto no campo, com as ligas camponesas²⁴, quanto nas cidades, com os sindicatos e os estudantes. Desse amálgama político, econômico e social, de acordo com Ianni (1981, p. 43), originar-se-á uma saída autoritária que conduzirá o Brasil para a “ditadura do grande capital”.

1.6 A OFENSIVA DITATORIAL DE 1964 E A PERMANÊNCIA DOS FLAGELOS AUTORITÁRIOS PÓS-DITADURA

No período de transição que se inicia com a revolução de 1930 e termina com o golpe de 1964, temos uma formação fragmentária da classe proletária, em que os direitos vão sendo adquiridos de forma lenta e gradual, sem que haja uma organização mais substantiva dos trabalhadores. A cidadania é também fragmentária, na medida em que a carteira de trabalho é vista como passaporte do “cidadão” inserido nos moldes da “cidadania regulada”²⁵. Logo, mesmo João Goulart sendo representante de um projeto nacional e popular, encarregava-se de tratar o direito apenas estritamente vinculado à esfera trabalhista.

A partir do golpe orquestrado em 1964, o capitalismo monopolista, sob o autoritarismo de Estado, atinge seu ápice para garantir a reprodução ampliada do capital. Na América-Latina, a manifestação do novo imperialismo concorre para procedimentos altamente destrutivos. Compromete a redistribuição de renda, a redução das margens de desemprego, contribui com a manutenção das estruturas e privilégios arcaicos de poder e com a instauração de regimes de poder autoritários. Dessa forma, a aceleração da incorporação do Brasil às diligências do centro não compactua com os princípios democráticos.

De acordo com Mello e Novais (2009), produziu-se uma sociedade deformada e regida pelos detentores da riqueza. Entre as décadas de 60 e 80, cerca de 40 milhões de pessoas que viviam no meio rural continuavam submersas na pobreza absoluta, período no qual a miséria rural é conduzida para a cidade. Cerca de 31 milhões de migrantes migram para a cidade (MELLO; NOVAIS, 2009). Os autores creditam ao período em discussão, a formação de uma sociedade dividida em três

²⁴As **Ligas Camponesas** surgiram em 1946 e foram importantes defensoras da reforma agrária no país antes da Ditadura Militar (PRADO JUNIOR, 2014).

²⁵ Termo cunhado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. Ver: SANTOS, 1998. p. 63-114.

mundos: o primeiro mundo pertence aos mais ricos e privilegiados; o segundo mundo compreende a nova classe média e o terceiro mundo abarca os pobres e miseráveis, sobretudo, aqueles que não conseguem comungar das novas oportunidades geradas pela industrialização.

O golpe de 1964 originou-se da visão norte-americana de que o desenvolvimento da economia no contexto latino-americano deveria prescindir, necessariamente, de uma elite militar e empresarial capaz de estabelecer um regime político forte e modernizador, tendo como foco, o desencadeamento da aliança entre a burguesia nacional e a burguesia internacional (SANTOS, 2015). Desta forma, os designios da burguesia nacional de estabelecer-se enquanto força hegemônica dentro dos limites estritamente regionais, ou como portadora de um poder econômico sem a interferência do capital estrangeiro em razão de suas riquezas naturais, foram solapados pelo projeto militar de base fascista.

O projeto de industrialização associado ao capital internacional, perseguido pelo regime militar enquadrava a burguesia nacional como sócia menor do modo de produção capitalista (SANTOS, 2015). De acordo com Lacerda et al (2010), as características do modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro foram aprofundadas. A matriz industrial implementada com o Plano de Metas foi mantida. Para Lacerda et al (2010), essas foram as bases do “milagre econômico” ocorrido entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

De acordo com Lacerda et al (2010), o período que se convencionou chamar de “milagre econômico” foi marcado por um intenso crescimento do PIB e da produção industrial. Para aumentar sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior, a economia brasileira beneficiou-se do crescimento do comércio internacional e da entrada de fluxos de capitais internacionais. Este procedimento foi alavancado, principalmente, por meio do financiamento via capital estrangeiro. Contudo, esse endividamento trará consequências para a economia brasileira, ocasionando uma grave crise nos anos 1980.

A perseguição do dissenso político era subsidiada por excesso de tortura e repressão, além de prisões arbitrárias. Dentre as formas de violação de direitos

humanos²⁶ praticados pela ditadura, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) elege a prisão ilegal e arbitrária, tida como porta de entrada para o sistema repressivo do regime militar, facilitando a prática de outras violações; a prática de tortura; o desaparecimento forçado; a execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e outras mortes orquestradas pelo Estado. Além do desaparecimento forçado. Neste último caso, podemos incluir a ocultação de cadáver (BRASIL, 2014).

Com a ausência de censos estatísticos comprometidos com o critério racial, o quadro ditatorial seguiu o curso ocorrido na década de 1950, de negar a transparência das desigualdades raciais. Na década de 50, as estatísticas raciais eram limitadas, na década de 1960 e 1970 elas não foram elaboradas, o que facilitou o reforço do mito da “democracia racial”. Com o retorno do registro dos dados estatísticos raciais a partir de 1976, ficou mais que provado que a desigualdade racial apresenta natureza estrutural, não podendo ser reduzida com critérios puramente econômicos e sociais (HERINGER, 2002).

Os militantes negros sofreram perseguições durante o regime, que se mostrava temeroso em relação ao crescimento da luta pela igualdade racial à luz dos movimentos internacionais, a exemplo da manifestação dos Panteras Negras nos EUA. O recurso utilizado pela ditadura para perseguir os então integrantes do embrionário Movimento Negro, consistia em organizar formas de vigilância durante as reuniões, palestras e simpósios do movimento. Na perspectiva dos militares, tratava-se de um novo ponto de subversão no país. A agenda do Movimento Negro na época comportava uma pauta vinculada à luta pelo fim do regime militar, ao engajamento político em favor da anistia, à desmistificação no plano internacional da ideia de que no Brasil há “democracia racial”, ao compromisso com a luta por

²⁶ Os direitos humanos estabelecem diretrizes para o cumprimento do ordenamento jurídico voltado à proteção social e para a garantia dos direitos fundamentais, fornecendo viabilidade ao princípio da igualdade formal. Esta igualdade formal representa a base do Estado democrático de direito. Marx estabelece quatro modalidades de direitos humanos: igualdade, liberdade, propriedade e segurança. Nesse sentido, embora a efetivação dos direitos humanos possa fornecer subsídios para enfrentar as mazelas praticadas contra os segmentos mais penalizados com a escassez de proteção social, as possibilidades dessa efetivação encontram limites na sociabilidade burguesa, que, por sinal, constitui-se em terreno de nascimento dos direitos humanos. Não iremos empreender contribuições relacionadas ao surgimento dos direitos humanos, o que transcenderia o escopo da pesquisa em tela (Para mais informações, ver MARX, Karl. **A questão judaica**. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2007). No entanto, considerando o tratamento desigual e excludente concedido aos negros e pobres do Brasil, nas próximas páginas discutiremos sobre a incorporação da defesa dos direitos humanos em solo brasileiro e trataremos das constantes violações que tal categoria tem sofrido.

melhores condições de vida e emprego para o negro, e à busca pelo fim da marginalização e repressão do negro na sociedade²⁷.

O salto qualitativo dos indicadores econômicos não necessariamente representavam melhorias nas condições de vida da população. Havendo a necessidade de estabelecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, a expansão da produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis beneficiou apenas os setores médios e as elites. Em função do cerceamento das atividades políticas e sindicais, os trabalhadores não resistiam ao arrocho salarial que sofriam (FURTADO, 1980; SINGER, 1989).

O tratamento infame do Estado a qual o povo era submetido desencadeou episódios dramáticos, que podem ser sintetizados no aumento de acidentes de trabalho em razão da intensidade das jornadas, agravamento das condições de saúde da população e elevação das taxas de mortalidade infantil em todo o território nacional (CAMARGO, 1976). As resistências à permanência do regime autoritário não tardariam em aparecer.

A conjuntura econômica internacional, a mudança estrutural da forma de produção capitalista, a organização dos movimentos sociais e sindicais levaram ao enfraquecimento do regime. Os anseios em torno da livre manifestação política estariam representados pela agitação dos movimentos sociais, sindicais e das Comunidades Eclesiais de Base. No entanto, as eleições diretas somente ocorreriam em 1989. Antes deste período, em 1985, José Sarney, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, tomaria posse para ocupar a presidência do país.

A reorganização do movimento negro ganhou corpo e fôlego a partir da década de 1970, período em que Clóvis Moura afirmou a sua identidade negra, e a partir da reconstrução simbólica do negro político, estrutura a sociologia da práxis. Esta sociologia legitima um discurso construído fora dos muros acadêmicos e está centrada no sujeito coletivo negro a partir de sua condição inicial de escravo. Na sociologia da práxis, sujeito e objeto constituem-se na experiência (MOURA, 1988; OLIVEIRA, 2009).

²⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/867/a-paranoia-nao-tem-cor-1121.html>. Acesso em: 19 de dezembro de 2017.

Após a seara que compreende o processo de redemocratização do Brasil, que culminou na formulação da Carta Magna de 1988, o país é incorporado ao neoliberalismo, orquestrado pelos países de capitalismo central, defendido pelos adeptos da financeirização do capital, que fazem da crise fiscal do Estado o discurso para alavancar o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, por meio da progressiva reconfiguração do papel do Estado e do fortalecimento de uma política macroeconômica que beneficia as instituições financeiras. Nesse período de esperança quanto a uma conquista democrática não apenas circunscrita ao papel, o Brasil está megalhado em uma escalada inflacionária. Esta ocorrência esteve acompanhada pela grande turbulência causada pela moratória mexicana, pela drástica queda do PIB e pelo crescimento das dívidas interna e externa, e em 1989, transformou-se numa hiperinflação com as tentativas fracassadas de Sarney para conter o processo inflacionário.

A década de 1980, atravessada por crise, estagnação econômica, elevadas taxas de inflação, mesmo sob recuperação dos parâmetros democráticos, sinalizava a tendência da não efetivação das conquistas duramente perseguidas pelo povo. Considerando que o quadro de instabilidade perdurou por praticamente toda a década de 1980, com a liberalização financeira não haveria claros sinais de que o Brasil se livraria da dependência externa que se agravou durante o regime militar. Ademais, a política econômica contemporânea tem contribuído dia após dia com o aprofundamento das iniquidades sociais, conseqüentemente, a escalada da criminalidade ganha espaço na era da flexibilização, e o “inimigo” a ser combatido, mais uma vez apresenta recorte étnico e de classe.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA E O RECRUDESCIMENTO DO ESTADO PENAL

As explanações do capítulo anterior, sob evidente mergulho histórico, buscaram resgatar as peculiaridades da formação social e econômica brasileira, cuja base, está debruçada em torno da reatualização das velhas estruturas de poder e das desigualdades raciais. Evidenciamos os gargalos enfrentados pelo negro com o advento da ordem social competitiva, ordenamento socioeconômico que o compeliu às piores condições de vida, imprimindo-lhe o rótulo de resíduo racial da sociedade. Foi utilizada a categoria heterogeneidade estrutural para subsidiar o tratamento de uma estrutura de produção que resulta na concentração de renda, na distribuição desigual da massa salarial e na crescente disparidade entre os níveis de vida das massas e das elites, realidade produtiva típica dos países de economia periférica e de origem assentada em regimes de segregação social. O uso da categoria heterogeneidade estrutural contribuiu para situar os segmentos mais pobres da sociedade, não como formadores de uma massa marginal ao sistema, mas enquanto apêndice indispensável para a manutenção da superexploração da força de trabalho.

Demonstramos que a criminalização do negro apresenta caráter histórico e não pereceu com a consolidação do modo de produção capitalista, que absorveu em sua dinâmica, as relações raciais assimétricas construídas durante o passado colonial. A promulgação de uma legislação para criminalizar o racismo veio tardiamente e não surtiu os efeitos necessários, os empregos continuaram adotando critérios raciais para a contratação, e os censos raciais permaneceram aproximadamente 20 anos ausentes das demonstrações estatísticas nacionais. Os movimentos sociais voltados para a defesa da dignidade do negro permaneciam sob o crivo da perseguição e da vigilância, tanto na Ditadura do Estado Novo, quanto na deflagrada em 1964.

Esse processo de criminalização na era da economia neoliberal está acompanhado pelo crescente encarceramento de negros, alvos da segregação urbana e da Política de Tolerância Zero. Neste capítulo, delimitamos a categoria Estado penal para fomentar as contribuições que atestam as consequências provocadas pela política econômica neoliberal em vigor.

2.1. A ORTODOXIA NEOLIBERAL E AS DISPARIDADES SOCIAIS

A atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista pode ser denominada de capitalismo especulativo em razão do capital fictício ter alcançado posição predominante em relação ao capital produtivo (CARCANHOLO; SABADINI, 2009), fase responsável pelo aprofundamento das contradições sociais, por atingir o ápice da concentração da riqueza socialmente produzida, da disseminação da miséria e da dependência na periferia do capital.

Desde sua consolidação, o sistema capitalista, por meio da ininterrupta revolução dos meios de produção e por meio do aumento de sua composição orgânica, vive crises periódicas, cíclicas. A superação dessas crises foi explicitada por Marx e Engels no Manifesto de 1848 (2015). No entanto, a partir dos anos de 1970, as crises cíclicas cedem lugar a uma crise estrutural, endêmica, cumulativa, através da qual, o capital se torna a própria crise.

O cepalino Celso Furtado, considerando o grave quadro de instabilidade econômica vivenciada no Brasil na década de 1980, traz à tona as consequências da transição do modelo de desenvolvimento capitalista centrado em mercados regulados para um modelo associado à desregulamentação dos mercados e ao enfraquecimento dos centros internos de decisão. Segundo Furtado (1992), vivemos atualmente uma das fases da história em que o grau de incertezas em relação ao futuro tende a aumentar constantemente.

Em primeiro lugar, sofremos as consequências de um desajuste estrutural global, decorrente da rápida integração dos mercados nacionais, ocorrida no período de intenso crescimento compreendido entre o fim do segundo conflito mundial e a primeira metade dos anos 70. Em segundo lugar, enfrentamos uma crise financeira internacional, mais precisamente uma crise do sistema bancário privado internacional, que se expandiu de forma inusitada e fora de qualquer disciplina e controle a partir de fins dos anos 60. Por último, e nos dizendo respeito mais diretamente, está o descomunal processo de endividamento externo dos países de Terceiro Mundo, o qual veio aprofundar a situação de dependência que os aflige (FURTADO, 1992, p. 88).

Trata-se na verdade da transição de um modelo de regulação da produção capitalista para outro. “O advento do novo sistema produtivo implica, portanto, na desqualificação do perfil tradicional, tornando-o arcaico com a introdução de um novo” (SEIBEL, 2005, p 105). Esse deslocamento livre do capital, que chamamos de

globalização enfraqueceu e desagregou a coesão social dos países centrais, fundados no trabalho assalariado, no Estado Social e no capitalismo controlado. A partir desse momento, a regulação dos salários entra em profundo desequilíbrio. Na crise estrutural do sistema, o desemprego também passa a ser estrutural e atinge uma grande quantidade de trabalhadores, que não serão absorvidos pelo capitalismo financeiro.

O neoliberalismo, entoado pelos países de economia central acabou por promover graves degradações nos países de capitalismo periférico. Já não bastasse o golpe militar de 1964, findado somente em 1984, que promoveu estragos astronômicos na política econômica do país e protagonizou um cenário de total negação de direitos humanos e sociais, no tocante à consolidação dos direitos proclamados na Constituição Federal de 1988, emergem as reformas estruturais de cunho neoliberal, cuja estrutura jurídico-política, volta-se para a segregação e contenção da população considerada “disfuncional” às necessidades do modo de produção capitalista.

O movimento de liberalização do capital financeiro tem início com a quebra do acordo de *Bretton Woods*, nos anos 1970, período em que o sistema de crédito internacional entra em uma seara de instabilidade e volatilidade crescentes. Esse movimento agravou o endividamento externo dos países, cuja política econômica submeteu-se às regras do sistema bancário internacional. Enquanto nos países de capitalismo central a massa de capital monetário converte-se em capital real, produzindo notável expansão econômica, nos países de capitalismo periférico ocorrem estagnação econômica, uma gigantesca punção sobre a riqueza produzida e o agravamento da concentração de renda (NAKATANI, 2000).

Estas reformas sustentam a finalidade de realizar cortes orçamentários para as ações sociais, fomentar a liquidação do patrimônio público via privatização, flexibilizar direitos sociais e trabalhistas, flexibilizar os contratos de trabalho e, sobretudo, conforme elucidam Mello e Novais (2009) manter uma política fiscal superavitária com o atendimento dos objetivos do capital financeiro, por meio da progressiva reconfiguração do papel do Estado e do fortalecimento de uma política macroeconômica que beneficia as instituições financeiras.

A abertura comercial ao capital estrangeiro teve início na gestão de Fernando Collor de Melo (1990-1992), sendo aprofundada por Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Este procedimento afetou vários setores da sociedade, provocando aumento nos níveis de pobreza, geração de desemprego em massa e aumento acentuado da violência. Esta adesão do Brasil ao neoliberalismo, nos termos de Filgueiras e Gonçalves (2006), evidenciou a vinculação do país ao modelo liberal periférico.

A adequação do Estado brasileiro aos ditames do Consenso de Washington²⁸ aprofundou as bases para uma nação cada vez mais comprometida com o desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas, em favor do interesse dos credores. Estava-se diante de um campo fértil para o estabelecimento de diretrizes pelas agências multilaterais, tais como Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – BM. Na verdade, em concordância com Boito (2006), a modernização do Estado, discurso sobre o qual FHC foi eleito em 1994, não passou de uma adequação do Estado brasileiro para a nova fase de acumulação capitalista.

Sabemos que as bandeiras mais levantadas por FHC durante sua gestão giraram em torno das privatizações e da redução dos gastos estatais. Mas de acordo com Filgueiras et al. (2003), o tripé macroeconômico da era FHC, formado pela âncora cambial, regimes de metas da inflação e geração de superávit primário foi mantido durante a gestão do presidente Lula, estando em continuidade atualmente.

O processo de privatização culminou na formação de elevadas receitas, que foram utilizadas na amortização das dívidas. Embora o montante da receita tributária tenha crescido significativamente após a implementação do Plano Real, os investimentos públicos em saúde, educação e em outras esferas sociais não foram atingidos pela introdução dessa receita, pois as receitas provenientes das privatizações, em sua maior parte, foram convertidas em capital monetário portador de juros (NAKATANI, 2000). Ainda, sob o prisma das incursões de Nakatani (2000), podemos classificar a implantação do Plano Real como um mecanismo impulsionador de ganhos salariais para os trabalhadores, mas ao mesmo tempo, inerte em relação à reversão da

²⁸ Em 1989, na capital dos EUA, foram concretizados acordos em torno de reformas estruturais, tais como redução dos gastos públicos, reestruturação dos sistemas previdenciários para a obtenção de uma política econômica superavitária, liberalização financeira e privatizações. Ver: Mascarenhas (2014).

concentração de renda, uma vez que os ganhos salariais promovidos por esse plano não foram capazes de alterar o cenário de acesso desigual à renda.

Ademais, a informalidade no mercado de trabalho tem protagonizado um crescimento acelerado nos últimos anos. Consideramos que o trabalho informal constitui marca estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo durante os anos que demarcaram a expansão das indústrias nacionais, o número de trabalhadores registrados formalmente não atingia altos patamares, e com a desregulamentação dos mercados, o número de contratos de trabalho parciais, temporários e de subempregos tem crescido de maneira considerável.

Estamos diante de uma grave ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora, com consequências que incidem diretamente sobre o mercado de trabalho, por meio da precarização das relações de trabalho, do rebaixamento dos salários, da redução da proteção social e da elevação das taxas de desemprego. De acordo com dados formulados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)²⁹ do MTE (2016), foram eliminados cerca de 24 milhões de postos de empregos formais no ano de 1996, dez anos depois, a eliminação desses postos de emprego atingiu a marca de 46 milhões.

Considerando a realidade das relações econômicas do Brasil, o termo “globalização” se aplica falsamente, ao considerarmos a sua posição subordinada aos ditames da economia internacional. A sociedade brasileira parece nos quadros das profundas disparidades sociais e na mais astronômica situação de pobreza, componentes que alimentam o fluxo inexorável da escalada da criminalidade nas grandes cidades.

As classes baixas são profundamente afetadas pelas limitações que o capitalismo dependente impõe à ordem social competitiva, no plano da expansão do trabalho assalariado e da redistribuição da riqueza produzida. Os agentes das classes baixas não podem reforçar seu *status* na ordem social competitiva. Ao conferir o caráter de sobreapropriação na estrutura econômica, retira-se diretamente a classe assalariada da participação na redistribuição da riqueza produzida, e indiretamente, da participação sociocultural e política (FERNANDES, 2006).

²⁹Incluem-se os setores da indústria, construção civil, comércio, serviços, agropecuária e os não classificados.

De acordo com Furtado (1980), a transferência de excedente econômico para fora reduz as economias subdesenvolvidas a meras economias de consumo, não se constituindo em espaços de produção e inovação. Em recuperação a uma das características das economias dependentes discutida no primeiro capítulo, reiteramos que essas economias apenas internalizam os padrões de consumo e estilos de vida presentes nas economias avançadas, mas não rompem com a condição heteronômica.

A evolução do capitalismo dependente não condiz com a formação de uma sociedade autônoma, mas com o crescente aperfeiçoamento das técnicas de desenvolvimento por associação dependente, de controle autoritário ou totalitário de poder e de exploração cruel da massa de trabalhadores (FERNANDES, 2008). Sobre a base do capitalismo dependente se ergue uma massa de despossuídos, os “condenados pelo sistema” e vitimados por uma estrutura de formação capitalista que não absorve todos os agrupamentos sociais, apenas dinamiza as formas de concentração da renda, do prestígio e do poder.

À medida que os interesses e as formas de solidariedade das classes altas e médias se veem ameaçados pela violência dos setores assalariados, pobres ou despossuídos, passa-se da conciliação para o endurecimento. É o estado burguês típico da América Latina capitalista em geral, do Brasil em particular, que se propõe sufocar pela força, já que não pode resolver as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida “por dentro da ordem” (FERNANDES, 1973).

A alternativa entre a adoção do tratamento social da pobreza, ancorada em uma estratégia de longo prazo, alicerçada à justiça social, à solidariedade, e entre o investimento em seu tratamento penal, destinado às parcelas refratárias do proletariado, concentrado no curto prazo dos ciclos eleitorais e do terror disseminado descontroladamente pela mídia, além de compor as prioridades governamentais da Europa, coloca-se em termos particularmente cruciais nos países de industrialização tardia, a exemplo do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Peru (WACQUANT, 1999).

Como bem observou Arantes (2004), acontece no centro o que se constitui na regra do jogo na periferia, a informalidade e a indigência. A fratura brasileira do mundo torna todos periféricos e precarizados. O neoliberalismo, como base ideológica do

capital globalizado, enaltece o culto único ao mercado, em detrimento de qualquer regulação do Estado na economia. A ideologia neoliberal, como resposta da direita à crise, se fortalece com o fim do socialismo real e a profunda crise da esquerda.

No centro do sistema, a esquerda partidária e sindicalista se agarra na defesa do Estado de Bem-Estar Social, como forma de se fortalecer politicamente, mas sem nenhum programa efetivo para solucionar a crise estrutural do capitalismo, solução que somente pode acontecer com a superação desse sistema. Nas periferias, em particular no Brasil, o mal estar permanente se converte em uma guerra não declarada entre entrincheirados e “insurgentes”. Os primeiros, possuidores dos recursos civilizatórios burgueses, agarram-se aos seus privilégios. Os segundos, vítimas da nossa formação social excludente, já não aceitam a subalternidade passivamente, profanam o sagrado manto da desigualdade naturalizada, levando o pavor às elites entrincheiradas em seus condomínios de luxo.

Com a escalada do desemprego estrutural e a elevação dos níveis de empobrecimento, o recurso da mídia volta-se para a cultura do medo, disseminando suas especulações sensacionalistas em direção aos contingentes populacionais alijados da sociedade do consumo. A crescente demanda por segurança, por ordem e paz social tende a eleger um inimigo a ser combatido, sendo este, o traficante, o usuário de drogas, o praticante de pequenos furtos ou o sujeito que perambula pelas ruas.

Na ausência das redes de proteção social, assolados pelo desemprego crônico, os jovens negros da periferia continuarão a procura de oportunidades de sobrevivência no “capitalismo de pilhagem”, termo utilizado por Max Weber, como forma de driblar a miséria vivenciada cotidianamente (WACQUANT, 1999). Compactuando com a linha de análise do economista Freeman (2001), distantes da participação nos moldes da economia oficial, os atuantes do universo do crime compartilham de uma economia de predação.

O Brasil não chegou a experimentar um Estado de Bem-Estar Social (considerando que aqui nunca houve pleno emprego, um dos fatores fundantes dos modelos de welfare), e a tentativa de implementação de um sistema de proteção social chega a uma conquista legal em âmbito nacional ao final da década de 1980 quando os

referidos modelos já estavam em decadência na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (SILVA; YAZBEK, DI GIOVANNI, 2004). As condições de vida da classe trabalhadora brasileira nem sequer chegaram a atingir o padrão alcançado pela europeia e estadunidense no período fordista, e um país que já se constitui numa ação colonial policalesca e repressora (ZAFARONI, 2013) tem sua população mais pobre ainda mais vitimada pela repressão policial e alto índice de encarceramento.

Mesmo com a redemocratização, as práticas autoritárias se perpetuam entre os segmentos sociais marginalizados, a exemplo da realidade presente no sistema prisional do país, com a incidência de prisões sem ordem judicial, atividades clandestinas de organizações paramilitares, impunidade das mais diversas formas de violação de direitos humanos (ADORNO; SALLA, 2007). Para Mello e Novais (2009), chegamos ao prolongamento do Estado nascido em 1964, que mesmo sendo diluído na democracia liberal, permaneceu plutocrático.

Além de contribuir com a defesa da tônica do Estado mínimo no que tange às políticas sociais e aos direitos trabalhistas, os setores dominantes, as franjas conservadoras do poder público e a mídia alimentam a defesa do projeto social, econômico e político em vigor por meio da defesa do recrudescimento do Estado penal, ou seja, do fortalecimento do aporte repressivo e punitivo do Estado, principalmente em direção aos negros e pobres.

A cultura da impunidade persiste e há uma prática da violência por parte do sistema de segurança pública que herdamos da ditadura. Ainda ocorrem torturas nas delegacias, nas instituições de detenção de adolescentes, no sistema prisional (TELLES, 2010). O torturado não é o militante político, mas o ocupante das piores posições no mercado de trabalho, em maior proporção, o negro pobre.

O terror social cultivado em relação a essa população contribui com o fortalecimento da ideologia do medo³⁰. Esta ideologia, reforçada, sobretudo, pela grande mídia e pelo próprio poder público encontrará espaço de disseminação no meio social, cujo

³⁰ Gramsci, (1999), afirmou que a ideologia é um instrumento de governo pelo qual as classes dominantes difundem sua visão de mundo por toda a sociedade. A ideologia não seria uma falsa visão da realidade e sim, a visão da classe dominante, que atinge as subalternas, como verdade absoluta. No Brasil, país de revoluções passivas, para usar o mesmo Gramsci, a ideologia do medo vem sendo usada pelas elites para vigiar e punir negros e pobres.

clamor em favor do “fim da impunidade” demandará investimentos em ações punitivas.

2.2 EMERGÊNCIA DA IDEOLOGIA DO MEDO E O ELEVADO INVESTIMENTO EM PUNIÇÃO

A ideologia do medo produz a legislação que assegura ao Estado, o poder de enquadrar e privar de liberdade todos os que de alguma forma apresentam associações com o tráfico de drogas e com a prática de crimes contra o patrimônio, aumentando o poder punitivo em relação aos pobres e negros do país. Antes da prática de qualquer ato brutal contra as massas subalternas é necessária a vigência de um discurso que a legitime, ficando a cargo da elite, dos governantes, e do corporativismo midiático, a difusão do pleno ódio e desprezo, e da necessidade de punição severa às fatias populacionais que não preenchem os requisitos exaltados pelo sistema produtor de mercadorias. A aceitação da detenção de meios materiais como forma de exercício de poder, inclusive de poder punitivo, certifica a conformidade com o assombroso volume de derramamento de sangue oriundo dos genocídios.

Os meios de comunicação demonstraram ser cruciais na formação de ideologias, de atitudes e de valores, e a tecnologia massificadora parece representar um instrumento a serviço do controle e da dominação, mas na imprensa, enquanto a classe alta percebe a superficialidade das informações políticas, econômicas e sociais, na sessão dedicada a crimes e catástrofes, a classe subalterna se vê retratada. Por esta razão, podemos deduzir que a crônica policial representa a coluna social da classe explorada (CASTRO, 2005; MARTÍN-BARBERO, 1978).

Há um controle social informal ou extrapenal exercido por parte da imprensa, que da mesma forma que a religião, a família, a escola, os partidos políticos, a opinião pública, etc., está diretamente implicada no processo de criminalização, ou seja, na definição do que é o delito, de quem é o criminoso, quais são os seus delitos, quais os riscos que as ações do criminoso podem representar para a sociedade (CASTRO, 2005). Esses processos de criminalização também são realizados pelo controle social formal das instâncias que compõem o sistema penal, as quais envolvem a polícia, os tribunais, as penitenciárias e as unidades socioeducativas.

Essas instâncias se encarregam de executar o direito penal³¹, estando a este subordinadas. Tanto as instituições de controle social informal, quanto as de controle social formal cruzam o enquadramento seletivo dos considerados criminosos, pertencentes a classes sociais concretas.

Para Batista (2012), o clamor do bloco dominante direciona-se para o brutal fortalecimento do Estado Penal, em detrimento do Estado Social³². Os recursos midiáticos e o discurso convencional alimentam ódio e rivalidade às fatias populacionais que não compartilham dos moldes exigidos pela civilização capitalista, circunstâncias oportunas à abertura da violência e punição sem limites por parte do Estado, além da adoção de outras medidas que contrastam com a lógica do acesso a direitos.

Os mecanismos ideológicos como a imprensa, que legitimam o poder punitivo do Estado, disseminam a falsa ideia de que a imposição de sofrimento aos autores de condutas criminosas ou negativas pode assegurar proteção, segurança e tranquilidade para a sociedade (KARAN, 1994). Além disso, as estatísticas oficiais da criminalidade encarregam-se de dar maior visibilidade aos crimes praticados pelos pobres, sobretudo, pelos jovens negros de periferia, em clara ocultação aos delitos de “colarinho branco”.

O autor francês, Loïc Wacquant demonstra como a culpabilização dos pobres, em especial dos negros norte-americanos, serviu de argumento amplamente aceito pelo eleitorado branco para garantir cortes em políticas educacionais, de habitação, saúde e assistência social, e a ampliação do aprisionamento, com a construção desenfreada de presídios e a ampliação das técnicas de controle (bancos de dados, por exemplo). Wacquant (2007) teceu análises sobre a escalada da repressão, do encarceramento e sobre a retração de direitos sociais nos Estados Unidos, e a decadência do Estado de Bem-Estar Social na França, que tem início na década de 1970, quando o ideário neoliberal ganha fôlego e expressão no âmbito político-econômico na Europa ocidental e no norte da América. A partir da observação de

³¹O Direito penal é o conjunto de normas jurídicas que preveem os crimes e lhes cominam sanções. O direito processual penal, a organização judiciária, a lei de execução penal, regulamentos penitenciários, etc., representam os conjuntos de normas ligados ao direito penal (BATISTA, 1990).

³²Importante atentar para o fato de que, o Estado social está presente como construção na carta de 1988, mas que nunca chegou à efetivação. Trata-se de um processo de luta em que está em jogo o teor progressista do texto constitucional, com o tradicional conservadorismo da elite nativa.

transformações deletérias no escopo de prioridades do Estado com o deslocamento de recursos de políticas sociais para a segurança pública, Wacquant desenvolve o conceito de Estado Penal.

Sem solução para os graves problemas sociais do capitalismo financeiro que explodem na barbárie urbana, o combate ao tráfico de drogas passou a compor a receita para enfrentar a crise de segurança nas cidades. A Lei nº. 11.343 de 2006, conhecida como “lei de drogas”, substituiu a Lei nº. 6.368 de 1976, que não fazia a distinção entre usuário e traficante. A legislação de 2006 aumenta a pena mínima por crime de tráfico de drogas, de 3 para 5 anos. Contribui com a estigmatização e a criminalização dos pequenos traficantes e, com o reflexo dessa lei, a situação atual das prisões brasileiras tende a se agravar. A Lei de Drogas é responsável pelo aumento do encarceramento nos últimos 12 anos (BRASIL, 2017), pelos índices de homicídios cometidos contra populações mais empobrecidas – com destaque para a juventude negra e periférica (OLIVEIRA, 2017) – e no estrondoso aumento da repressão nos últimos 3 decênios.

De um modo geral, essa é a realidade do país. Enquadrados como traficantes, pobres e negros têm sua liberdade cerceada em nome da segurança pública. Suas comunidades são invadidas, com o objetivo de promover a tão proclamada “pacificação”. A falência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), projeto do Estado do Rio de Janeiro, mostra as falhas das políticas de repressão ao tráfico de drogas.

Em tempos de crise estrutural do modo de produção capitalista, o exército industrial de reserva ultrapassou e muito a lógica utilizada para reduzir os salários e aumentar a competição entre os trabalhadores. Constata-se uma população sem perspectiva de emprego, forçada a ingressar no mercado informal, e a participar das redes dos estreitos benefícios sociais que as inserem na sociedade pela via do consumo. Neste plano, convém explicitar a vigência dos programas sociais focalizados na pobreza extrema, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC³³.

³³BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência em Assistência Social**, 2011. Disponível em:

O período que se inicia no segundo lustro da década de 1960 até os dias atuais é caracterizado pela crise aguda do capitalismo maduro, fortalecimento do ideário neoliberal, desmantelamento do Estado de Bem Estar Social e o fim do pleno emprego no centro, enfraquecimento do modelo fordista e a reestruturação produtiva com a ascensão do modelo toyotista de produção (ANTUNES, 2011). O referido período é caracterizado também pela financeirização da economia e mundialização do capital, enfraquecimento dos Estados nacionais, fortalecimento do mercado e foco na diminuição da pobreza extrema, retorno à filantropia, expansão do voluntariado, culpabilização individual da pobreza, e explosão das expressões da “questão social”.

Neste sentido, o aumento vertiginoso da punição dos pobres e negros está intimamente ligado à crise estrutural do capitalismo (MÈSZAROS, 2011). O Estado Penal alcançou elevados patamares, tanto no plano das discussões quanto no plano das reformas estratégicas. Mesmo com a introdução tardia da prisão como unidade de privação de liberdade no Brasil, o país envolveu-se em uma trama de endurecimento das penas, na esteira dos países de capitalismo central. No ato da conquista de direitos sociais, o país foi bombardeado por medidas crescentes de criminalização da pobreza.

Dentre os segmentos populacionais mais penalizados pela crise estrutural do capital estão os jovens, atingidos por uma das principais causas dessa crise, o desemprego estrutural. Sabe-se que a distinção entre trabalhador e criminoso está no cerne da acusação e repressão de um determinado agente social. Assim, os jovens esquecidos e de dignidade violada por um processo tão degradante de barbárie protagonizam o alargamento das dimensões do tumulto intramuros no cárcere e são as principais vítimas do extermínio (MENEGAT, 2012).

A condição de existência da barbárie como um estado permanente de guerra prescinde de uma divisão territorial entre elites e favelas. Estas massas estigmatizadas vivem na condição de integrantes de periferia, onde impera a todo vapor a presença do Estado em sua face mais autoritária e repressiva (BATISTA, 2011). De acordo com Menegat (2012), essas massas estão submersas em

extensos territórios, onde a posse e a moradia, na maioria dos casos, dependem de relações de cooperação e solidariedade entre a vizinhança. Por mais brutas que possam ser as relações sociais e humanas em tempos de barbárie, a cooperação e a solidariedade são limites obrigatórios para a sobrevivência mais elementar das classes mais pobres, enquanto as camadas médias permanecem integradas ao sistema pelo viés individualista competitivo.

No lugar da guerra contra a pobreza no Estado Social, temos a guerra contra os pobres no Estado Penal (WACQUANT, 2007). Este autor alude a três funções assumidas pela pena privativa de liberdade em tempos neoliberais: aglomerar os segmentos sociais mais afetados por essas políticas; impor a disciplina do trabalho flexível e precarizado; impor a distinção entre “cidadãos de bens” e “desviantes”, o que é realizado com o forte apoio da grande mídia.

Em diálogo com a assertiva elaborada pelo autor acima, chamamos a atenção para o fato de que é justamente nos períodos em que incide o progressivo aumento da violência que são reforçados os postulados do Direito Penal e a necessidade da promoção do “choque de ordem” pelas autoridades. Para a classe dominante e para as autoridades públicas, as condutas consideradas criminosas partem de inclinações espontâneas dos sujeitos sociais, não de condicionantes estruturais.

O processo de criminalização, condicionado pela posição de classe do autor e influenciado pela posição deste no mercado de trabalho (desocupação, subocupação) e por dificuldades de socialização (família, escola e demais instituições), concentraria as chances de criminalização em torno do subproletariado e nos demais segmentos que não ocupam posições regulares no mercado de trabalho (BARATTA, 2011). Deste modo, o processo de criminalização estaria de acordo com o cumprimento da manutenção da ordem social.

Barratta desnudou os fundamentos oficiais do Direito Penal, afirmando que estes se encontram nas teorias iniciadas pela escola liberal clássica e desenvolvidas pela escola positiva³⁴ – que se pautam na ideologia da defesa social. No ordenamento da

³⁴Não iremos nos ater aos pormenores do surgimento dos paradigmas criminológicos das escolas positivista e liberal. Estaríamos nos distanciando do real escopo de discussão a ser delineado. Entretanto, partimos da premissa de que se faz pertinente apontar para a inexistência de uma conexão interna na criminologia oficial. Esta combina princípios da criminologia clássica (liberal) e da

ideologia da defesa social, a sociedade é vista de forma harmônica e maniqueísta, o que origina o princípio do bem e do mal, ou seja, o delito e, por via de consequência, o delinquente representa o mal e a sociedade constituída representa o bem (BARATTA, 2011). Além do princípio do bem e do mal, a ideologia da defesa social comporta os princípios da igualdade, legitimidade, culpabilidade, finalidade ou da prevenção, interesse social ou delito natural.

O princípio da igualdade advoga a existência de igualdade social na aplicação do direito penal, de modo a não haver seletividade dos destinatários de sanções e punições. O princípio da legitimidade está associado à legalidade das aplicações de repressão diante das práticas delituosas. As instâncias de controle social teriam a devida legitimidade para coibir, reprimir e punir comportamentos contrários à manutenção das normas sociais. No que diz respeito ao princípio da culpabilidade, este associa a prática criminosa à culpa do sujeito que se inclinou espontaneamente para o ato criminoso. Em relação ao princípio da finalidade ou da prevenção, a prevenção compõe um dos objetivos da pena, que por sinal, não está inclinada apenas para a repressão, mas atua na intimidação do sujeito, criando uma contramotivação para a prática de eventuais crimes (prevenção geral negativa) e posteriormente, a ressocialização (prevenção geral positiva). Por fim, para o princípio do interesse social ou do delito natural, os delitos representam ofensas aos interesses de todos os sujeitos sociais.

A base de formação do Direito Penal não pode refletir os interesses comuns a todos os cidadãos, pois reflete os interesses dos grupos que têm o poder de influir nos processos de criminalização como um todo, desde a elaboração da lei, até a quem deve ser a mesma aplicada (BARATTA, 2011). Logo, a questão criminal como um todo é de natureza eminentemente política (ANDRADE, 2015). O paradigma criminológico que corresponde ao processo de acumulação capitalista e à

criminologia positivista. A escola criminológica do positivismo combinava a investigação dos aspectos bio-psicológicos do criminoso, apontando para a direção de uma intervenção patológica e clínica. O “delinquente” seria diferente dos não considerados desviantes, a sua conduta seria submetida ao rigor de um determinismo. Sendo Cesare Lombroso, um dos expoentes do pensamento criminológico positivista e forte influenciador das teorias eugenistas, suas ideias acabaram por florescer no Nordeste brasileiro, constituindo as bases do pensamento do médico legista e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. A escola liberal clássica não considerava o criminoso como um sujeito diferente dos demais, centrava-se no delito e não nas causas deste. O delito seria proveniente da ultrapassagem dos limites de exercício da liberdade individual, não de motivações patológicas. As produções que concentram essas informações em elevado nível de detalhamento são vastas: Baratta (2011); Batista (2011); Castro (2005); Del Olmo (2004).

consequente divisão da sociedade em classes é a criminologia crítica, a qual parte de uma interpretação materialista da criminalidade e das instituições de controle social.

Na esteira de análise de Guimarães (2007), os fundamentos científicos do pensamento criminológico crítico partem do pressuposto de que o direito é um instrumento destinado a assegurar uma determinada ordem social, um determinado padrão de acumulação capitalista, impondo coerções em direção às camadas que não se adequam ao desenvolvimento das forças produtivas. A criminologia crítica diferencia-se das teorias de recorte positivista, baseadas na tese da “defesa social”, a qual interpreta a sociedade como um todo harmônico e, da teoria das reações sociais, que reconhece as hierarquizações sociais quanto à seleção da população a ser estigmatizada como criminosa, mas não considera as relações econômicas como determinantes no processo de seleção dos criminosos na estratificação social.

Os pressupostos da tão proclamada ressocialização são criticados pela criminologia crítica, uma vez que a necessidade mais urgente que se apresenta perante a sociedade não é de recuperação de criminosos, em maior ou menor medida por ela própria produzidos, e sim a sua própria reconfiguração. São reforçados os valores do Direito Penal, na tentativa de preservar a legitimidade do sistema penal (GUIMARÃES, 2007).

O intuito do crescente aprisionamento é mascarar os problemas sociais decorrentes das novas configurações assumidas pelo padrão de acumulação flexível. A indústria carcerária tenta minorar a pobreza com excesso de encarceramento e de punição, com vistas a conter a “ameaça social”. Sem a menor sombra de dúvidas, visualizamos a real face de um aparato que nunca esteve voltado para a proteção/defesa dos direitos humanos.

O elevado índice de encarceramento, resultado do esgotamento do potencial expansivo do capitalismo, decorre da iniciativa de manter sob custódia a massa populacional vitimada pelo desemprego estrutural, pela pobreza absoluta, com ínfimas chances de ingressar na relação formal de compra e venda da força de trabalho. Práticas que anteriormente não eram interpretadas sob o crivo da pena,

passam a ser classificadas como delitos e incorporadas ao Direito Penal, logo, trata-se de um desdobramento que também resulta no aumento da massa carcerária.

O discurso oficial que emana do direito moderno não apresenta efetividade no plano prático, uma vez que a distribuição da condenação pelo cometimento de delitos é extremamente desigual. A imposição de uma sanção penal a um proprietário de uma grande corporação nada se assemelha a uma sanção penal destinada a um trabalhador assalariado, residente de periferia.

Com relação ao prevalecimento de concepções pejorativas das expressões culturais da população, aproveitamos para enfatizar a criminalização do funk como reduto de criminalização da pobreza e dos moradores negros de periferia. A manifestação do ritmo configura possibilidades de ascensão social para a juventude negra, por envolver composições que não exigem performances sofisticadas em matéria musical e instrumental, além disso, reforça a identidade de um público atravessado pela estigmatização social.

Os aparatos midiáticos e o poder público não poupam esforços em direção à proibição dos bailes, interpretando-os como focos de disseminação de violência, criminalidade e decadência moral. A associação mais comum dos funkeiros ao crivo da criminalidade tem como base, o tráfico de drogas.

É comum a acusação de ligação dos bailes com o comércio varejista de drogas, invariavelmente designado tráfico, denominação que obscurece os principais caminhos pelos quais passam as substâncias ilícitas até sua venda no varejo. Os “traficantes” seriam ao mesmo tempo incentivadores da violência, buscando tornar vitoriosas nos embates as galeras das localidades sob seu comando, e também patrocinadores diretos dos bailes nas favelas, com o objetivo de aumentar a venda de drogas num momento em que os jovens “do asfalto” começam a se interessar pelos ritmos que vinham dos morros (FACINA, 2009, p.5).

No final da década de 1990, período da devastação neoliberal, diversos clubes foram fechados, gerando impactos econômicos para seus artistas e o desaparecimento de equipes de sons que agitavam os bailes. No período em questão, que tem como uma das faces mais perversas a substituição do Estado social pelo Estado Penal, destina-se aos pobres a força policial e a cadeia (FACINA, 2009). Acentuam-se as formas de criminalização da cultura e do próprio modo de

vida dos negros de periferia, e o funk está exatamente no centro desse procedimento.

Outro fator de suma relevância a ser destacado relaciona-se com a defesa da severidade das leis. A crença social e o discurso político acerca do enrijecimento das leis punitivas de combate ao crime tendem a agravar a defesa do uso de ações arbitrárias e desiguais. De acordo com Pastana (2009), a frase “aos amigos tudo e aos inimigos o peso da lei”, indica a sobrevivência usual da lei, isto é, conduzida em desfavor do cidadão e em favor da dominação perpetrada.

A propagação da ideologia do medo induz o surgimento de iniciativas e comportamentos voltados para a suposta proteção das vítimas da criminalidade. Dentre tais ações e comportamentos está o investimento em aparatos arquitetônicos que promovem a segregação urbana e o esvaziamento do sentido do espaço público. Todavia, a sensação de insegurança e de medo produz comportamentos diferentes dependendo da classe social levada em consideração (PASTANA, 2009). Por exemplo, enquanto a “arquitetura de proteção” das classes altas pode ser acompanhada pelo investimento em câmeras de monitoramento, portões automáticos, guardas armados e demais recursos sofisticados em seus condomínios, as classes trabalhadoras lidam com a elevação dos muros, a colocação de cacos de vidros ao redor de suas casas e arrumam cães ferozes para garantir a segurança da residência.

2.2.1 Segregação urbana: as moradias “escondidas” e a mercantilização do controle social

Nos centros urbanos, a escancarada oferta de equipamentos da indústria da vigilância atrai os consumidores da classe média e alta, que priorizam o investimento em soluções de natureza privada para o enfrentamento do medo e da insegurança. Para Caldeira (1996), as barricadas presentes nos “bairros fortificados”, os guardas armados e toda a estrutura privada montada nos espaços urbanos onde reside o público mais nobre, comportam a construção de uma segregação urbana. Nas grandes metrópoles brasileiras, essa realidade pode ser percebida de maneira latente,

Na São Paulo contemporânea, com seus altos muros e grades, porteiros e seguranças privados armados, tecnologias de vigilância de toda sorte (câmeras de vídeo, cercas elétricas sobre os muros, portões eletrônicos, etc.) e com seus contrastes impressionantes de riqueza ostensiva e extrema pobreza, muitas vezes vivendo lado a lado, o novo padrão de segregação espacial revela-se com clareza. (...) com frequência, as novas adaptações criam um espaço esdrúxulo (por exemplo, grades no meio da escada de entrada de um prédio), já que são improvisadas em locais originalmente concebidos sem elas, em espaços desenhados para serem abertos. No entanto, essas barreiras já estão totalmente integradas aos novos projetos de casas, apartamentos, áreas de comércio e de trabalho. Uma nova estética de segurança modela todos os tipos de construções, impõe sua lógica de vigilância e distância como forma de *status* e muda o caráter da vida e das interações públicas (CALDEIRA, 1996, p.2).

Enquanto os enclaves privados representam a paz, o sossego e a segurança dos endinheirados, fora de seus muros estão presentes os adeptos da baderna e da incivilidade, os “indesejáveis” que deterioram as cidades. Os condomínios luxuosos são cercados com metralhadoras nas guaritas, e todas as casas portam antenas suplicantes viradas para o céu, absorvendo os sinais da civilização superior, “enquanto da escuridão em volta só se ouvem os sons de programas de auditório e outras distrações primitivas que, pelo menos, impedem os bárbaros de pensar e atacar”³⁵.

Temos então, com a nova forma de segregação urbana e a nova modalidade de moradia, a constante reatualização das relações e normas de conduta da Casa-Grande, uma vez que a relação entre os moradores e os seus empregados é conformada por dependência e desconfiança ao mesmo tempo. Ou seja, os empregados dos condomínios, comumente residentes de áreas de periferia contrastam com a realidade das residências “monitoradas”. Em São Paulo, o bairro Morumbi concentra as residências das classes altas, no entanto, o contraste social está presente logo nas redondezas das áreas de luxo, representado pelos bairros de periferia, a exemplo de Paraisópolis, locais onde residem os trabalhadores que atuam nos condomínios “fortificados”.

Os mal intencionados irão sempre dizer que “os pobres e negros vivem nas favelas porque querem, porque escolheram viver dessa forma ou porque não têm dinheiro”, mas nunca por questão racial (NASCIMENTO, 1978). “E aqui nós entramos no

³⁵ Luís Fernando Veríssimo, “**Novo Apartheid**”, O Estado de São Paulo. 25.06.1999. p.4.

labirinto raça-classe-sociedade” (NASCIMENTO, 1978, p.85). Para sairmos deste labirinto, recorreremos a Florestan Fernandes:

Apesar da extrema concentração social da renda e do prestígio social, que torna a estrutura ocupacional do Estado de São Paulo muito pouco “democrática” (ou balanceada), o estoque racial branco participa das posições mais vantajosas significativamente acima das proporções com que concorre para a composição da população total (FERNANDES, 2007, p. 147).

Os empregados dos condomínios realizam todos os tipos de serviços requeridos pela burguesia (pagamento de contas, compras, cuidado dos filhos dos patrões, etc.), ao mesmo tempo, são mal pagos e não contam com uma relação de confiança de seus patrões, que expressam medo em relação aos pobres e os elegem como os principais responsáveis pela ocorrência da criminalidade.

A imagem de um condomínio ocupado por negros, certamente, não seria atrativa aos olhos das elites (LOPES, 1993). A segregação social e racial pode ser utilizada como forma de controle aos pobres e aos negros, no culto à preservação de uma homogeneidade social e racial. A reestruturação urbana nos moldes da separação entre distintos grupos resulta na captura do espaço público pela privatização do acesso à proteção, à segurança e à independência. O espaço privado, caracterizado pela presença de enclaves de alta resistência, parafernália tecnológica de vigilância e monitoramento, trabalhadores de segurança privada munidos de armamento, parques e demais opções de lazer, etc., expressa a sua completude em matéria de oferta de serviços para a fatia populacional capaz de consumi-los, já o espaço público, torna-se vazio, sendo destinado àqueles que não conseguem comungar das benesses fornecidas pelos condomínios luxuosos.

Enquanto a burguesia constrói um mundo à sua imagem e semelhança em residências “super protegidas”, nos extremamuros dos edifícios estão presentes os segregados socialmente e racialmente, que são barrados nas portarias. A arquitetura construída sob a crença na blindagem em relação aos pobres, expressa contradições no tocante à sua finalidade. No lugar de prevenir os conflitos, acaba por intensificá-los, contrariando a perspectiva de Jenks (1993), para quem a arquitetura dos condomínios fechados de Los Angeles revela-se indispensável e inevitável para garantir a proteção de determinadas pessoas, que anseiam pela distância em relação às tensões étnicas presentes no espaço público.

Para Jenks (1993), os conflitos étnicos crônicos resultam da heterogeneidade étnica presente em Los Angeles. Para ele, a resposta a esses conflitos prescinde da elaboração da "arquitetura defensiva e do realismo em relação a distúrbios sociais" (p.8). O seu pensamento sobre o espaço público apresenta a concepção de que há uma clara divisão entre o "lado negro" do conflito e o lado que precisa ser protegido contra os ataques do "lado negro".

Quando na verdade, a classe proletária é o setor mais vitimado pela criminalidade tradicional (PASTANA, 2005). Apresenta muitas desvantagens em relação às classes médias e altas. Além de ser vitimada em maior proporção pela criminalidade, é "privilegiada" pela seletividade do sistema penal, menos favorecida pelas ações de poder judiciário e estigmatizada pela condição de pobreza. Desta maneira, a sensação de segurança não deve depender da ausência do crime, mas da distância social (CALDEIRA, 2000). Mesmo com poucos recursos para lidar com o sentimento de medo, o pobre também cria mecanismos, seja investindo em muros mais altos, janelas gradeadas, ou, simplesmente, privando-se de sair de casa, saindo apenas para trabalhar.

Classe trabalhadora e elite, ambas são movidas pelo medo, no entanto, apenas uma delas sofre duplamente os reflexos da política punitiva orquestrada pelo Estado. Glassner (1999) observa que por trás da cultura do medo, está a possibilidade de vender perigos imaginários como reais, justificando distintas formas de defesa. O temor social em relação aos problemas de segurança pessoal, a demanda em torno da prevenção e combate ao delito e da imposição de penas mais severas têm criado nichos comerciais que vêm sendo drasticamente explorados pelos interesses privados. Destarte, as classes altas da sociedade que estão cada vez mais dispostas a gastar dinheiro para adquirir segurança pessoal elegem o Estado como incapaz de garantir a segurança que desejam. "Vender segurança" transformou-se em vender segregação social e racial, e o fortalecimento do pavor contra as classes subalternas.

A sensação de insegurança e o sentimento de medo concorrem para a eclosão de medidas simbólicas autoritárias. Como discussão do próximo tópico, iremos nos ater ao crescente caráter punitivo do Estado em relação aos delitos praticados pelas classes subalternas, de maneira a tratar da incorporação de um programa de

repressão e punição oriundo dos EUA, cujo escopo volta-se até para os delitos de pequeno porte.

2.3 POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO: A IMPORTAÇÃO DO MODELO PUNITIVO NORTE-AMERICANO

Como substrato da política de ajuste neoliberal, a redução da participação do Estado em políticas de bem-estar e desenvolvimento social e a elevação da participação estatal na gestão dos “consumidores falhos” encontram solo fértil nas políticas de punição e vigilância exacerbadas. A segregação dos contingentes desassistidos e afetados pelo desemprego estrutural, nos Estados Unidos, se dá pela via da punição rigorosa, mesmo das arbitrariedades de baixo grau.

De acordo com Belli (2004), os países de periferia, como é o caso do Brasil, acabam por importar os modelos de tratamento penal, vigilância e segurança elaborados pelos Estados Unidos. Um modelo de tratamento penal muito difundido pelos Estados Unidos e copiado por outros países relaciona-se ao Programa Tolerância Zero, baseia-se no entendimento de que nenhum tipo de delito ficará isento de punição. Atrelado à teoria das “janelas quebradas”³⁶, a política de Tolerância Zero considera que mesmo os atos infracionais mais simples devem ser punidos com o máximo de vigor, por apresentarem reais possibilidades de se transformarem em delitos de maior gravidade.

A disseminação das técnicas penais para várias superfícies do globo apresenta direta relação com a internacionalização do controle social, iniciada durante o século XX, no período do pleno apogeu do imperialismo norte-americano (DEL OLMO, 2004). Diante da posição dos Estados Unidos na condição de força hegemônica mundial, as mudanças na política de controle social partiriam da iniciativa norte-americana e logo seriam disseminadas internacionalmente por meio do

³⁶ Membro do Partido Republicano, James Wilson foi o grande intelectual orgânico da “lei e ordem”. Em 1981, Wilson se converte em principal assessor de Regan, difundido a “Teoria das janelas quebradas”. A proposta de criminalização desta teoria se concentra nos pequenos delitos. A moda tardou a chegar na América Latina, mas aqui permanece até os dias de hoje (BATISTA, 2011).

estabelecimento de congressos, e a América Latina não escaparia da absorção dos procedimentos penais ditados internacionalmente³⁷.

O interesse das assembleias internacionais em difundir e impor as normas internacionais de controle social está associado, em grande parte, à recepção e acolhida entre os representantes dos respectivos países. Na verdade, não ocorre uma relação unilateral de imposição, mas a aceitação das classes dominantes de cada país, afoitas por encontrar na Europa e nos Estados Unidos a resposta para a resolução de seus problemas locais, especialmente por sua condição de subordinação aos países centrais (DEL OLMO, 2004). Os países de economia periférica buscam imitar dos países industrializados a receita da lei e da ordem para o enfrentamento da criminalidade, processo que também se relaciona com a incorporação ao sistema internacional, que se dá não apenas pela via econômica, mas também pela via da absorção de controles penais difundidos internacionalmente.

Conforme discutimos no primeiro capítulo, para compreender a difusão das normas universais de controle social, não se pode perder de vista as condições de dependência e subdesenvolvimento dos países de economia periférica. Devido a seu caráter dependente e à necessidade de buscar soluções, os países latino-americanos são os primeiros da periferia capitalista dispostos a acolher as prerrogativas presentes nos conteúdos programáticos das políticas de controle delitivo do exterior.

³⁷Com a inauguração de uma nova era no cerne do desenvolvimento capitalista, convivemos com a mudança na ideologia liberal e, consequentemente, com modificações nas formas de controle do delito. O delito deixa de ser resultado da espontaneidade do indivíduo, que não soube fazer o uso positivo de seu livre arbítrio, para tornar-se problema médico-psicológico, interpretação associada à ciência positiva. Influenciado pelos pressupostos da ciência positiva, o primeiro passo para a difusão internacional do controle social tem origem em 1870 no estado de Ohio, com a realização do Congresso Nacional sobre a Disciplina das Penitenciárias e Estabelecimentos de Reforma, organizado pelo filantropo e reformador Enoch C. Wines e presidido por Rutherford B. Haynes, que mais tarde ocuparia a posição de presidente dos EUA. Por unanimidade, a preocupação em promover encontros internacionais para difundir as ideias de reformas punitivas foi acolhida durante o Congresso de Ohio. A partir de então, foram realizados vários congressos penitenciários internacionais e congressos internacionais de antropologia criminal. A institucionalização internacional do controle social ganha consolidação em 1910, com a realização do VIII Congresso Penitenciário Internacional. Estas experiências originadas no século XIX caminham em direção ao fortalecimento dos EUA como principal porta-voz das mudanças internacionais nos sistemas de controle social até os dias de hoje. Estas informações podem ser encontradas na obra de Rosa Del Olmo, em "A América Latina e sua Criminologia" (2004).

A absorção das políticas internacionais de controle de delitos por parte da América Latina corresponde à recusa em aceitar a nossa própria história e, esta recusa apresenta relação com o caráter dependente da sociedade latino-americana. As palavras dos positivistas Garofalo, Ferri e Lombroso eram sagradas para os latino-americanos, sendo assimiladas sem ponderar a realidade da delinquência na América Latina (ZEA, 1974).

As transformações paradigmáticas da criminologia entram na América Latina após os países latino-americanos assumirem a ideologia neoliberal e a filosofia positivista como requisitos para a implantação da ordem e do progresso. Configura-se a reatualização das formas de controle social, com base nas transformações advindas do modo de produção capitalista.

Em “Criminologia da Libertação”, Lola Aniyar de Castro, contesta a versão de Del Olmo de que não há esforços partidos da América Latina na construção de uma criminologia capaz de abarcar a realidade socioeconômica e política do continente. Para Castro (2005), a ideia de Del Olmo pretendeu, contraditoriamente, testemunhar a América Latina e sua criminologia. Porém, mesmo tendo acontecido a transnacionalização do controle social via imposição dos centros hegemônicos de poder, o saber criminológico ditado pelo centro não seria o único vivenciado na América Latina, que contou com o desenvolvimento do Grupo Latino-Americano de Criminologia e do Grupo de Criminólogos Críticos Latino - Americanos. A criminologia que se viveu na América Latina não corresponde à “criminologia latino-americana”, uma vez que se torna equivocada a afirmação de que a criminologia da América Latina é a que está descrita minuciosamente por Del Olmo, ou seja, de cunho defensivo, antropológico, médico-legista, positivista ou qualquer dos paradigmas que refletem o pensamento criminológico do consenso. (CASTRO, 2005).

Ainda sob a utilização das formulações de Castro (2005) acerca da construção de uma criminologia latino-americana, também chamada de criminologia da libertação, os esforços empreendidos em direção a uma modalidade de criminologia comprometida com a realidade concreta do continente latino-americano tiveram início na década de 1970, por meio da realização do 23º Curso Internacional de Criminologia, em Maracaibo, com uma comissão composta por integrantes do Instituto de Criminologia da Universidade de Zulia e de outras universidades

autônomas da Venezuela. A partir daí, importantes pesquisas provenientes de centros acadêmicos do continente foram elaboradas. Essa iniciativa latino-americana buscou a construção de um pensamento criminológico crítico capaz de atingir as estruturas de poder. Para tanto, os fundamentos do materialismo histórico mostraram-se indispensáveis.

Construir uma criminologia contra as estruturas ideológicas estabelecidas pelos centros de difusão do pensamento criminológico tradicional representou resultados bem-sucedidos no tocante à produção de conhecimentos capazes de vincular à realidade sociopolítica e econômica da América Latina a uma criminologia que lhe corresponde. Por outro lado, essa construção surtiu consequências sangrentas para alguns dos especialistas empenhados em contestar as construções paradigmáticas tradicionais acerca do controle social. Desta maneira, a criminologia de viés crítico revelou ser perigosa para quem a exerce:

(...) em 1977, o Jorge Enrique Torres Lezama, destacado jurista e sociólogo guatemalteco desse grupo, foi vítima de um estranho acidente de trânsito. Ele e sua mulher ficaram gravemente feridos. Praticamente incapacitado para caminhar, Torres exilou-se na Costa Rica, onde continuaria a exercer a docência universitária. Atílio Ramírez Amaya, professor da Universidade de El Salvador, iniciador da cátedra de criminologia – a partir de sua experiência no Grupo de Criminologia Comparada – e de um pequeno grupo de pesquisa com alunos, uma atividade realizada de forma acendadamente crítica, e juiz de instrução, responsável por sumariar o assassinato político do arcebispo Romero, sofreu atentado com metralhadoras em sua casa, precisando sair do país com sua família, primeiro para a Costa Rica, depois para a Nicarágua. Guillermo Monzón e Jorge Palácios Motta, professores de Direito Penal e de criminologia na Universidade de São Carlos, na Guatemala, tiveram menos sorte: foram assassinados a tiros, a poucos dias de intervalo um do outro, no primeiro semestre de 1981. (...) sua dispersão ou desaparecimento foram um duro golpe para os que continuamos a tarefa (CASTRO, 2005, p. 29).

Mesmo considerando a importância dos esforços latino-americanos em favor da construção de um pensamento criminológico condizente com as peculiaridades da América Latina, não podemos perder de vista a preponderância mundial das prerrogativas sobre o delito propagadas pelos centros hegemônicos. Assim, os temas vinculados à doutrina da tolerância zero partiram da campanha política de Rudolph Giuliani, cujos frutos colhidos resultaram na sua vitória para a obtenção do cargo de prefeito de Nova York. As diretrizes dessa política policial e judiciária logo transformaram Nova York na vitrine de referência mundial de combate ao crime, desde a pequena delinquência, a qual envolve os mendigos, os sem-tetos, os

depredadores de patrimônio público, até os crimes considerados de elevada periculosidade (WACQUANT, 2007).

A aplicação da lei sobre os delitos menores estabelece a clivagem entre os sujeitos a serem temidos e os sujeitos a serem respeitados. Os primeiros seriam os sem-teto, as prostitutas, os pichadores, os usuários de drogas, os lavadores de parabrisas. Já os segundos, seriam os cidadãos consumidores assíduos da sociedade de mercado. Para Belli (2004), as técnicas do Programa Tolerância Zero ultrapassam as velhas condutas de repressão por parte do corpo policial, contemplando complexos sistemas de gerenciamento empresarial, de onde emerge a prisão-empresa. Competitividade e produtividade passam a compor o mundo policial. Embora sejam modelos fracassados, são validados por serem disseminados com conotações positivas pelas lideranças de segurança e pelos políticos, recebendo aprovação dos meios de comunicação.

É no final da década de 1990, que a disseminação da política de Tolerância Zero adquire concretude na formulação das políticas de segurança pública da América Latina. Em agosto de 1998, o presidente do México lança o programa “Cruzada nacional contra o crime”, alimentando a proposta de importar a doutrina da tolerância zero. Em setembro de 1998, o secretário de justiça de Buenos Aires, León Arslanian, assinala que a política de combate ao crime da Argentina necessita superar seus traços provincianos e anuncia a implantação da doutrina elaborada pelo prefeito de Nova York. Em janeiro de 1999, após receber a visita de dois funcionários da polícia nova-iorquina, o governador de Brasília, Joaquim Roriz, anuncia o investimento na aplicação da tolerância zero por meio da contratação de 8.000 policiais civis e militares suplementares (WACQUANT, 1999). Quando questionado sobre a possibilidade do modelo de política em questão acabar por promover o encarceramento massivo da população, o governador afirmou não se tratar de um problema, alegando defender a construção de mais presídios caso fosse necessário.

Em síntese, constatamos que com o transporte dos modelos de segurança pública dos Estados Unidos para países como o Brasil, possibilitou-se a criação de um bloco imaginário de eficiência no combate à criminalidade, tanto entre os governantes e empresários quanto em direção à população que constantemente é bombardeada de informações pelo sensacionalismo político e midiático.

2.3.1 Prisões no capitalismo dependente

No contexto da periferia do capitalismo, as instituições prisionais operam por meio do cerceamento do direito fundamental à própria vida, onde a prática do genocídio adquire posição de legitimidade entre os agentes do Estado. Assim, pontua o jurista argentino Zaffaroni (2011), a atuação dos sistemas penais latino-americanos é classificada como prática genocida, cujo ponto central do controle penal está na morte em massa.

A vocação para o desencadeamento de perdas humanas constitui característica central dos aparatos penais, estando em clara evidência o descompasso entre os postulados dos direitos humanos e a realidade carcerária. Conforme ilustra mais uma vez, Zaffaroni (2011, p. 124-125),

Há mortes em confrontos armados (alguns reais e a maioria simulada, ou seja, fuzilamento sem processo). Há mortes por grupos parapoliciais de extermínio em várias regiões. Há mortes por grupos policiais ou parapoliciais que implicam a eliminação de competidores em atividades ilícitas (disputa por monopólio de distribuição de tóxicos, jogo, prostituição, áreas de furto, roubos domiciliares, etc.). Há “mortes anunciadas” de testemunhas, juízes, fiscais, advogados, jornalistas, etc. Há mortes de torturados que não “aguentaram” e de outros em que os torturadores “passaram do ponto”. Há mortes “exemplares” nas quais se exhibe o cadáver, às vezes mutilado, ou se enviam partes do cadáver aos familiares, praticados por grupos de extermínio pertencentes ao pessoal dos órgãos dos sistemas penais. Há mortes por erro ou negligência, de pessoas alheias a qualquer conflito. Há mortes do pessoal dos próprios órgãos do sistema penal. Há alta frequência de mortes nos grupos familiares desse pessoal cometidas com as mesmas armas cedidas pelos órgãos estatais. Há mortes pelo uso de armas, cuja posse e aquisição é encontrada permanentemente em circunstâncias que nada têm a ver com os motivos dessa investigação pública. Há mortes em represália do descumprimento de palavras dadas em atividades ilícitas cometidas pelo pessoal desses órgãos do sistema penal. Há mortes violentas em motins carcerários, de presos e de pessoal penitenciário. Há mortes por violência exercida contra preso nas prisões. Há mortes por doenças não tratadas nas prisões. Há mortes por taxa altíssima de suicídio entre os criminalizados e entre o pessoal de todos os órgãos do sistema penal, sejam suicídios manifestos ou inconscientes.

As consequências nefastas da ofensiva neoliberal capturam em maior profundidade as nações de economia periférica, onde o sistema penal tornou-se, de acordo com Batista (2011, p. 100), “o território sagrado da nova ordem socioeconômica”. As prisões do continente são semelhantes a grandes campos de concentração e, nestes espaços são (r)estabelecidas verdadeiras ditaduras sobre os pobres (WACQUANT, 1999).

O Brasil lidera o índice de encarceramento na América Latina, cuja dinâmica de crescimento tem origem durante o ajuste neoliberal realizado por FHC. “Em 1995 a população carcerária era de 148.000 presos, hoje a população carcerária passa de 600.000” (FREIXO, 2016, p. 2172). Os sujeitos que lotam as periferias e se insurgem contra os entrincheirados dos condomínios de luxo das grandes metrópoles são expurgados para o sistema penitenciário. Prevalece uma limpeza étnica e de classe, que não ressocializa ninguém. O Estado, braço armado do grande capital e a ideologia do medo fazem do cárcere um debate atual, pois, “a gente vive um refluxo muito grande da luta por direitos humanos. A intolerância cresceu muito, as pessoas são linchadas, amarradas em postes nas ruas. O discurso contra os Direitos Humanos está muito contundente” (FREIXO, 2016, p. 2172).

Os dados demonstram que o crescimento da repressão policial nesses últimos anos não produziu efeitos sobre a criminalidade. Contrariando o discurso convencional acerca da realidade punitiva do Brasil, não estamos em um “país da impunidade”. De acordo com Marta (2001), em matéria de homicídio praticado por policiais, na década de 1990, o Brasil bateu o recorde absoluto das Américas³⁸.

A violência policial praticada no país apoia-se em uma tradição multissecular de controle aos pobres e miseráveis com o uso da força como recurso, tradição que se inscreve desde a época escravista, durante os conflitos agrários e durante o regime militar. Neste último, a luta contra os “delinquentes” estava disfarçada de luta contra os subversivos internos (MARTA, 2001).

Além disso, o fato de ter havido gestões progressistas no poder, não significou necessariamente o abrandamento do Estado Penal. Como destacou Batista (2012, p.5),

A história recente demonstrou que mesmo em governos “progressistas” e “de esquerda” (como por exemplo, e respectivamente Clinton e Lula), e mesmo com índices de crescimento econômico, o recurso ao controle brutal dos pobres pelas polícias, justiça e autoridades penitenciárias disparou como nunca, embora no Brasil, a partir de 2008, a curva das taxas de encarceramento tenha apresentado uma discreta diminuição.

³⁸ No ano de 1992, a polícia militar de São Paulo matou 1.470 civis - contra 24 mortos pela polícia de Nova York e 25 pela de Los Angeles, o que representa um quarto das vítimas de morte violenta da metrópole naquele ano. Ver: Paul Chevigny, *Edge of the Knife: Police Violence in the Americas*, Nova York, New Press, 1995, cap.5; James Cavallara e Anne Manuel, *Police Brutality in Urban Brazil*, Washington, Human Rights Watch, 1997.

A política de Tolerância Zero continua rendendo consultorias abaixo da linha do Equador, essa ideologia ou discurso criminológico forneceu sustentação conceitual para a política de criminalização do excedente de mão de obra para o grande encarceramento. O inchaço dos cárceres tem provocado em quase todo o mundo o bloqueio de tribunais, considerando o número de casos a resolver e o gigantismo dos processos (BATISTA, 2011; CASTRO, 2005). Ocorreu o processo de reversão da pirâmide repressiva, com a incidência de mais detidos aguardando a sentença em comparação ao número de condenados, realidade que tornou evidente a vontade da população carcerária de responder à violência institucional com mais violência (CASTRO, 2005).

As instituições prisionais, desde o nascedouro, promovem efeitos destrutivos sobre os apenados, provocam segregações e levam ao paroxismo todas as mazelas sociais presentes na sociedade extramuros. Contrariando o penalista Beccaria (1978), a substituição das execráveis penas capitais pela pena privativa de liberdade não corroborou com a humanização das penas, sinalizando que a sua instituição sempre estaria fadada ao fracasso. As penitenciárias, mesmo fracassadas em países de economia desenvolvida, passaram a compor os laboratórios de teste de práticas penais nos países de economia periférica. Desta maneira,

(...) o que, sem dúvida, não se levou em conta foi que, nos anos 1860, a penitenciária já tinha fracassado como meio de “reabilitação institucional” nos Estados Unidos. Entre nós, falava-se dela como um lugar ideal de reforma, quando na prática, se havia convertido em um lugar de custódia. Na América Latina, com maior razão, quando foi implantada não serviu mais que como lugar de custódia – muitas vezes como simples depósito de presos -, mas, sobretudo com uma finalidade de segregação. Os problemas que se queria resolver continuaram presentes e aguçados nos cárceres latino-americanos até nossos dias (DEL OLMO, 2004, p. 168).

Vivenciamos a crise de legitimação do sistema penal. “os cidadãos não têm confiança num sistema severo demais ou indulgente demais (...) a justiça foi acusada de esquizofrenia social”. Lidamos com “a mais dramática expansão carcerária da história da humanidade” (BATISTA, 2011, p. 100-101), com a combinação das estruturas arquitetônicas das prisões norte-americanas com os mecanismos de máxima imposição de dor, sofrimento, humilhação e tortura.

Esta realidade nos faz pensar sobre as particularidades da reabertura democrática brasileira, uma vez que a realidade punitiva do país expressa a manutenção dos interesses políticos e econômicos das elites, e a permanência do autoritarismo do Estado para com os mais pobres enfraquece a sociedade civil e as instituições democráticas. Nesta seara, Boaventura de Souza Santos (2002) relembra a inexistência da superação do clientelismo, do nepotismo e do autoritarismo, componentes constitutivos das práticas políticas, responsáveis pelo esvaziamento da cidadania e da democracia. Para o autor, as elites do regime autoritário utilizam desses componentes para afastar as massas de qualquer possibilidade de participação política.

Houve, de fato, uma transição autoritária onde o governo impôs as bases do acordo e acabou garantindo legitimidade eleitoral aos conservadores. Este processo implicou na aversão do brasileiro à democracia, e a baixa cultura democrática da população brasileira está acompanhada pela aceitação pacífica da desigualdade, da instabilidade e dos discursos que contrariam os interesses democráticos (PINHEIRO ET AL, 1999).

É justamente por meio do enfraquecimento da competência participativa e questionadora da população, que as autoridades recebem a credibilidade midiática e social para a propagação de discursos sediciosos sobre a insegurança pública. Para Pastana (2005), esta propagação conta com a exacerbação de alguns problemas sociais e elege determinados grupos como os responsáveis pelo surgimento desses problemas. Logo, no que se refere ao problema da violência urbana, reproduz-se uma visão maniqueísta da sociedade, em que os bons são transformados em vítimas dos maus, incluídos neste rótulo os supostos responsáveis pelo sentimento de medo propagado socialmente. Daí as expressões: impunidade, frouxidão das leis, sociedade a mercê dos bandidos, Estado pouco opressor (PASTANA, 2005).

Os governos recorrem rapidamente a soluções penais para lidar com a conduta das populações pobres em vez de tentar enfrentar as causas sociais e econômicas de sua condição. Esta prioridade governamental pode ser explicada por várias razões. Primeiramente, porque as soluções punitivas são de caráter imediatista, implementadas em curto prazo. Compõem-se de estratégias que não apresentam quantidade significativa de opositores políticos; pelo contrário, gozam de elevada

aceitação social e política e fazem com que os controles penais se concentrem nos segmentos mais pobres, dando carta branca às irregularidades praticadas pelos mercados e aos comportamentos das classes opulentas.

CAPÍTULO 3- DA SENZALA AO SISTEMA PRISIONAL MODERNO

Este capítulo objetiva organizar e analisar os dados abstraídos durante o transcorrer da pesquisa. As informações estão relacionadas não só à realidade étnica circunscrita ao cárcere brasileiro, pois também reconhecemos a importância de elucidar indicadores que denunciam a desigualdade racial na esfera educacional, trabalhista e no âmbito do acesso à renda, compondo um arcabouço informativo capaz de nos fornecer maior dimensão das privações sociais que ainda persistem no quadro de vida do negro. A exposição também conta com a mensuração de dados relacionados ao genocídio da população negra e à letalidade policial praticada contra a população brasileira, em sua maioria, de raça negra. Isto posto, entendemos que a variável raça mostra-se fundamental para analisar as clivagens sociais.

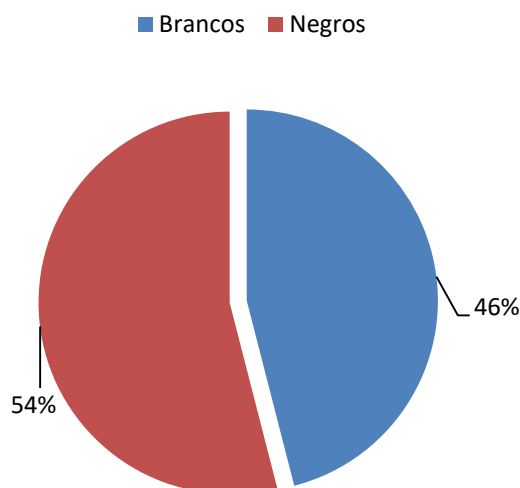
Os indicadores em exposição demonstram a persistência das relações raciais assimétricas, revelam que a análise da sociedade de classes, necessariamente, perpassa pela análise das relações raciais. Por isso é fundamental pensar o negro ao discutirmos sobre a ordem social competitiva, considerando uma particularidade do processo histórico-social: a escravidão. Segundo Bastos (2002), em uma sociedade fortemente atravessada pelo racismo, estratificada sobre o princípio da desigualdade, não há lugar para relações sociais fundadas em direitos.

Os dados comprovam a existência da seletividade do sistema penal, onde as classes subalternas atravessam um fluxo crescente de criminalização e estigmatização. Desta forma, a Criminologia ou a Política Criminal são atividades essencialmente políticas, distanciadas da neutralidade ou ingenuidade (CASTRO, 2005). As postulações patrimonialistas permanecem nos meandros da justiça brasileira, a qual concede prisões em regime aberto para os transgressores de “colarinho branco” da administração pública e prisões em regime fechado para os pobres, em sua maioria, praticantes de crimes contra o patrimônio.

3.1 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A COR E A PERMANÊNCIA DO PRECONCEITO RACIAL

O gráfico abaixo, extraído do Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2015, demonstra a distribuição da população brasileira com base no aspecto racial. Sendo composta majoritariamente por negros, a população brasileira se divide entre um agrupamento racial vitimado pela concentração da renda, do prestígio e do poder nas mãos dos brancos e entre outro beneficiado pelas benesses de uma sociedade quase estamental.

GRÁFICO 1: RAÇA DA POPULAÇÃO



Fonte: INFOPEN (2017)

Majoritariamente composta por segmentos negros, o Brasil contemporâneo não suprimiu a existência de relações raciais desiguais. De acordo com alguns autores que desconsideram a margem aberrante do racismo brasileiro, tais como Facina (2009); Harris, Consorte, Lang e Byrne (1993), na perspectiva democrática, passamos a conviver com o racismo sutil, modelo de racismo que na perspectiva desses autores não apresenta relação com as práticas diretas de preconceito, tais como a violência física, ameaça, rejeição direta, extermínio e a perseguição aos negros. Neste sentido, segundo Facina (2009), o racismo sutil existe porque os países que se dizem democráticos já possuem uma norma antirracista clara.

Harris, Consorte, Lang e Byrne (1993), consideram que o sistema racial brasileiro se diferencia do americano, assim, a distinção entre brancos e negros no país não segue a mesma lógica que os EUA; nos EUA o sistema racial se baseia na ascendência, enquanto no Brasil a aparência ou o fenótipo é determinante, ou seja, as identidades étnicas brasileiras são baseadas no fenótipo. Desta maneira, o preconceito racial revelado no Brasil volta-se para a cor dos sujeitos e não para a sua origem racial. Reporta-se para o que Nogueira (1985) denominou “preconceito de marca”. Contrapõe-se ao “preconceito de origem”, presente nos EUA (NOGUEIRA, 1985).

Quando os Estados Unidos e a África do Sul conviviam com regimes segregacionistas, com discriminações raciais extremamente violentas e vexatórias, o Brasil já apresentava normas contra a manifestação do racismo. "O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do preconceito racial é a tendência a considerá-lo como algo ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratica)" (FERNANDES, 2015, p.33). O racismo configura uma prática desmoralizante, mas o aparato normativo coaduna com a manutenção das acomodações raciais.

A defesa dos valores tradicionais; exagero das diferenças culturais; negação das emoções positivas em relação ao grupo em questão são os fatores que estão presentes na escala do preconceito sutil (PETTIGREW; MEERTENS, 1995). Assim, o aspecto sutil do preconceito racial brasileiro, conforme apontam Lima e Vala (2004), estrutura-se por um lado, no mito da “democracia racial”, por outro lado, no caráter complexo que a miscigenação e o modo peculiar de colonização europeia imprimiram às relações raciais brasileiras.

Todavia, o racismo brasileiro é dissimulado, e não se revela de forma sutil. O termo sutil remete à ideia de brando, tênue, não alcançando a complexidade das relações raciais presentes no contexto brasileiro. O fato de não ter existido no Brasil instrumentos legais de segregação racial não torna esse país menos racista que os EUA e a África do Sul.

O mito da “democracia racial” encontrou compatibilidade nas normas antirracismo do país³⁹ para alastrar-se como verdade absoluta, principalmente, para compactuar com a manutenção dos prestígios materiais e simbólicos da raça dominante. Sob o manto republicano, as elites demonstravam insatisfação com a possibilidade da ascensão social e política dos negros. Deste modo, a “democracia racial” representa uma arma ideológica, termo utilizado por Hasenbalg (1985), que tenta conciliar participação e igualdade com a “marginalização social” e a exclusão da participação política.

Na perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda (1995), a ideia de cordialidade entre o povo brasileiro marca uma intensa relação com o nosso passado rural. Todavia, o autor sinaliza que não se deve confundir hospitalidade e demais iniciativas centradas na emoção com cordialidade. Essas características não esvaziam o sentimento de repulsa que pode haver nas relações sociais, apenas encobrem-no.

(...) A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade (HOLANDA, 1995, p. 146).

Na verdade, prevalece a tolerância como parte de uma relação convencional, útil para a legitimação da concentração racial do poder político, social e financeiro. Se a maioria das pessoas não é abertamente racista, de alguma forma, ela é conformista, omissa ou cega à marginalização sofrida pelas minorias, o que acaba por contribuir com a manutenção da ordem social (FACINA, 2009). Há uma forte relação entre o preconceito e o conformismo, considerando as normas sociais imperantes. Para Galeão-Silva (2007), o preconceito sutil pode aumentar em virtude de sua adaptação ao capitalismo administrado, por ocultar o conflito e revelar a indiferença frente às injustiças sociais. Logo, para o autor, o discurso racista sutil se adapta facilmente à democracia. Porém, mais uma vez reforçamos que não há a menor razão para tratar de sutileza nas relações raciais brasileiras, principalmente se levarmos em consideração a crescente seletividade racial do sistema penal brasileiro e dos crimes contra a vida.

³⁹ A partir da promulgação da Constituição de 1934, o racismo passou a configurar prática criminosa no Brasil (SANT, Anna; PAIXÃO, 1998).

Entrou em convenção social a perspectiva de que as relações raciais estão acompanhadas pelos princípios democráticos, culminando na “acomodação racial igualitária” (FERNANDES, 2008, p.388). Porém, ao contrário do que pressupõe a ordem social competitiva, a democracia brasileira não superou integralmente a perpetuação das antigas formas patrimonialistas de dominação. Estas formas de dominação provocaram a desproporção entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes.

A interconexão entre o sistema de classes e as relações arcaicas de dominação racial atesta a presença de uma dupla trajetória percorrida pelas relações raciais. De um lado, a sociedade de classes foi solapada por distinções sociais atreladas a privilégios raciais incompatíveis com a estrutura e a dinâmica da sociedade “democrática”. Por outro lado, a persistência da dominação da raça branca em moldes arcaicos ultrapassou sua fonte de legitimação jurídica e histórica, o que lhe imprimia o caráter de uma violação irreparável dos direitos fundamentais dos negros e lhe tirava todo e qualquer fundamento ético-jurídico (FERNANDES, 2008).

Pierson afirma que no Brasil não existem castas raciais, de modo a não haver preconceito racial tal como nos Estados Unidos. Portanto, no Brasil haveria apenas preconceito de classe (CAMPOS, 2014). Para subsidiar suas afirmações, Pierson utilizou a tese da “democracia racial” de Freyre. Por meio desta, o norte-americano afirma que brancos e negros pobres são discriminados na mesma proporção. Com o desenvolvimento econômico do Brasil, as desigualdades entre negros e brancos seriam dirimidas. Ao contrário do exposto, para Bastide e Fernandes (1959), o preconceito de cor é constitutivo do preconceito de classe.

Prevalece a etiqueta de distanciamento social, surgida, sobretudo, após a abolição, levando à existência de equidade jurídica e indiferenciação formal (GUIMARÃES, 1999). Mas na perspectiva de cientistas estrangeiros desavisados que visitaram o país após a abolição, a “democracia racial” aqui se faz presente. Evidentemente, não convivemos com regimes segregacionistas violentos tais como o sistema de *Jim Crow* nos EUA e o *Apartheid* na África do Sul, e a comparação dessas experiências com a brasileira representou o fio condutor das interpretações dos cientistas já habituados com a realidade das relações raciais na África do Sul e nos Estados Unidos.

Há outros meandros que envolvem a forma dissimulada de manifestação do preconceito racial. Fernandes (2008, p. 438) enumera dois exemplos que colaboram para que essas manifestações sejam descobertas. Por um lado, quando o negro recusa determinado tratamento que o situe em condição de inferioridade em relação ao branco. Por outro lado, quando os brancos, no ato do envolvimento em um pequeno incidente de trânsito, “soltam a língua” e apelam para o ataque racista ao condutor negro.

Conforme sustenta Flauzina (2006), o racismo está presente nas bases de sustentação do processo histórico latino-americano, com considerações que inserem o indígena e o negro no crivo das barreiras de acesso à civilização e interpretam o padrão civilizacional europeu como parâmetro a ser seguido. Além disso, o imaginário social que concorre para a eliminação dos segmentos negros tende a pautar-se por práticas de extermínio, ainda que simbólicas.

As práticas de extermínio simbólicas ancoram-se em privações que perseguem a vida da população negra e pobre. Essas privações estão relacionadas ao acesso aos serviços públicos (saúde, educação, moradia, saneamento básico, cultura). Durante séculos, o Estado brasileiro vem negando à população negra os serviços públicos mais básicos. O genocídio simbólico também envolve privações atinentes ao direito à própria vida, fato comprovado ao considerarmos as desigualdades entre brancos e negros em abordagens policiais e assassinatos de adolescentes e jovens negros⁴⁰.

Procuramos demonstrar na presente discussão a emergência de um discurso que tenta abrandar a gravidade do racismo brasileiro. Trata-se de uma leitura pouco questionado socialmente, que contribui expressivamente para legitimar as relações raciais assimétricas. Trata-se de uma consideração que tenta imprimir aspecto de sutileza ao racismo brasileiro, com base, sobretudo, no ordenamento democrático formal. No plano da igualdade formal, o racismo é inexistente, fica revelado um falso ajustamento do negro à sociedade, quando na verdade, as relações de desigualdade racial refletidas nos aspectos econômicos, sociais, institucionais e políticos, revelam, na perspectiva de Carneiro (2005), uma “violência simbólica”.

⁴⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/492785-CPI-CONCLUI-QUE-HA-GENOCIDIO-SIMBOLICO-CONTRA-JOVENS-NEGROS-NO-PAIS.html>. Acesso em: 11 de abril de 2018.

No campo da democracia formal, o branco encontrou elementos para negar a existência do racismo no Brasil, por meio da responsabilização do negro pelo seu próprio destino, já que a igualdade de condições entre negros e brancos é garantida por lei. Desta maneira, o que fica no centro das preocupações é o “preconceito de ter preconceito”, o que não deixa de explicitar uma forma particular de racismo (FERNANDES, 2015, p.15). O preconceito racial ultrapassa as relações de poder, pois atua inclusive, na delimitação de espaços. Nas propagações de publicidade, são as moças e rapazes de feições europeias que invadem os espaços de divulgação de determinados produtos da sociedade do consumo, cujo marketing, divulga a venda da própria colonização.

O sistema carcerário leva ao paroxismo as relações raciais assimétricas presentes na sociedade brasileira, sendo o aparato carcerário uma instituição total de controle social com práticas degradantes, vexatórias e genocidas direcionadas à população negra. Isto posto, a seletividade do sistema penal transforma-se em reduto de distinção entre o que considera resíduos raciais, passíveis de punição e as classes privilegiadas, passíveis de absolvição ou penas mais brandas. Tomando por base as incursões da autora,

A apropriação simbólica peculiar da questão racial pelas elites nacionais, convertendo esse território da barbárie no paraíso terrestre do convívio entre as raças nunca abriu mão do uso ostensivo do sistema penal no controle da população negra. Assim, a relação estabelecida entre racismo e sistema penal no Brasil se dá de uma maneira íntima e enviesada, apesar de todo o esforço em se construir uma imagem em sentido oposto (FLAUZINA, 2006, p. 34).

As práticas de matar e reprimir indiscriminadamente negros e pobres engendram uma política informal praticada pelos agentes do Estado, que recebe consistente apoio dos setores médios da população e das elites. De acordo com Souza (2017, p), para amplos setores sociais, “perseguir, torturar e matar preto e pobre não é crime”. Estas práticas conformam o incessante estado de exceção ao qual os negros estão sujeitos, convivendo com a violência estatal mesclada à privação de proteção da dignidade e à supressão de direitos fundamentais.

3.2 DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA

Conforme já elucidamos no capítulo anterior, o enfraquecimento das políticas sociais cede espaço para o fortalecimento das políticas penais, conformando o receituário neoliberal, para o qual, o investimento em políticas sociais representa a confecção do passaporte para a inatividade, o ócio e a desmotivação para o mercado de trabalho. Evidencia-se uma clara aversão a determinados segmentos raciais e sociais, aversão esta, que deságua na criminalização dos pobres e negros.

Os dois componentes de contenção repressiva dos pobres e negros são a imposição coercitiva de inserção em subempregos e o encarceramento massivo. Este último, intensificado pela Política de Tolerância Zero, comporta a crescente escalada de aprisionamento de negros e pobres. Logo, de acordo com Barbosa e Coelho (2017), a tese norte-americana de segregação étnico-racial e aprisionamento dos negros se repete no país mais miscigenado do mundo - no Brasil, onde os guetos seriam as Cohabs e os hiperguetos, as favelas.

A exposição que segue conforma os dados referentes ao sistema prisional brasileiro. Os dados foram encontrados em fontes dispersas e agrupados em séries temporais para fins analíticos. Trata-se de uma demonstração gráfica que denuncia o real traço étnico do sistema carcerário brasileiro. A senzala institucionaliza-se por trás das celas metálicas das prisões e com o crescente clamor social e midiático pelo endurecimento das penas, não restam dúvidas quanto à tendência de continuidade e/ou elevação das taxas de encarceramento dos negros e pobres.

3.2.1 Encarceramento por raça

Os negros continuam sendo eleitos pela sociedade e pela grande mídia como os inimigos a serem combatidos, por representarem os reais provocadores de fissuras no tecido social. A reconstituição da ordem, supostamente, somente pode ser desencadeada com o combate à impunidade. “Combater a impunidade” constitui o grito de guerra da sociedade, que insiste em afirmar a inexistência de medidas punitivas mais severas. Conforme mencionado no segundo capítulo, o Brasil não pode ser classificado como o país da impunidade, como se faz crer nos discursos que se alastram por parte dos meios de comunicação (FREIXO, 2016).

A ideia de que somos o país da impunidade, temos que punir mais, temos que prender mais, temos que fazer as penas serem maiores, a polícia precisa ser mais violenta, não reflete a realidade. Temos uma das polícias mais violentas do mundo. Então temos uma força de Estado muito violenta e um sistema prisional que cresce como nenhum outro. Se formos contar os presos provisórios e os presos domiciliares, já somos a terceira população carcerária do mundo, passamos a Rússia e perdemos apenas para Estados Unidos e China (FREIXO, 2016, p. 172).

Como numa equação simplificada, seria esse o resultado: os negros e pobres carregam os vícios, e os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os negros e pobres são, por definição, perigosos. Segundo Wacquant (2001), Desenvolve-se daí uma teoria da suspeição generalizada, como essência das classes perigosas. A raça e a pobreza, portanto, são suspeitas, desde que se prove o contrário. Daí necessitarem permanentemente de vigilância, controle disciplinar, pacificação e ordenamento.

Das senzalas coloniais ao sistema carcerário atual, há um período de mais de quinhentos anos, muitas constituições, leis e mudanças estruturais na produção. No entanto, o caráter de classe e de raça dos que lotam os presídios continua a prevalecer. O senso comum, ou seja, a ideologia do medo faz do preso, um indigente sem direito, que deve ser extinto para que a sociedade tenha segurança. Este tipo de destino lançado aos negros coloca-se a serviço da pauta de genocídio simbólico, reclamado pela própria sociedade. Sobre genocídio simbólico, Wedderburn (2007, p.35), explicita: “quando você nega a presença física de uma população você está dizendo que você quer que ela desapareça e você fará de tudo para que ela desapareça fisicamente. (...) É um fator violento de genocídio simbólico”.

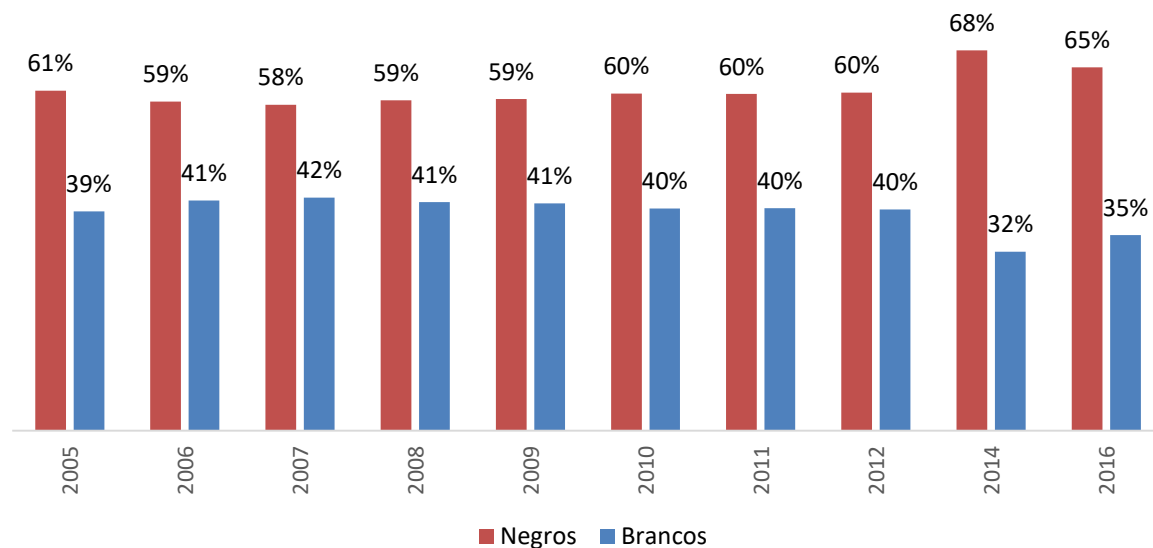
Mas dentro do ordenamento do sistema penal, analisar a seletividade dos encarcerados apenas sob o parâmetro das classes sociais não confere a obtenção de toda a complexidade de uma instituição total que está ancorada fundamentalmente no racismo. O aparato penal incide preferencialmente sobre os negros, com a utilização da truculência como regra geral de intimidação e repressão. É claro que defender que a seletividade penal ancora-se no quesito de classe e raça implica no questionamento acerca do tratamento penal destinado aos negros de classe média ou alta. Podemos simplesmente, partir da seguinte indagação: será

que os negros que desfrutam de melhores condições socioeconômicas são imunizados pelo sistema penal? A resposta está nas formulações da filósofa e ativista da causa negra Sueli Carneiro (2005), para quem a cor da pele se sobrepõe às outras características dos sujeitos:

A multiplicidade de identidades que entrecortam os indivíduos, contemporaneamente ditadas por suas diferentes inserções ocupacional, de gênero, de classe etc., desaparece quando adentra o negro. O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza. Todas essas outras dimensões do indivíduo negro tem que ser resgatadas *a posteriori*. Depois da averiguação, como convém aos suspeitos *a priori*. E como esse negro se recusa a sair desse lugar hegemônico, mesmo após a averiguação ele será submetido a diferentes testes para provar que seja algo além do que um negro. Por isso dirá Frenete, que ser negro é não ter descanso (CARNEIRO, 2005, p.132).

Mesmo chamando a atenção para o fato de que todos os negros são atingidos pelo sistema penal, Flauzina (2009) elucida que essa abrangência ocorre em condições díspares. Os negros pobres sofrem com mais expressividade as peripécias do regime carcerário, lidam com maior intensidade com as consequências da detenção em regime fechado, com a ausência de condições para arcar com sua defesa. Contudo, a atuação do sistema penal está voltada para um arcabouço de cunho racista e num primeiro momento, o processo de criminalização primaria associará o negro à classe pobre.

Ainda que direcionado também ao controle dos corpos brancos, o aparato penal não se distancia da conotação racista, uma vez que a sua dinâmica institucional é movida pelo racismo. Analisar o racismo enquanto categoria fundante do sistema penal não significa apenas compreender o relacionamento entre os instrumentos de controle penal e a população negra, mas conforme aponta Flauzina (2014), significa entender também a dinâmica geral de funcionamento das instituições penais, que, atreladas ao racismo, exercem uma metodologia de truculência para além do segmento sobre o qual incide.

GRÁFICO 2: TAXA DE ENCARCERAMENTO POR RAÇA

Elaboração própria.

Fonte: INFOPEN (2014; 2017); WAISELFISZ (2012).

3.2.2 Distribuição da raça por unidades da federação – UF.

As unidades da federação que mais concentram presos de raça negra estão situadas nas regiões norte e nordeste, considerando os estados Acre e Bahia, que concentram 95% e 89% de negros privados de liberdade, respectivamente.

TABELA 1: PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR UF DE ACORDO COM O CRITÉRIO RACIAL.

UF	Branca	Negra	Outras
AL	5%	95%	0%
AM	20%	80%	0%
AP	16%	84%	1%
BA	11%	89%	0%
CE	15%	84%	1%
DF	17%	82%	1%
ES	19%	78%	3%
GO	21%	79%	0%
MA	15%	84%	1%
MG	28%	71%	2%
MS	35%	62%	0%
MT	26%	74%	0%
PA	14%	83%	3%
PB	22%	78%	0%
PE	13%	83%	4%
PI	16%	84%	0%
PR	66%	33%	0%
RJ	26%	72%	3%
RN	27%	72%	0%
RO	21%	77%	0%

RR	12%	81%	7%
RS	68%	30%	2%
SC	56%	42%	1%
SE	11%	86%	3%
SP	44%	56%	0%
TO	19%	78%	0%

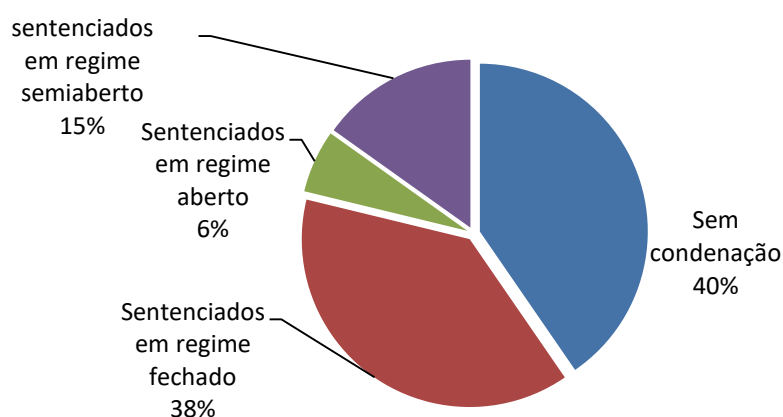
Fonte: INFOPEN (2017).

3.2.3 Pessoas Privadas de Liberdade por Natureza da Prisão e Tipo de Regime

As pessoas privadas de liberdade, em sua maioria, integram o regime fechado e ainda aguardam o julgamento. Considerando que os crimes de furto e roubo somam 37% das incidências (INFOPEN, 2017), visualizamos que a prática desses crimes é sentenciada com maior vigor em regime fechado. Já as decisões judiciais relacionadas aos crimes contra a administração pública culminam no estabelecimento da prisão em regime aberto.

Historicamente, o Brasil apresenta uma taxa elevada de presos sem condenação. De acordo com o Relatório do INFOPEN (2017), em cada dez das 726 mil pessoas presas no Brasil, quadro ainda não foram julgadas. No Levantamento do INFOPEN de junho de 2014, essa população representava 41% do total. O último relatório do INFOPEN (2017) revela que o percentual de presos sem condenação é de 40%.

GRÁFICO 3: PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR NATUREZA DA PRISÃO E TIPO



Fonte: INFOPEN (2017)

Ferreira (2010), ao analisar as decisões de cinco Tribunais Regionais Federais do Brasil, constatou que nos crimes contra o patrimônio, aplicou-se o regime fechado em 51,6% dos casos, já os crimes contra a administração pública obtiveram a prisão decretada em regime aberto em 74,8% dos casos. Estes dados permitem a conclusão de que o sistema penal adere a uma política de não encarceramento dos

praticantes de crimes contra a administração pública, priorizando a reclusão das classes mais pobres. Assim, o Código Penal (1940) favorece os praticantes de crime contra a administração pública:

Art. 33. A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A detenção em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
§4º. O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto ilícito praticado, com os acréscimos legais.

Podemos depreender que algumas práticas coloniais ainda permanecem no cotidiano do poder judiciário brasileiro, expressas nos discursos empregados nas decisões que condenam uns e absolvem outros (FERREIRA, 2010). As práticas discursivas do poder judiciário reforçam a seletividade do sistema penal, com a clara desproporcionalidade de tratamento entre os condenados por crime contra o patrimônio e os condenados por “crimes de colarinho branco”. Destarte, o juiz demonstra distanciamento em relação à sociedade, isolando-se dela e aproximando-se daquelas fatias sociais semelhantes a si, tais como funcionários públicos, políticos, membros do Ministério Público, empresariado.

Reconhecemos, pois, que a distribuição desigual das condenações pelos crimes cometidos cria a aparência de que uma restrita minoria apresenta “comportamento perseguível” (BARATTA, 2011, p.103). Quando na verdade, ainda sob as incursões de Baratta (2011), a criminalidade não parte de comportamentos exclusivos de uma restrita minoria, mas do comportamento de largos estratos ou da maioria da sociedade. Essa ausência de equivalência entre a imposição de distintos tipos de penas para praticantes de crimes de distintas origens socioeconômicas mostra-se indiscutivelmente funcional à reprodução da ordem social.

3.2.4 Varas criminais e Juizados Especiais Criminais (JECRIMS): perfil dos autores por raça

A exposição dos dados da segunda tabela reitera a elevada frequência com que os negros são submetidos à pena privativa de liberdade em comparação aos brancos. De acordo com estudos do IPEA (2015), existe um maior número de negros nas varas criminais, que tem a pena privativa de liberdade como regra geral. Nas varas

criminais, 46,8% dos réus são condenados a penas privativas de liberdade e 12,2% a penas alternativas. 6,0% cumprem algum tipo de medida alternativa, 02% cumprem medidas de segurança, e o número de absolvidos pode atingir a marca de 19,7%.

TABELA 2. VARAS CRIMINAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (JECRIMS): PERFIL DOS AUTORES POR RAÇA

Varas criminais: perfil dos autores por raça/cor	Negro	57,6%
	Branco	41,9%
Juizados Especiais Criminais (Jecrims): perfil dos autores por raça/cor	Negro	46,2%
	Branco	52,6%

Elaboração própria.

Fonte: IPEA, 2015.

Os juizados especiais criminais analisam infrações de menor potencial ofensivo, que somente resultam em prisão em 8,5% dos casos. Nestas instâncias, portanto, prevalece a aplicação de penas alternativas, revelando um cenário de ordem inversa da que ocorre nas varas criminais, onde os negros são alvos de acusações criminais em 57,6% dos casos e os brancos, em 41,9% dos casos. Nos jecrims, 52,6% dos réus são brancos e 46,2% são negros.

Para o IPEA (2015), as informações chamam a atenção para o processo de construção de desigualdades e de reprodução de opressões nas instituições penais brasileiras, que conferem cor aos cárceres do país. Destarte, a seletividade penal também está presente nas audiências de custódia, evento no qual o preso é apresentado ao juiz imediatamente após a prisão em flagrante.

A exposição seguinte conta com informações divulgadas pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), por meio da publicação do relatório “Audiências de Custódia: panorama nacional pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa”, contendo dados relacionados ao recorte racial dos presos levados em juízo e dos presos que após o desfecho da audiência, têm a prisão preventiva decretada. O relatório publicado pelo IDDD apresenta limitações em seu escopo de abrangência, apresentado apenas as informações restritas aos estados de Minas Gerais, Rio de

Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Todavia, nestes estados, “as pessoas negras tiveram um número proporcionalmente maior de respostas estatais de privação de liberdade” (IDDD, 2017, p.45).

3.2.5 Percentual dos Levados em Juízo e Presos após a Audiência de Custódia de Acordo com o Critério Racial

Embora o Brasil seja signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos desde 1992, somente em 2015 o Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Ministério da Justiça e Tribunais de justiça de cada estado brasileiro iniciou o projeto audiência de custódia (FBSP, 2017).

Reconhecendo a importância de reduzir o encarceramento massivo, o ministro Ricardo Lewandowski propôs as parcerias em questão. Na audiência de custódia, ocorre o encontro entre custodiado, defensor e juiz. São verificados os requisitos que qualificam a prisão como flagrante, a legalidade e a necessidade da prisão. A partir da constatação da ilegalidade da prisão, o juiz pode decidir relaxar a prisão, conceder liberdade provisória ou decretar a prisão preventiva (IDDD, 2017). Ainda de acordo com o IDDD (2017), mesmo em se tratando de um avanço no sistema judiciário, a seletividade racial na decretação de prisões provisórias é uma realidade eminente.

A estratégia que seria utilizada para desafogar a superlotação dos cárceres brasileiros acaba por promover a filtragem racial nas decisões que envolvem a manutenção da pena privativa de liberdade. A tabela mostra que as pessoas negras receberam um número proporcionalmente maior de ordens de prisão. O tratamento judicial é mais duro para os acusados negros, incluindo a situação hostil que se passa nas audiências de custódia, cujas salas contam frequentemente com a presença de policiais militares, intimidando os acusados a deporem a respeito de possíveis ocorrências de tortura policial no momento da decretação da voz de prisão.

TABELA 3. PERCENTUAL DOS LEVADOS EM JUÍZO E PRESOS APÓS A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE ACORDO COM O CRITÉRIO RACIAL.

Minas Gerais	
Recorte racial	Prisão preventiva decretada de acordo com a raça
Negros : 77,94%	56,77% dos casos
Branços :22,6%	42,3% dos casos
Rio de Janeiro	
Recorte racial	Prisão preventiva decretada de acordo com a raça
Negros : 63,39	68,75% dos casos
Branços : 31,25%	31,25% dos casos
São Paulo	
Recorte racial	Prisão preventiva decretada de acordo com a raça
Negros: 60,62%	61,03% dos casos
Branços: 39,38%	52,26% dos casos
Pernambuco	
Recorte racial	Prisão preventiva decretada de acordo com a raça
Negros: 92,39%	63,53% dos casos
Branços: 7,61%	57,14% dos casos

Fonte: IDDD, 2017.

3.3. OUTROS INDICADORES

3.3.1 Taxa de desemprego por raça

Conforme viemos elucidando ao longo do trabalho, o processo de abolição da escravidão não preparou os negros libertos para o trabalho livre e assalariado. A competitividade e a civilização burguesa adentraram na arena urbano-industrial, sem, contudo, integrar o negro em sua dinâmica nas mesmas condições em que os estoques raciais brancos foram integrados. A nova conformação da estrutura social contava com a transformação do senhor em “homem de negócio”, da mão de obra escravista em mão de obra europeia e do ex- escravo em um novo prisioneiro, mas desta vez, de sua própria liberdade.

A herança escravista e um processo de abolição completamente espúrio forneceram os contornos do que viria ser a nossa formação democrática: instável, autocrática, com setores populares frágeis do ponto de vista da organização política. Assim, a integração de negros em menor proporção ao mercado de trabalho, em comparação aos brancos, revela a presença da heteronomia racial associada à heteronomia socioeconômica, cujo dinamismo se revela funcional à ordem.

Muitas vezes, o que parece ser a ascensão social no horizonte cultural de negros é a incorporação na sociedade de classes. Os únicos canais eficientes de ascensão social brasileira permanecem compactuando com o ato de privilegiar as elites e a “raça dominante”. Os negros encontram-se bloqueados por um sistema de desigualdade racial e sociais abarrotado por privilégios de classe e de raça (FERNANDES, 2008).

Assolados pelo quadro de desemprego, os negros também sofrem com a desigualdade salarial, recebem em média R\$ 1.531, em comparação ao rendimento médio dos brancos, de 2.757⁴¹. Para Reimers (2000), as diferenças de renda podem ser parcialmente explicadas por meio da desigualdade na distribuição da educação entre os diferentes grupos sociais. Empreendendo estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro, Ferreira e Barros (2000) afirmam que o fator educacional apresenta forte relação com a desigualdade de renda. As maiores explanações que tratam da relação entre rendimento e acesso à educação estarão presentes durante a apresentação do próximo gráfico.

Revela-se crescente o número de negros em ocupações informais, constituindo um percentual de 26,1% (IBGE, 2017). De acordo com Motta (2012), os processos de crescimento econômico que viabilizaram certa integração do negro não romperam com a hierarquia entre as raças, prevalecendo, ainda, um paralelismo entre raça e classe, colocando a discriminação racial como um elemento fundamental para entendermos a formação social brasileira.

Conforme explicita a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010), a inserção no mercado de trabalho informal não se dá por escolha, mas por necessidade e pela dificuldade de acessar uma ocupação de carteira assinada, principalmente no caso

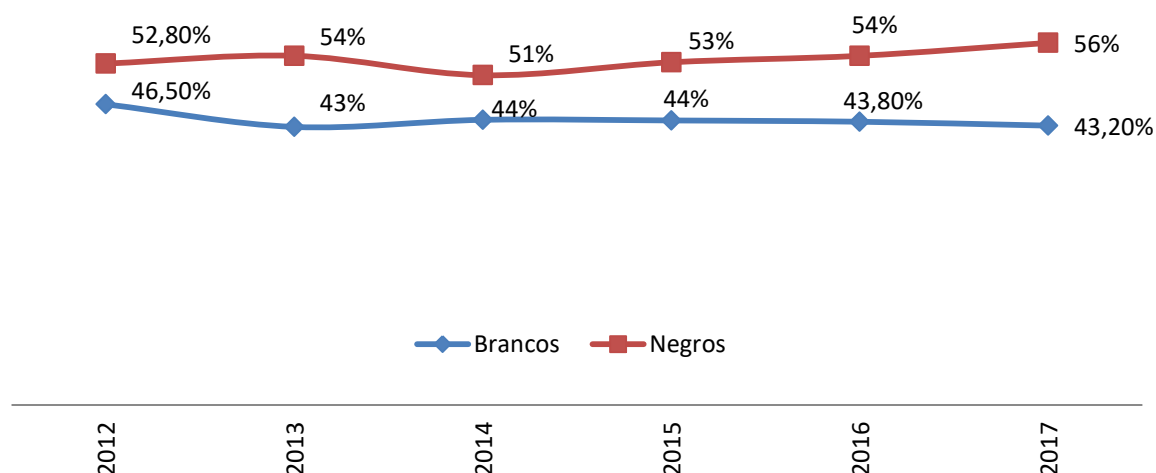
⁴¹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pretos-pardos-recebem-pouco-mais-da-metade-da-renda-media-dos-brancos-22078720>. Acesso em 16 de abril de 2018.

de trabalhadores de baixa escolaridade e desprovidos de qualificação. A maioria que trabalha informalmente é pobre, situação na qual a parcela de maior expressividade é constituída por mulheres e negros, pessoas que apresentam maiores níveis de vulnerabilidade no mercado de trabalho (OIT, 2010). Segundo Motta (2012), os condenados do sistema não conseguem obter classificação na ordem econômica, pois estão imersos na economia de subsistência ou em “estruturas arcaicas” do sistema capitalista.

É a partir da caracterização dos condenados que a relação com a herança escravista adquire ainda mais nitidez, pois desta maneira, podemos estabelecer a relação entre raça e classe, e entre avaliação moral – baseada na inferioridade da raça negra – e a superexploração do trabalho (MOTTA, 2012). Reiterando a assertiva elaborada nos capítulos anteriores, cuja referência provém da análise de Nascimento (1978, p.85), é comum partir dos “mal intencionados”, a convicção de que as precárias condições econômicas e sociais apresentadas pelos negros partem de motivações relacionadas à falta de vontade do sujeito em enfrentar determinada condição de vida.

Há ainda, as concepções fatalistas que associam a situação do negro a uma escolha ou simplesmente, à falta de dinheiro, mas nunca às questões ligadas à raça. Ainda nos ancorando sob as contribuições de Nascimento, concordamos que a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego, e se a ausência de empregos decorre da carência de qualificação técnica, a falta desta aptidão se deve aos poucos recursos financeiros. Mas a presença do desemprego e do subemprego infere a eclosão de uma massa excedente, porém, funcional ao dinamismo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Considerando a realidade do capitalismo brasileiro, descartamos a possibilidade das relações raciais desiguais serem destroçadas a partir do amadurecimento da ordem democrática. Mesmo com o crescimento econômico e com a emergência de determinadas possibilidades de classificação social, o capitalismo dependente não é capaz de romper com os resíduos raciais do antigo regime. A sociedade de classes sob o jugo desse modelo de capitalismo garante a continuidade de uma rígida estrutura social, aberta apenas para a classe dominante, permanecendo “estamental para as classes operárias e o povo em geral” (FERNANDES, 2010, p.114).

GRÁFICO 4: TAXA DE DESEMPREGO POR RAÇA

Fonte: IBGE, Índice de indicadores sociais, 2017.

3.3.2 Analfabetismo da população negra

Elegemos a taxa de analfabetismo entre negros e brancos como um diferencial de raça fundamental para compreender o abismo racial presente na sociedade brasileira. De acordo com Soares et al (2006), a importância do acesso à escolaridade como fator determinante do bem-estar influencia desde a melhoria das condições de renda do sujeito até a probabilidade deste morrer de forma violenta, demonstrando que as consequências da discriminação são, no processo educacional, ainda mais graves em comparação a outras esferas.

Mesmo considerando a universalização do acesso ao ensino fundamental, não se trata de uma realidade capaz de dirimir os problemas relacionados à repetência e à evasão escolar, aspectos centrais do fracasso escolar, que atingem, sobremaneira, os negros. A frequência a uma instituição de ensino não apresenta relação com o aumento do nível de escolaridade. Portanto, o mecanismo de verificação de acesso regular à escola não provém da avaliação da frequência escolar, mas do quadro de aprovação e reprovação, ou seja, da porcentagem de alunos que estão frequentando a escola no nível adequado.

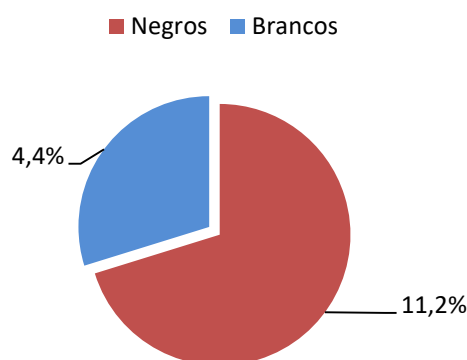
Enquanto 7% dos brancos têm mais de dois anos de atraso escolar, entre os negros esse indicador chega a 14% (PNAD, 2011). Diferenças no perfil educacional de negros e brancos explicam 55% dos diferenciais de rendimentos entre eles, sendo preciso analisar a estrutura da distribuição das oportunidades educacionais no país,

para assim compreender a reprodução das iniquidades econômicas e sociais (FERREIRA; BARROS, 2000).

Ser negro no Brasil aumenta a probabilidade de obtenção de fracasso escolar. Conforme aponta a pesquisadora Paula Louzano (2013), essa probabilidade aumenta entre 7 e 19 pontos percentuais. Isto porque Louzano chegou à conclusão de que a diferença na probabilidade de fracassar na escola para brancos e pretos vai de 7 pontos percentuais na região Norte a 19 pontos percentuais na região Sul.

Assim sendo, a heteronomia racial presente na esfera educacional acaba por comprometer o sucesso educacional dos negros, que apresentam maiores dificuldades para progredir na vida escolar sem sofrer a reprovação e passar pelo crivo da evasão escolar. De acordo com a UNESCO (2013), o Brasil apresenta uma das maiores taxas de reprovação da América Latina; realidade que implica diretamente na ocorrência da evasão escolar. E o abismo existente entre negros e brancos no quesito acesso à escolarização é refletido nos rendimentos da população negra.

Ao escrever a “Integração do Negro na Sociedade de Classes”, percebemos que Florestan Fernandes elegeu a formulação e a execução de políticas públicas afirmativas tratando estas como ferramentas capazes de sanar todos os problemas relacionados à segregação racial, consubstanciando um caminho sem precedentes para livrar de tratamentos degradantes. Contudo, a partir da década de 1970, com a formulação de “A Revolução Burguesa no Brasil”, a perspectiva de defesa de políticas afirmativas enquanto fator inibidor da manifestação das relações raciais desiguais foi superada a partir de uma nova leitura acerca da peculiaridade do capitalismo brasileiro. Nossa formação capitalista está assentada na segregação social e racial, assim, as iniquidades sociais e o drama enfrentado pelo negro não constituem entraves ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas são componentes estruturais do próprio sistema.

GRÁFICO 5: TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO A RAÇA

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2014.

3.3.3. Homicídio por 100 mil habitantes de negros e brancos

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) constatou que o número de homens jovens negros assassinados, entre 2005 e 2015, aumentou 18%, enquanto que o de jovens brancos caiu 12% (CERQUEIRA ET AL, 2017). Este dado corrobora com os números apontados pelo último relatório (2015) do Mapa da Violência, fundamentado no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), que afirma que 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são assassinados todos os anos no país. O FBSP também constatou que em todas as unidades da federação, com exceção do estado do Paraná, os negros com idades entre 12 e 29 apresentam mais risco de exposição à violência em comparação aos brancos de mesma faixa etária (CERQUEIRA ET AL, 2017).

De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. O negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação aos sujeitos de outras raças, já descontando o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência (CERQUEIRA; COELHO, 2017). Ao calcular a probabilidade de cada sujeito sofrer homicídio, Cerqueira e Coelho (2017) constataram que os negros respondem por 78,9% dos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas da violência letal.

No “Relatório do índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial”, elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2017), consta que doze estados brasileiros foram classificados como de alta vulnerabilidade juvenil à violência, sendo oito da região

Nordeste (Alagoas, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Sergipe, Piauí, Bahia) e quatro da região Norte (Pará, Roraima, Amapá, Amazonas).

A taxa de homicídio obteve redução em maior proporção nas unidades federativas onde a concentração de negros é menor, como na região Sudeste e no estado do Paraná. Nas outras regiões, a diferença entre as taxas de homicídio entre negros e não negros revela-se astronômica. A maior discrepância na taxa de homicídio de negros foi verificada na região Nordeste, onde essa taxa corresponde a 115,7 por 100 mil habitantes, ultrapassando a média nacional, que é de 86,4 por 100 mil habitantes. Em Alagoas, estado de situação mais preocupante, a amplitude do Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra (IVJ) é de 0,489 e um jovem negro tem 12,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco. No estado da Paraíba, essa cifra é de 8,9, também elevada (BRASIL, 2017).

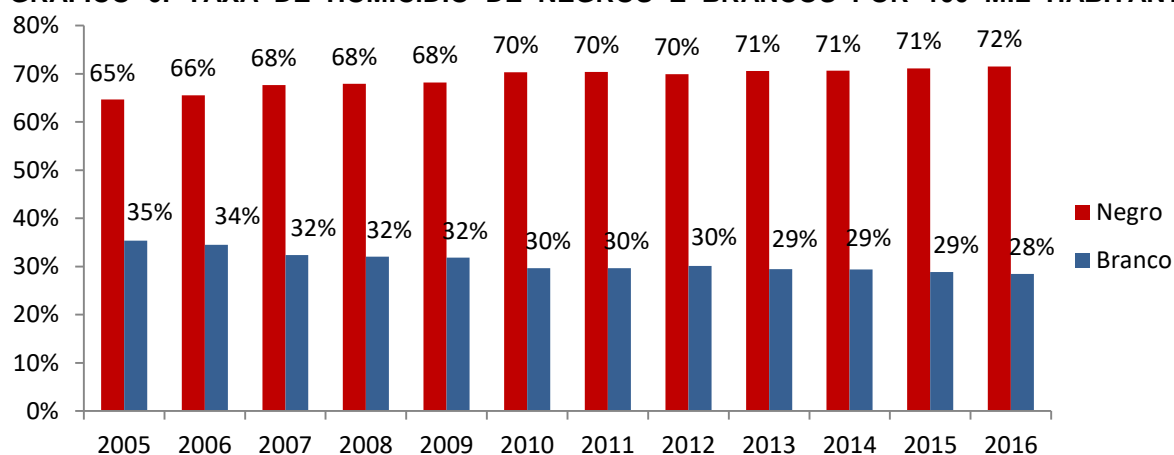
Os dados revelam o grave cenário de derramamento de sangue que assola o contexto de vida da população negra. Embora a partir do início dos anos 2000, mais precisamente após a explosão das *commodities*, os indicadores socioeconômicos tenham atingido contornos de progressão, a negligência do Estado em combinar esforços para enfrentar a problemática do genocídio de negros tem sido mantida, agravada, principalmente, com o recrudescimento do Estado policial. Este mesmo Estado que insiste em transformar a guerra contra a pobreza em guerra aos pobres, ao situar os setores subalternos em uma crescente escalada de privações de acesso à renda, educação, trabalho e de violação de direitos, cria condições para que a busca pela ascensão rápida à sociedade do consumo ocorra via inserção ao universo do crime, seja por meio da prática de furtos e roubos, seja através da vinculação ao tráfico de drogas. Com relação a este último, os desfechos provenientes da trajetória de integração à economia de predação, sejam eles, encarceramento, homicídio praticado por gangues rivais ou pelas próprias forças policiais, não recebem a devida atenção por parte dos meios de comunicação e das autoridades públicas.

Uma vida jovem, negra e pobre ceifada por motivos relacionados ao tráfico de drogas é constantemente descredenciada e tratada com concepções pejorativas. Os meandros assumidos pelo Estado no tocante à administração da barbárie refletem as vozes de uma sociedade cada vez mais moldada pelo sentimento de vingança,

intolerância e, sobretudo, de preconceito. Além disso, resgatando a discussão elaborada no segundo capítulo, a ideologia do medo alimentada entre os setores sociais abre espaço para a expansão do ódio contra os agentes sociais subalternos. A prática do linchamento, naturalizada socialmente atesta a presença de um suplício arcaico e cruel com a população negra, uma vingança paralela à intervenção do Estado, mas que por parte deste não recebe a devida atenção

O espaço dispensado à propagação de intolerância e desprezo aos segmentos sociais que integram a vida do crime é desproporcional ao espaço destinado ao repúdio contra a violência praticada pelos agentes do Estado. Principalmente entre as camadas brancas e de classe média da população, a violência policial praticada contra os jovens negros torna-se facilmente tolerável e justa.

GRÁFICO 6: TAXA DE HOMICÍDIO DE NEGROS E BRANCOS POR 100 MIL HABITANTES



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

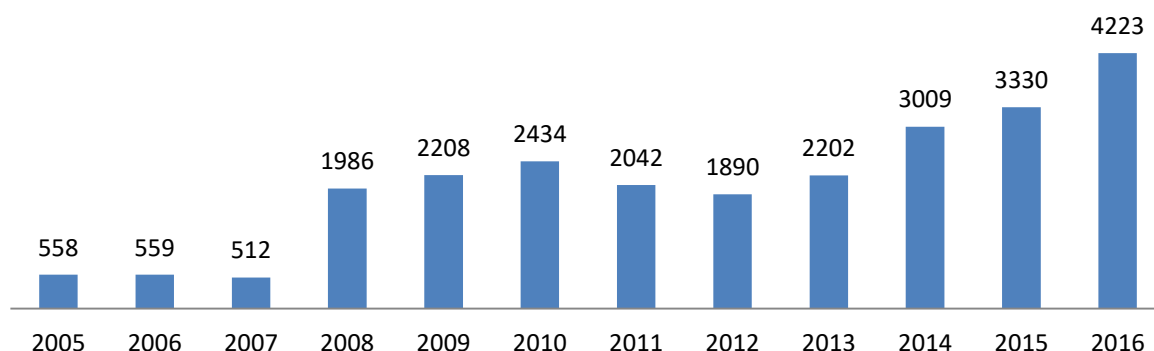
A próxima elaboração gráfica explicita o aumento da violência letal praticada por policiais. As informações foram coletadas nos Anuários Brasileiros de Segurança Pública (ABSP), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). As informações, embora ao longo dos anos tenham sido menos escassas⁴², ainda estão acompanhadas por subnotificações, mesmo com a aprovação da Lei nº. 12.527, que regula o acesso à informação.

⁴² Antes dos anos 2000, a divulgação de dados acerca da letalidade policial era inexistente. Apenas a partir de 2005 foi possível acessar essas informações, entretanto, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde elabora registros precários sobre os homicídios praticados por policiais, prejudicando o registro de informações essenciais para a elucidação de um grave quadro de genocídio legitimado pelo próprio Estado.

3.3.4 Letalidade Policial⁴³: mortes de civis ocasionadas durante confronto com a polícia

Estamos diante de um grave e crescente quadro de homicídios praticado pelos agentes do Estado. Os números apresentados no gráfico correspondem ao quantitativo absoluto de ocorrências letais praticadas pelas forças policiais. No entanto, o Relatório “Atlas da Violência” nos alerta sobre a persistente subnotificação que compromete o registro e a avaliação dos dados de letalidade policial (CERQUEIRA ET AL, 2016). Os dados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade - SIM informam o perfil das vítimas de homicídio, mas são inconsistentes na prestação de informações quanto ao agressor. Não se trata de um sistema concentrado na delimitação de ocorrências oriundas de “intervenções legais e operações de guerra” (BUENO ET AL, 2013).

GRÁFICO 7: LETALIDADE POLICIAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (edições 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ao averiguar a mensuração de dados do SIM, do Ministério da Saúde, percebemos a escassez de registros de letalidade policial em várias unidades da federação. Posteriormente, ao verificar todas as onze edições publicadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, constatamos que a partir da 6ª edição, publicada em 2012, estão disponíveis as informações que revelam com maior consistência o quantitativo de civis mortos por policiais. Estes registros foram obtidos a partir das informações dos estados, disponibilizadas através da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. De acordo com Cerqueira et al (2016), são registros que também apresentam subnotificação, porém, refletem dados avassaladores.

⁴³ Somamos os números absolutos de violência letal praticada tanto por policiais militares quanto por policiais civis. Na somatória, consideramos a atuação de ambos em serviço e também fora de serviço.

Em 2013 as polícias brasileiras mataram o equivalente ao que polícias norte-americanas mataram em 30 anos. Ao menos 6 pessoas foram mortas por dia. Em 2014 a letalidade policial saltou para 37,2% em relação ao ano anterior, e em dois anos esses números se transformaram em cifras ainda mais preocupantes, com 4.222 pessoas mortas pela polícia brasileira em 2016, um crescimento de 25,8% em relação a 2015. Com relação ao perfil das vítimas, 99,3% são homens; 81,8% têm entre 12 e 29 anos e 76,2% são negros (BRASIL, 2014; 2015; 2016; 2017).

A guerra civil declarada contra a juventude negra atesta o tratamento dispensado a seres humanos considerados invisíveis e descartáveis. Segundo Abravonay (2015), quase 60.000 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2014, número que equivale ao quantitativo de mortos nos EUA durante toda a Guerra do Vietnam. Contudo, o Brasil mostra-se inerte diante da violência praticada pelas forças policiais, com uma população que exalta, frequentemente, as façanhas abusivas dos agentes do Estado, atribuindo ao exercício dos seus excessos o rótulo de conduta necessária e adequada para conter as transgressões dos “inimigos da sociedade”.

Não existem padrões universais capazes de medir os limites entre uma intervenção policial adequada e uma intervenção abusiva, mas existem diretrizes internacionais capazes de verificar se a polícia está fazendo o uso da força letal de forma excessiva. De acordo com Bittner (2013), o primeiro critério para averiguar o grau de adequação do uso da força policial estabelece que quando o número de civis mortos ultrapassa o número de policiais mortos, é provável que a polícia esteja abusando de seu poder discricionário. Em situação de normalidade, quando a proporção de civis mortos ultrapassa a proporção de civis feridos, podemos supor que a intervenção policial caracteriza-se mais pela política de extermínio do que de proteção, este é o segundo critério. O terceiro critério sugere que quando as mortes praticadas pela polícia envolvem um elevado percentual total de homicídios, podemos aferir que a polícia está cometendo excessos em suas ações.

Quando um civil é assassinado por um agente do Estado, geralmente esta ocorrência é registrada como “auto de resistência”, sob a suposição de que o policial atirou no sujeito em legítima defesa. Mesmo em se tratando de homicídio, a classificação “auto de resistência” é constantemente utilizada para amparar legalmente o policial. Somamos a este quadro, a realidade dos mecanismos de

controle interno e externo das ações policiais, despreparados e/ou pouco afeitos aos procedimentos utilizados para uma adequada apuração das intervenções policiais, a exemplo das corregedorias, ouvidorias e Ministério Público.

As corregedorias carecem de infraestrutura adequada, efetivo suficiente para a execução de suas ações e não há uma política de recursos humanos para os profissionais que nelas exercem suas atividades. Os policiais que atuam nessas instâncias não recebem adicionais nos vencimentos, correm o risco de serem subordinados por algum investigado, além disso, são percebidos como os “inquisidores” pelos seus colegas (BRASIL, 2013).

Dentre as 18 ouvidorias de polícia existentes no Brasil, apenas 11 têm acesso aos dados de letalidade policial em seus estados. Para agravar ainda mais o cenário, em 16 dos 18 estados, as polícias e as secretarias de segurança não têm obrigação de fornecer às ouvidorias informações relacionadas às mortes praticadas por policiais. O Ministério Público (MP), órgão que pela Constituição Federal possui a atribuição de controle externo sobre a atividade policial, atribui pouca importância ao tema da letalidade policial e o interpreta como de competência das autoridades policiais. Estas informações partiram de um estudo desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública acerca dos mecanismos de controle das ações polícia (FBSP, 2013).

O número de mortes praticadas por policiais ultrapassa o número de ocorrência de latrocínios. Não se trata de uma realidade circunscrita apenas a algumas localidades espalhadas pelo território nacional, mas sim, consubstancia um padrão operacionalizado pela própria instituição. Em 2017, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em razão da demora na investigação e sanção dos responsáveis pelas execuções de 26 pessoas durante operações realizadas pela polícia civil do Rio de Janeiro, na favela Nova Brasília, situada no Complexo do Alemão, em 1994 e 1995. A partir dessa condenação, a corte exigiu que o Brasil publicasse anualmente um relatório oficial contendo os dados referentes às mortes provocadas por policiais em todas as unidades da federação, e estabelecesse os mecanismos externos de investigação de violência policial (BRASIL, 2017).

A essência do Estado Democrático de Direito não compactua com ações abusivas das forças policiais, que recorrem ao uso da força letal acima da lei e da proteção aos sujeitos sociais. A carnificina praticada pelas autoridades policiais, principalmente contra a juventude negra não encontra resistência na formulação de políticas públicas e no enrijecimento de ações governamentais capazes de coibir o avanço da letalidade policial. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015 informa a proporção de insatisfação dos negros em relação à polícia. Enquanto 38% dos brancos sentem-se satisfeitos com o trabalho da polícia, essa porcentagem cai para 33% ao tratarmos do grau de satisfação dos negros com a polícia.

Tornar transparente os indicadores que confirmam o genocídio de negros por parte das forças policiais não se mostra como atividade de interesse das autoridades públicas, que camuflam esses dados por meio de subnotificações. Se o Sistema de Informações Sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde não ocultasse em seus registros o número de mortes praticadas por policiais, teríamos as barras dos gráficos representadas em elevações ainda maiores. Ainda, em relação aos registros de autos de resistência, Misse, Grillo e Neri (2015) apuraram os casos de letalidade policial no Rio de Janeiro de 2001 a 2011 e constataram a diferença entre os homicídios oriundos de autos de resistência e os homicídios dolosos. Ocorre que os próprios policiais registram a autoria da execução e o que a motivou. São também os responsáveis por comunicarem a ocorrência, fazendo com que a sua versão sobre o ocorrido acabe se sobrepondo na maioria dos casos.

A construção da legítima defesa tem início na fraude processual da polícia e termina no arquivamento dos processos realizados pelo Poder Judiciário. Com o arquivamento dos processos, juízes e promotores reforçam a legitimação da violência policial, desconsiderando o massacre criminoso cometido por forças que rasgam o Estado Democrático de Direito e regressam para uma prática criada durante a ditadura militar em 1969, para justificar o extermínio de opositores que resistiam à prisão⁴⁴.

⁴⁴ Disponível em: justificando.cartacapital.com.br/2017/06/05/autos-de-resistencia-como-forma-juridica-da-politica-de-extermínio-de-pessoas/, com o título **Autos de resistência como forma jurídica da política de extermínio das pessoas**. Acesso em: 27 de março de 2018.

As resistências aos abusos dos agentes do Estado são encaradas como desacato, realidade que tende a se intensificar com a Lei nº 13.491/2017, sancionado pelo presidente Michel Temer, que passa para as cortes militares a responsabilidade na apuração de crimes praticados por militares em ações de lei e ordem, ou em intervenções militares, o que concorre para impedir a apuração rigorosa dos malfeitos realizados pelas forças armadas.

Temos o racismo como pressuposto para a produção de genocídios, como fator determinante de qual parcela populacional deve ser extinta e qual deve ser preservada. O racismo, enquanto componente intrínseco da política do Estado penal revela as matrizes ibéricas cristalizadas nas instituições policiais. No panorama normativo, os açoitamentos não existem mais, contudo, as práticas extralegis não foram intimidadas ao longo do tempo e os negros continuam recebendo tratamentos que reiteram o suplício que lhes acompanha historicamente.

Se antes as resistências aos maus tratos e aos trabalhos forçados traduzidas em organizações quilombolas eram perseguidas, criminalizadas e duramente punidas, hoje, as mobilizações sociais e políticas em defesa da preservação e respeito às vidas negras cruzam o mesmo circuito. Compactuando com a perspectiva de Oliveira (2009), elegemos a sociedade capitalista como desencadeadora de uma série de controle e repressão social aos intelectuais e ao povo negro envolvidos em organizações políticas, barrados socialmente e culturalmente de serem partícipes do processo político.

O negro jamais encontrou no branco um ponto de apoio efetivo às suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria de sua situação histórico-social. Em vez de ser democrática nesta esfera, a sociedade mostra-se extremamente rígida, proscrevendo e reprimindo as manifestações autênticas de autonomia social dos negros (FERNANDES, 2008), e a assimetria entre as relações raciais derruba vigorosamente o mito da “democracia racial”, constituinte do pilar de sustentação da perpetuação das relações raciais herdadas do passado. O mito oportuniza o espaço para a inércia social no que tange à destruição das estruturas que mantêm a heteronomia racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos evidenciar nesta dissertação a atualidade da institucionalização do racismo no sistema penal brasileiro, orquestrado por um Estado que transforma os aparatos carcerários em máquinas genocidas. Verificamos que a permanência das matrizes ibéricas no sistema prisional brasileiro confere às prisões o aspecto de uma senzala reeditada. Os amontoados nos recintos das prisões superlotadas apresentam recorte racial e de classe, e vêm acompanhados por vários processos de criminalização.

Parafraseando Jessé de Souza (2017), o culturalismo racista conservador brasileiro desconsidera a escravidão enquanto semente que germinou as graves formas de sociabilidade predominantes ainda na atualidade. A vitrine da modernização, do progresso e da civilidade está presente na incorporação do país aos padrões de consumo disseminados pelo centro do capitalismo, não importando a necessária dissolução das formas espúrias de relações raciais oriundas de um passado escravista.

Esse culturalismo racista presente no país perpetua a relação de subserviência dos brasileiros em relação ao universo eurocêntrico e ao norte-americano. Afinal, a consideração que norteia tal relação aponta para a superioridade dos povos dos países de capitalismo desenvolvido em relação à América Latina em geral, e ao Brasil em particular. Esta subserviência ultrapassa a incorporação de padrões de consumo e das diretrizes da política econômica dos países de capitalismo central, e alcança a imitação das formas de controle social disseminadas internacionalmente.

Neste sentido, o endurecimento do Estado Penal continua sendo a força motriz de campanhas e discursos eleitorais bem avaliados publicamente. Tendo os recursos midiáticos e o discurso público como alavanca da formação de opinião, a captura do imaginário social em favor da crença de que o autoritarismo é a única via para o alcance da paz social continua contribuindo com o aumento dos tratamentos supliciantes em relação aos negros e pobres.

Para Fernandes (2008), a defesa da paz social responde a um velho ideal, reiteradamente negligenciado, de associar a preparação completa do negro para seus deveres profissionais e cívicos, à sua ascensão irrestrita como homem livre.

Supunha-se que esse seria o caminho mais adequado e mais seguro, para proteger o negro e para resguardar os interesses da sociedade (FERNANDES, 2008). Entretanto, como sabemos que os padrões coloniais de relação racial foram absorvidos pela sociedade de classes, os critérios de avaliação social ainda estão apoiados na ideia da inferioridade da raça negra.

O silenciamento do negro constitui uma forma de violência institucionalizada, ou seja, a introdução de corpos negros em presídios, o extermínio físico e simbólico de negros e a tentativa de menosprezar ou desconsiderar a existência de um Estado projetado para ações genocidas são, indiscutivelmente, formas de silenciar a população negra, evitando que seus gritos pelo direito à própria sobrevivência ganhem visibilidade. As normas antirracistas apenas colaboram com a acomodação das relações raciais desiguais, confirmando que a extinção do racismo não pode ser viabilizada pela via do direito.

Embora o encarceramento em massa não seja uma realidade constitutiva apenas do Brasil e esteja presente em nações desenvolvidas, precisamos considerar que os países latino-americanos absorvem os efeitos mais deletérios do enrijecimento do Estado Penal, considerando a presença da heterogeneidade estrutural nas nações de economia periférica. A incorporação de padrões de sistemas penais norte-americanos atesta, além da subserviência em relação às nações do centro, o descaso com as peculiaridades de países subdesenvolvidos. Considerando esta relação de subserviência, assinalamos a importância da formulação de um pensamento criminológico crítico condizente com a realidade latino-americana. Para tanto, buscamos trazer para a dissertação o esforço empreendido por intelectuais da criminologia crítica latino-americana no ataque à preponderância da ideologia da defesa social no tocante ao controle social.

O paradigma criminológico crítico caminha a passos lentos no contexto latino-americano, estando este cada vez mais afoito por soluções penais ditadas internacionalmente, soluções que apenas intensificam o filtro racial que constitui a variável central do sistema penal brasileiro. A falsa presença da “democracia racial”, por sua vez, concorre para a manutenção do truculento tratamento penal para com os negros e da espoliação material e simbólica herdada por estes da escravidão. Nestes termos, ao mesmo tempo que a “democracia racial” permite a manipulação

da corporalidade negra, exprime a suposta inexistência de barreiras raciais no tocante à mobilidade do negro na sociedade de classes.

Os eixos da raça e da tipificação criminal mais perseguidos pela polícia são, respectivamente, a raça negra e os crimes que atentam contra o patrimônio (roubos e furtos), seguidos dos delitos ligados ao tráfico de entorpecentes. O sistema capitalista prioriza a proteção de mercadorias, em detrimento da proteção da vida. Consequentemente, a banalização da carnificina que acomete a população negra entra em evidência. Ainda, o tratamento punitivista dispensado aos negros por considerá-los bárbaros e isentos de civilidade atesta a atualidade do pensamento de determinados teóricos brasileiros entre os racistas. Ainda paira sobre as mentalidades racistas a máxima do pensamento de Oliveira Vianna (1982), segundo o qual os negros seriam de dois tipos: os superiores e os inferiores. Os primeiros estariam mais próximos aos brancos e aptos a seguir o curso do progresso e da civilização, e os segundos estariam compondo o grupo dos moralmente desprezíveis.

Para Vianna (1982), a evolução da mentalidade dos bárbaros da massa popular somente seria desencadeada a partir da incorporação do espírito e do caráter da raça branca. Esta não é uma concepção inexistente na atualidade se levarmos em consideração a presença do racismo como a principal peça que movimenta toda a engrenagem do Estado Penal. O racismo se mescla com a defesa da meritocracia, componente que explica a perpetuação das desigualdades no capitalismo. O negro presente no universo da criminalidade ou em convívio com condições deploráveis de vida não teria nenhuma outra razão para explicar o seu destino calamitoso, senão a sua própria culpa.

Consideramos a precariedade da formação da consciência política da população negra após a desintegração do regime escravista, dadas as condições enfrentadas durante a emergência da nova ordem social competitiva. Logo, a escravidão e a situação deplorável de vida do negro no pós-abolição imprimiram fragilidades à formação de uma consciência política de abrangência coletiva entre os negros. Esse processo dificultou a formação da classe em si e da classe para si.

Os dados exibidos no presente estudo demonstraram a presença de assimetrias raciais no circuito de políticas penais, no acesso à educação e renda e frente à letalidade policial, o que ocasiona o desmoronamento da ideia de que convivemos com um racismo velado. Todavia, ampliar o acesso dos negros aos patamares mais elevados da sociedade do consumo não extingue o preconceito racial da sociedade. O equacionamento das relações raciais assimétricas não ocorre via homogeneização do acesso à renda, emprego e demais serviços. O “negro que sobe” enfrenta dificuldades para “sair da própria pele” (FERNANDES, 2015, p. 331), isto comprova a inviabilidade da extinção do racismo na ordem capitalista liberal, uma vez que a expansão universalizada de acesso a direitos e a redução da face penal do Estado não constitui antessala da construção de um projeto societário mais humanizado.

Mesmo com o crescimento econômico e com a incorporação da população negra nos meandros da economia formal, os padrões de avaliação racial permanecem tão difundidos na sociedade de classes, tal como foi a escravidão no período colonial. Isto porque os critérios de privilegiamento racial condicionaram as determinações de classe, de modo a envolver a mistura entre raça e classe. Indiscutivelmente, a raça continua acomodando uma posição específica na hierarquia social, e a ascensão social do negro não garante plenitude no equilíbrio com as condições de vida do branco.

A luta em favor de um projeto societário superior, necessariamente, deve permear a luta contra o racismo em sua dimensão estrutural, elemento fundamental de todas as formas de exploração, originado a partir de um regime de segregação racial historicamente datado. Contudo, tanto dentro quanto fora do universo acadêmico, pouco se discute sobre a escravidão no Brasil, para entender de fato a origem dos negros que para cá vieram, a contribuição concreta que trouxeram ao país e o tratamento social e institucional que a eles são dispensados. O que resultaria na crescente penalização e perseguição aos negros, senão a absorção de formas de tratamento racial herdadas do passado? Se continuarmos distantes da luta contra o racismo estrutural e próximos ao tratamento superficial da escravidão, continuaremos convivendo com a coerente sensação de que o dia que sucedeu o 13 de maio de 1888 ainda não acabou e de que aguardamos a segunda abolição, mas desta vez, não mais protagonizada por brancos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. São Paulo em Perspectiva. **Revista da Fundação Seade**. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 9-17, abr./jun. 1990.
- ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Livraria do Advogado: São Paulo, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- AZEREDO, Jéferson Luis de; SERAFIM, Jhonata Goulart. Formação cultural brasileira:(des) criminalização da capoeira nos Códigos de 1890 e 1940. **Revista Técnico Científica do IFSC**, p. 84, 2011.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Nostrum. 1998.
- BARBOSA, Kelly de Souza; COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos. A questão étnico-racial do sonho americano: o encarceramento dos pobres e negros no Estado policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 11, n.1, p. 164-182, fev./mar. 2017.
- BARBOSA, Rui. **A questão social e política no Brasil**. Organizações Simões: Rio de Janeiro, 1951.
- BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002** (vol. IV) Sérgio Miceli (org.). – São Paulo: ANPOCS: Ed. Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002. (p. 183- 230).
- BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BATISTA, Vera Malagutti. Marx com Foucault: análises acerca de uma programação criminalizante. **Veredas do Direito**. Rio de Janeiro, v. 2, n.4 2005, p. 25-31.
- _____. **Adesão subjetiva à barbárie**. Conferência proferida no 41º Encontro Descentralizado CFESS/CRESS da Região Sudeste. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3ª edição. Edusp: São Paulo, 2005.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**, trad. A. Carlos Campanha, São Paulo: J. Bushatsky, 1978.

BELLI, Benoni. **Tolerância Zero e Democracia no Brasil: visões da segurança pública na década de 90**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BELLO, José Maria. **A questão social e a solução brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOITO JUNIOR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica marxista**, São Paulo, v.21, p. 237-263, 2006.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo: Fundação Ford, Open Society Foundations, Fundação Getúlio Vargas, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

_____. Código Penal. Decreto – Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, Volume I. Brasília: CNV, 2014.

_____. **Constituição do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Alves & Cia, s.d.

_____. **Lei nº 13.491**, de 13 de outubro de 2017. Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Brasília, 2017.

_____. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Diário Oficial da União, Brasília, 1984.

_____. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de

drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados** (CAGED). Brasília, 2016.

_____. Ministério da Justiça (MJ). Departamento Penitenciário Nacional (Depen). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** 2014.

_____. Ministério da Justiça (MJ). Departamento Penitenciário Nacional (Depen). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017:** desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-176, São Paulo, 1997.

CAMPOS, Antônia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social:** a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa UNESCO em São Paulo. 2014. 400 f. Dissertação (Mestrado Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2014.

CAMPOS, Fabio Antônio de. **A arte da conquista:** o capital internacional no desenvolvimento capitalista (1951-1992). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas. São Paulo, p.236. 2009.

CAMARGO, C. P. F. de et al. **Crescimento e pobreza.** São Paulo: Loy ola, 1976.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Negros, loucos negros”. **Revista USP.** nº 18, 1993.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 24. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 41-65, 2009.

CASTRO, Lola Anyiar de. **Criminologia da libertação**. Tradução: Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CERQUEIRA, D e COELHO, D. **Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida**. TD 2267 - IPEA, Brasília, Janeiro de 2017.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

_____. **Atlas da violência**. Brasília: IPEA e FBSP, 2017.

DI SANTIS, B. M; WERNER, ENGBRUCH. A evolução histórica do sistema prisional e a penitenciária do Estado de São Paulo. **Revista Liberdades**. n. 11, setembro/dezembro de 2012. Publicação oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. SP.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Tradução: Francisco Eduardo P. e Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

FACINA, Adriana. “Não me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. **Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 2009.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)**. Bauru: Edusc/Fapesp, 2010.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. Tomo 3, vol.4. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. (Col. História da Civilização Brasileira).

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo. 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

_____. **Reflexão sobre o socialismo e a autoemancipação dos trabalhadores**. São Paulo: Global, 2010.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2015.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Carolina Costa. **Discursos do Sistema Penal: A seletividade no julgamento dos crimes de furto, roubo e peculato nos tribunais regionais federais do Brasil**. 2010. 244 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FERREIRA, F.; BARROS, R. P. Education and income distribution in urban Brazil. **Cepal Review** (Print), v. 71, p. 433-473, 2000.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “**Donos do lugar**”: a geo-grafia negra e camponesa do sapê do norte–es. **Geografares**, n. 8, 2010.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. **Revista de Direito da UNB**, v.1, n.1, Brasília, 2014, p. 119-146.

_____. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação (mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, p.144. 2010.

FONSECA, Fernando O. (Org.). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Brasília: SEMARH, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)**. Brasiliense: São Paulo, 1989.

FBSP. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra**. São Paulo, 2017.

_____. **Panorama das ouvidorias estaduais de Segurança Pública e Defesa Social**. São Paulo, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. UNESP: São Paulo, 1997.

FREEMAN, Michael. Direitos Humanos Universais e Particularidades Nacionais. IN: **Os Reflexos da Globalização nos Institutos Jurídicos**. Cidadania e Justiça, Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, ano 5/nº11, 2º semestre de 2001.

FREEMAN, Richard. **The Economics of Crime**. Handbook of Labor Economics. Volume 3, Part 3, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2013.

FREIXO, M. desintegração do sistema prisional, segurança pública e exclusão social. entrevista concedida à: Alexandra Sánchez; Bernard Larouzé. Revista: **Ciências e Saúde Coletiva**. 21(7), p. 2171-2178, Rio de Janeiro, 2016.

FURTADO, Celso. Brasil: **a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. **Adesão ao fascismo e preconceito**: um estudo com universitários na cidade de São Paulo. 2007. 157 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GLASSNER, Barry. **The culture of Fear**: why americans are afraid of the wrong things. New York: Basic Books, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. **Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista**: do que se oculta(va) ao que se declara. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. 381 p.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARRIS, M; CONSORTE; J.G, LANG, J; BYRNE, B. **Who are the whites?** Imposed census categories and the racial demography of Brazil. Social Forces: 1993; 72:451-62.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEILBORN, M. L., ARAÚJO, L. BARRETO, L. (Orgs.) **A. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** - GPP – GeR: módulo III. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, 2010.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v. 18, n. supl, p. 57-65, 2002.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

_____. A questão social. **Ci. & Tróp.** Recife, v. 17, n.2., p. 189-202, jul./dez., 1989.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2015.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. IBGE, 2017.

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DA DEFESA. **Audiências de custódia: panorama nacional pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa**. São Paulo: Iddd, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A aplicação de penas e medidas alternativas**. Rio de Janeiro, 2015.

JENCKS, Charles. **Heteropolis: Los Angeles, the riots and strange beauty of hetero-architecture**. London: Ernst and Sohn, 1993.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Brasiliense: São Paulo, 1987.

LACERDA, Antônio Correia de et al. **Economia Brasileira**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOBATO, Monteiro. **Ideias de Jeca Tatu**. Rio de Janeiro: Globo Editora, 2008.

LOUZANO, Paula. Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais. **Cadernos CENPEC**, v.3, n. 1, São Paulo, 2013, p. 111-133.

MARTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Comunicación massiva: discurso y poder**. Quito, Época, 1978.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Unesp, 2009.

MENEGAT, MARILDO. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. Letalidade policial e indiferença legal: A apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, nº1, Rio de Janeiro, 2015, p. 43-71.

MOTTA, Daniele Cordeiro. **Desvendando mitos**: as relações entre "raça" e classe na obra de Florestan Fernandes. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala**: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. São Paulo: Ed. Zumbi, 1959.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NAKATANI, Paulo. Capital especulativo parasitário, capital fictício e crise no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, v. 6, n. 2, p. 209-235, 2000.

NASCIMENTO, ABDIAS DO. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Maria Livia do; CUNHA, Fabiana Lopes da; Vicente, Laila Maria Domith. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, n. 7, v. 7, nov. 2007.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

OIT. **Série Trabalho Decente no Brasil; documento de trabalho n. 1**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. Dissertação (mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Centro de estudos gerais, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p.153. 2009.

PASTANA, Débora Regina. **Justiça penal no Brasil contemporâneo**: discurso democrático, prática autoritária. São Paulo: UNESP, 2009.

PETTIGREW, T. F.; MEERTENS, R. W.; Subtle and blatant prejudice in Western Europe. **European Journal of social Psychology**, vol. 25, p. 57-75, 1995.

PEDROSO, Regina Célio. Utopias penitenciárias, projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Revista de História**. São Paulo, n. 131, v.1, 1997.

PINHEIRO, P.S et al. **Continuidade autoritária e construção da democracia**. Projeto integrado de pesquisa. São Paulo: NEV/USP, 1999.

PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente, 1970. In: SERRA, J. (org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Paz e Terra, RJ, 2ª. Ed, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **História econômica do Brasil**. 36ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

QUEIROZ, R. **Escravidão negra no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1993.

REIMERS, F. Perspectives in the study of educational opportunity. In: REIMERS, F. (Ed.) **Unequal schools, unequal chances: the challenges to equal opportunity in the Americas**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1995.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. **A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social**. Universidade Estadual de Londrina, 2001.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, J.S. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, MARCELO. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. São Paulo: FAPESP, 2007.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Santa Catarina: Insular. 2015.

SEIBEL, E, J. O declínio do welfare state e a emergência do estado prisional. Tempos de um novo puritanismo? **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan./jun. 2005.

SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SINGER, Paul. **O milagre brasileiro**: causas e consequências. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Lei, cotidiano e cidade**: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930). São Paulo: IBCCRIM, 2009.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2010.

VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

_____. **Populações meridionais do Brasil; e, Instituições políticas brasileiras**. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1982.

ZAFFARONI, E. R. **A Questão Criminal**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução: Vânia Romano e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 5ª ed.

ZEA, Leopoldo. **Dependência e y liberación em la cultura latioamericana**. México: Cuadernos de Joaquín, 1974.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2001.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da violência 2016**: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro; Brasília: Cebela, Flacso; Seppir/PR, 2016.

_____. **Mapa da violência 2012**: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro; Brasília: Cebela, Flacso; Seppir/PR, 2012.

_____. **Mapa da violência 2015**: Mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro; Brasília: Cebela, Flacso; Seppir/PR, 2015.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história**: da antiguidade à modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 2007.